



Universidade Católica Portuguesa
Centro Regional das Beiras
Mestrado Integrado em Arquitetura



Relatório do trabalho de Projeto de Mestrado

Reabilitação da Casa das Bocas
PARA Co-habitação Intergeracional

Ana Carolina Simões Monteiro

Orientadora

Professora Doutora Ana Pinho

Coorientado

Professor Doutor Lobo de Carvalho

Outubro de 2015



Carolina Fontes . 2015



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA

RELATÓRIO DO TRABALHO DE PROJETO DE MESTRADO

TIPO DE PROVA FINAL: Trabalho de Projeto

TÍTULO: Projeto de Reabilitação da Casa das Bocas para Co-habitação Intergeracional

TEMA: Novos Modos de Habitar

Ana Carolina Simões Monteiro

ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Pinho

COORIENTADOR: Professor Doutor José Maria Lobo de Carvalho

OUTUBRO DE 2015

AGRADECIMENTOS

À professora Ana Pinho, todo o conhecimento e incentivo para um trabalho sempre melhor, ao professor Lobo de Carvalho, a disponibilidade e ajuda.

Aos meus pais e irmão, todo o apoio e porque sem eles não seria possível chegar aqui.

À minha família, que sempre acreditou em mim, pela confiança e carinho.

Ao Carlos, pelo apoio constante e incentivo em todos os momentos.

À Cátia e à Francisca, pela companheirismo, mesmo nas horas mais críticas e pela amizade que marcou esta jornada.

Ao Professor Mário Sá, pela ajuda e disponibilidade nas questões mais técnicas de projeto. À Célia, todo o material disponibilizado.

À minha turma e a todos aqueles que, de alguma forma, tornaram possível a realização desta prova final.

RESUMO

PALAVRAS - CHAVE

Reabilitação

Centro Histórico

Casa das Bocas

Co-habitação intergeracional

O trabalho que se propõe para a prova final de mestrado em Arquitectura consiste na elaboração de um projeto de reabilitação da Casa das Bocas, datada do século XVIII e que, apesar do elevado estado de degradação, detém importância histórica e apresenta características arquitetónicas que a tornam singular. A casa está localizada no Centro Histórico de Viseu e, apesar do seu valor, encontra-se devoluta e em avançado estado de degradação.

Tendo vindo a ganhar cada vez mais importância na recuperação do património degradado, a reabilitação, enquanto exercício da arquitetura, é o instrumento que permite devolver o edifício à cidade de Viseu e impedir o seu esquecimento, promovendo a reutilização de um património com valor material e imaterial.

O programa proposto consiste em num equipamento de co-habitação intergeracional, destinado a população idosa e jovem. Pretende-se desenvolver uma resposta social diferente – um novo modo de habitar – que integre as diversas vantagens que advêm desta partilha, tirando, simultaneamente, partido das características da Casa. Além de preservar património e, nomeadamente, um edifício de grande valor, ao acolher jovens e idosos o programa procura ser uma solução

face às novas tendências sociais e demográficas e, associadamente, novas carências habitacionais.

Esta proposta, tanto em termos do edifício como de programa, justifica-se por um conjunto alargado de razões. Em primeiro lugar, um dos problemas com que o Centro Histórico se tem deparado nas últimas décadas diz respeito à desertificação populacional que tem ocorrido, apesar da localização central e da proximidade a serviços e comércio. Pretende-se, neste âmbito, avançar com um programa que potencie a redinamização social e populacional.

Em segundo lugar, a Rua João Mendes, também conhecida como Rua das Bocas e onde se localiza a Casa das Bocas é, atualmente, uma zona marcada pela atividade noturna e prostituição, tendo criado uma imagem negativa junto dos viseenses. A par de outras intervenções em curso na Rua das Bocas, o projeto constitui uma oportunidade que tem em vista a regeneração e refuncionalização desta zona, de forma a melhorar a sua vivência e a imagem mental da mesma.

A presente proposta visa assim dar uma resposta integrada a um conjunto alargado de problemáticas vivenciado hoje na área de intervenção.

RESUMÉ

MOTS-CLÉS

Réhabilitation

Centre Historique

«Casa das Bocas»

Chabitation intergénérationnelle

Le travail proposé en guise d'épreuve finale de Master en Architecture consiste à l'élaboration d'un projet de réhabilitation de la « Casa das Bocas », datée du XVIII^e siècle et qui, malgré son état de dégradation avancée, a une importance historique et présente des caractéristiques architectoniques qui la rendent singulière. La maison est localisée au Centre Historique de Viseu et, malgré sa valeur, elle n'est pas habitée et se trouve dans un état de dégradation avancée.

Gagnant de plus en plus d'importance dans la récupération du patrimoine dégradé, la réhabilitation, en tant qu'exercice de l'architecture, est l'instrument qui permet de rendre l'édifice à la ville de Viseu et d'éviter son oubli, tout en promouvant un patrimoine à valeur matérielle et immatérielle.

La proposition consiste à promouvoir la cohabitation intergénérationnelle, c'est-à-dire, la population âgée et jeune. Il s'agit de développer une réponse sociale différente – une nouvelle façon d'habiter – qui intègre les nombreux avantages qui adviennent de ce partage, profitant, en même temps, des caractéristiques de la « Casa ». En plus de la préservation du patrimoine, notamment d'un édifice de grande valeur, en accueillant des jeunes et des personnes âgées, le

programme prétend être une solution aux nouvelles tendances sociales et démographiques et, encore, aux nouvelles carences de logement.

La présente proposition, soit en termes d'édifice, soit en termes de programme, a pour base un vaste éventail de raisons. Tout d'abord, l'un des problèmes que le centre historique envisage ces dernières décennies concerne la désertification populationnelle installée, malgré sa localisation centrale et sa proximité aux services et au commerce. Dans ce cadre, l'intention est de mettre en place un programme encourageant la redynamisation sociale et populationnelle.

Deuxièmement, la rue João Mendes, également dénommée « Rua das Bocas » et où est localisée la « Casa das Bocas », est actuellement une zone caractérisée par des activités nocturnes et par la prostitution, laissant une image négative auprès des habitants de Viseu. À l'instar d'autres interventions en cours à Rua das Bocas, le projet constitue une opportunité qui vise la redynamisation de la zone afin d'améliorer l'image mentale de cette rue.

Cette proposition vise ainsi apporter une réponse intégrée à un vaste ensemble de problématiques qui découlent de cette zone d'intervention.

ABSTRACT

KEYWORDS

Restoration

Historical Center

«Casa das Bocas»

Intergeracional Co-housing

The proposing work for the master degree in Architecture consist in the conception of a rehabilitation's project of Casa das Bocas, dated from the eighteen century that, despite of its high state of deterioration, holds historical significance and has architectural features that make it unique. The house is located in the Historical Centre of Viseu and, despite of its value, it is unoccupied and in a state of ruin.

As been gaining more and more importance in the recovery of the deteriorated heritage, rehabilitation, as an exercise of architecture, is the tool that allows to return the building to Viseu's city and prevent its oblivion, promoting the resource of a heritage with material and immaterial values.

The proposal consist in intergeracional co-housing, designated for elder and younger population. The prompt is to develop a different social answer - a new way of living - who can integrate the various advantages of this social share and, at the same time, take advantage of the house's features. Aside of preserving the heritage, specifically a house with great value, the program, by sheltering young and old people, intend to be a

solution towards the new social and demographic tendencies, therefore new housing needs.

This proposal, both in terms of the house and program, is justified by a wide range of reasons. First of all, one of problems that Viseu's Historical Center has come across in the last decades is the desertification of the population that has occurred, despite the central location and the proximity to services and commerce. In this context, the intention is to develop a program that enhances the social and population revitalization.

Second, the João Mendes Street, also known as Bocas's street where Casa das Bocas is located, is currently an area that holds a negative image from the city's residents, because of the nighttime activity and prostitution. Along with other ongoing interventions on the street, the project is an opportunity that aims the revival of the area in order to improve the mental image of the street.

This proposal aims to provide an integrated response to a wide range of problems which are been experienced nowadays in the intervention area.

ÍNDICE

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE

RESUMÉ

MOTS-CLÉS

ABSTRACT

KEYWORDS

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS

INTRODUÇÃO19

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1 A INEVITABILIDADE DO TEMPO NA ARQUITETURA27

2 PATRIMÓNIO | LUGAR E MEMÓRIA30

3 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO32

4 CRITÉRIOS E PRINCÍPIOS DA CONSERVAÇÃO.....34

5 CRISE E CENTROS HISTÓRICOS36

INTERGERACIONALIDADE: UM NOVO MODO DE HABITAR

1 CARACTERIZAÇÃO39

2 IDOSOS E JOVENS?41

3 UM ENCONTRO INTERGERACIONAL QUID PRO QUO44

4 ALTERNATIVAS HABITACIONAIS DE BAIXO NÍVEL ASSISTENCIAL.....47

PROPOSTA

1 LOCALIZAÇÃO57

2 A CASA DAS BOCAS62

2.1 LEVANTAMENTO HISTÓRICO67

2.2 DESCRIÇÃO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO70

3 CONDICIONANTES LEGAIS76

4 PROGRAMA78

INTERVENÇÃO.....80

CONCLUSÃO 106

BIBLIOGRAFIA 108

ANEXOS

A. VERMELHOS E AMARELOS.....	115
B. RELATÓRIO DO MAEC	121
C. LEVANTAMENTO DAS ANOMALIAS	129
D. RELATÓRIO DE ANOMALIAS, CAUSAS PROVÁVEIS E SOLUÇÕES DE INTERVENÇÃO.....	135

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1 (Capa) - Gárgula da Casa das Bocas [p.1]

Fonte: autora

Figura 2 - Esquisto da Casa das Bocas [p.3]

Fonte: autora

Figura 3 - Portal do alçado lateral da Casa das Bocas [p.18]

Fonte: autora

Figura 4 - Vista da entrada principal da Casa [p.24-25]

Fonte: autora

Figura 5 - Casa das Bocas em ruína [p.29]

Fonte: autora

Figura 6 - Dados e previsões da população [p.38]

Fonte: V.A., 2013

Figura 7 - Previsões da população residente [p.40]

Fonte: INE, 2011

Figura 8 - Formas de integração [p.43]

Fonte: Duarte, s.d.

Figura 9 - Esquema de conflitos entre jovens e idosos [p.45]

Fonte: autora

Figura 10 - Tabela de alternativas de alojamento de baixo nível assistencial [p.49]

Fonte: Teiga, 2012 | Montagem: autora

Figura 11 - Programas intergeracionais [p.51]

Fonte: Dova, 2014

Figura 12 - Maquete de estudo [p.52]

Fonte: autora

Figura 13 - Vista aérea de Viseu [p.54-55]

Fonte: Google Maps | Montagem: Autora

Figura 14 - Pintura da zona da Santa Cristina [p.56]

Fonte: Correia, 1989

Figura 15 - Perfil da Rua das Bocas [p.58-59]

Fonte: autora | Santos, 2013

Figura 16 - Implantação da Casa das Bocas [p.58]

Fonte: autora

Figura 17 - Problemas e respostas para a Rua das Bocas [p.61]

Fonte: autora

Figura 18 - Gárgula da Casa das Bocas [p.63]

Fonte: autora

Figura 19 - Levantamento fotográfico [p.64-65]

Fonte: autora

Figura 20 - Fotomontagem do passado e presente da Casa [p.66]

Montagem: autora | Fonte: Vale, 1969

Figura 21 - Evolução da Casa [p.68]

Fonte: autora

Figura 22 - Fachada da Casa [p.71]

Fonte: autora

Figura 23 - Gárgulas [p.72]

Fonte: autora

Figura 24 - Levantamento do existente [p.74-75]

Fonte: SRU , autora

Figura 25 - Organograma funcional [p.79]

Fonte: autora

Figura 26 - Elementos com maior valor [p.81]

Fonte: autora

Figura 27 - Esquema funcional [p.83]

Fonte: autora

Figura 28 - Planta da proposta Piso 0 [p.84]

Fonte: autora

Figura 29 - Planta da proposta Piso 1 [p.85]

Fonte: autora

Figura 30 - Planta da proposta Piso 2 [p.86]

Fonte: autora

Figura 31 - Planta da proposta Cobertura [p.87]

Fonte: autora

Figura 32 - Alçado principal [p.88]

Fonte: autora

Figura 33 - Alçados lateral e tardoz [p.89]

Fonte: autora

Figura 34 - Cortes pela entrada principal e transversal [p.90]

Fonte: autora

Figura 35 - Corte longitudinal [p.91]

Fonte: autora

Figura 36 - Axonometria da estrutura [p.92]

Fonte: autora

Figura 37 - Composição da contra-fachada [p.92]

Fonte: autora

Figura 38 - Ligações dos barrotes às vigas [p.93]

Fonte: autora

Figura 39 - Vista geral da fachada (render) [p.96]

Fonte: autora

Figura 40 - Entrada principal (render) [p.98]

Fonte: autora

Figura 41 - Sala de estar (render) [p.99]

Fonte: autora

Figura 42 - Esquema da cozinha [p.101]

Fonte: autora

Figura 43 - Maquetes experimentais [p.103]

Fonte: autora

Figura 44 - Pormenorização do quarto de estudante/casal [p.105]

Fonte: autora

Figura 45 - Pia [p.112-113]

Fonte: autora

Figura 46 - Vermelhos e Amarelos [p.115-120]

Fonte: autora



FIGURA 3 Portal do alçado lateral da Casa das Bocas
Fonte: autora

INTRODUÇÃO

Objetivos

O principal objetivo deste trabalho de prova final traduz-se na aplicação das competências desenvolvidas ao longo da formação académica no projeto de reabilitação de um edifício em Viseu, recorrendo e integrando as diversas valências interdisciplinares que a ele estão intrínsecas.

Pretende-se ainda alcançar, através da escolha de Projecto Integrado de Reabilitação um aprofundamento de conhecimentos na área da reabilitação do património, de forma a aproveitar a oportunidade para consolidar a formação académica nesta área, dado ser, cada vez mais, pertinente e atual.

Outro dos objetivos deste trabalho de prova final reside e, partindo das tendências emergentes ao nível social, económico e demográfico, na investigação de novas soluções projetuais que deem resposta às necessidades contemporâneas, em particular no que diz respeito à habitação para população idosa e jovem.

Pretende-se, assim, contribuir para a investigação de novas formas de pensar a habitação, avaliando o papel da arquitetura face às tendências acima mencionadas e, de forma específica, abordar o conceito de intergeracionalidade e co-habitação enquanto dinâmica que pode contribuir para uma melhor cidade e uma sociedade mais coesa.

Objeto de estudo

O objeto do trabalho de projeto consiste na reabilitação da Casa das Bocas, com o propósito de adaptar os seus espaços e função a um programa de co-habitação intergeracional, destinada a idosos e jovens.

A Casa das Bocas, edifício onde se propõe intervir, situa-se na Rua João Mendes, também conhecida como Rua das Bocas, denominação que deriva da existência do próprio edifício. Construída entre os séculos XVII e XVIII, a Casa das Bocas, de estilo senhorial, apresenta uma arquitetura interessante e singular, onde se destacam as gárgulas que se encontram no friso da fachada.

O conjunto a intervir é composto pelo edifício e logradouro. O edifício encerra-se num único volume, hoje com dois pisos mas onde, outrora, existiu um terceiro, que correspondia às águas furtadas. O acesso ao edifício é feito apenas pela Rua João Mendes, em três pontos distintos: um em cada extremo

da fachada principal e um terceiro direto para o logradouro. O acesso ao logradouro faz-se por um alpendre, de onde se acede a um terraço ao nível do 1º piso.

Com um estado de degradação bastante elevado, o que resta do edifício, atualmente, são fachadas, parte das paredes interiores e uma escadaria, tendo a cobertura ruído totalmente. O logradouro consiste num espaço exterior privado, com bastante potencial para usufruto dos moradores. Situando-se no Centro Histórico, a Casa das Bocas é um local que dispõe de fácil e rápido acesso a serviços e comércio. De forma a devolver à cidade de Viseu um edifício tão peculiar e simbólico, aproveitando a sua boa localização, pretende-se que a Casa das Bocas seja um espaço de co-habitação, que ofereça espaços habitáveis adequados a população idosa e grupos-alvos específicos da população jovem.

Pretende-se com este programa contribuir para encontrar novas respostas para problemas sociais e demográficos emergentes, em particular nas áreas das políticas de habitação e de inclusão social. Neste enquadramento, tanto os públicos-alvo – idosos e jovens - como o regime habitacional – co-habitação e regime de renda apoiada – foram definidos tendo em conta o carácter social do programa.

No caso da população idosa, o programa pretende acolher idosos isolados ou casais com idade superior a 65 anos. No que diz respeito aos jovens, o programa procura dar um novo tipo de resposta a grupos-alvos específicos, nomeadamente:

- jovens que desejem uma vida autónoma, em início de carreira ou de idade adulta, e procurem a primeira habitação, mas que não tenham acesso a crédito para compra ou que não encontrem soluções adequadas no mercado de arrendamento;
- jovens estudantes que procurem alojamento durante a sua estadia na cidade;
- jovens de famílias vulneráveis ou em exclusão social e territorial, que procurem a sua independência mas que tenham dificuldade de acesso ao mercado habitacional, estimulando a sua integração na sociedade.

Assim, procura-se incidir sobre a população-alvo e, através desta co-habitação entre passado e futuro, combater a fragmentação e o isolamento social e quebrar a segregação social.

Justificação

O Centro Histórico de Viseu apresenta, à semelhança de outros que encontramos no país, uma crescente desertificação populacional e uma associada degradação do património edificado. Entre os diversos fatores que levaram a esta situação encontra-se a saída da população para a periferia, o que levou a que o centro tivesse perdido a sua força mas não a sua potencialidade. No caso da antiga freguesia de Santa Maria e, de acordo com os Censos, verificou-se uma perda de cerca de 30% de residentes, relativamente ao período de 2001 a 2011. Já no parque edificado do Centro Histórico, dos 625 edifícios existentes, 152 (25%) encontravam-se em elevado estado de degradação.

Nessa lógica, e referindo Maria da Luz Valente Pereira, “reabilitar o urbano é restituir a cidade à estima pública” (Maria Pereira cit in permitindo à reabilitação actuar sobre o património esquecido e degradado e devolvê-lo às cidades e sociedade, restituindo-lhe uma nova vida. Em locais tão importantes para as cidades como são os Centros Históricos – detentores de identidade e memórias dos locais, zonas de atração turística e de concentração de serviços e comércio – a vertente habitacional também desempenha um papel importante, sendo tradicionalmente a função que ocupa a larga maioria do edificado e que suporta toda a dinâmica urbana.

Nesse sentido, para que a recuperação do Centro Histórico seja possível, é necessário que haja uma preocupação no que respeita ao carácter residencial, de forma a tornar o Centro Histórico mais atrativo, combatendo o despovoamento, e mais adequado às novas dinâmicas sociais e demográficas. As intervenções de cariz residencial devem assegurar boas condições de habitabilidade, boa qualidade de vida e dar uma nova resposta adequadas aos públicos a que se destinam.

Caminhando-se, nas próximas décadas, para um envelhecimento da população, que se dá a par com uma redução da taxa de natalidade, surgem cada vez mais casos de idosos isolados ou que habitam só com outros idosos. Pretende-se assim criar um espaço onde esta população, cada vez mais numerosa, possa envelhecer com dignidade e conforto, oferecendo habitação assistida, e onde se promovam dinâmicas de partilha e entajuda com uma outra faixa da população, designadamente, os jovens. Num contexto de um novo modo de habitar, o programa proposto de “mistura social”, numa lógica de política social de habitação, pretende ser uma nova resposta habitacional alternativa para este grupo populacional, evitando a institucionalização dos idosos ou a ida para um lar.

Os jovens encaram, no dia-a-dia, novos desafios, muitos associados à atual crise do país, cujas situações diferem consoante o contexto e situação e onde muitos optam por emigrar. Assim, no caso dos jovens socialmente excluídos, o programa procura assumir-se também como uma alternativa aos bairros sociais e uma medida que ajude no combate à segregação social. Para além do programa acolher jovens no início da vida adulta e socialmente/territorialmente excluídos, a possibilidade de alojar estudantes procura contribuir para a miscigenação socia-

le ser um incentivo aos jovens para virem estudar para a cidade e uma medida que potencie, em articulação com outras, a frequência do Ensino Superior na cidade, setor que, especialmente no interior do país, tem vindo a decair - somente a decair - somente em Viseu o número de inscritos no primeiro ano no Ensino Superior diminui 45% entre 2010 e 2014.

Atendendo à população a que se destina o programa, a Casa tira ainda proveito da sua localização, encontrando-se próxima de espaços verdes de lazer, comumente utilizados pela população idosa. Está ainda numa propriedade que, pela sua configuração, possui um logradouro que pode ser potenciado e desfrutado pelos seus usuários, algo que não é fácil de encontrar num Centro Histórico.

Quanto à localização na cidade, a Rua das Bocas, onde se encontra o imóvel, é uma rua onde está inserido o Arquivo Distrital, onde se encontram diversos edifícios devolutos e que é, atualmente, considerada problemática pela existência de vários clubes noturnos e pela prática de prostituição. A elaboração de um projeto de reabilitação para um dos edifícios mais importantes desta rua pretende ser uma oportunidade para impulsionar uma melhoria e redinamização da área, articulando-se com outros projetos já previstos pelo município para a mesma, de forma a não só modificar a imagem negativa que os viseenses têm da zona, como promover a sua regeneração populacional e a revitalização das atividades económicas existentes.



FIGURA 4- Vista da entrada principal da Casa
Fonte: autora



ENQUADRA
MENTO
TEÓRICO

“No dia em que uma estátua é acabada, começa, de certo modo, a sua vida. Fechou-se a primeira fase em que, pela mão do escultor, ela passou de bloco a forma humana; numa outra fase, ao correr dos séculos, irão alternar-se a adoração, a admiração, o amor, o desprezo ou a indiferença, em graus sucessivos de erosão e desgaste, até chegar, pouco a pouco, ao estado mineral informe a que o seu escultor a tinha arrancado.”

MARGUERITE YOURCENAR

1 A INEVITABILIDADE DO TEMPO NA ARQUITETURA

À semelhança dos seres vivos, toda a obra de arquitectura que “nasce” está também sujeita à passagem do tempo, o que se traduz no seu definhamento e o seu eventual desaparecimento. À semelhança dos seres vivos, a obra de arquitectura enfraquece, os elementos que estruturalmente asseguravam a sua estabilidade perecem e a degradação geral é uma consequência (por vezes) não relacionada com a qualidade da obra mas com a ação do tempo. No entanto, da mesma maneira que é possível estender o tempo de vida de um ser vivo através de tratamentos e curas, existem ações que podem prolongar a vida de uma obra de arquitectura e de estender o seu propósito arquitetónico. Dependendo da vontade e esforços realizados nesse sentido, ações de conservação e restauro podem incrementar a longevidade da obra.

A Tríade Vitruviana apresenta os três propósitos fundamentais da arquitectura: *firmitas*, *utilitas* e *venustas*, representando, respetivamente, o carácter construtivo e estabilidade da obra, a sua utilidade e a beleza/valor estético. A ação do tempo sobre a obra de arquitectura é inevitável e significa uma ameaça aos elementos vitruvianos, considerados necessários para que a obra faça sentido. Dessa forma, a firmeza da obra vai-se perdendo, a utilidade da obra é anulada muitas vezes pela incompatibilidade da sua função face a um progresso incessante e a sua beleza desfigura-se, expondo os diversos tipos de degradação que se firmam sobre os elementos arquitetónicos. (Silva, 2014)

Até ao século XIX, a arquitectura tinha um carácter reciclável. Quando um edifício perdia o seu significado (*firmitas*, *utilitas*, *venustas*) ou até mesmo por razões políticas, este podia ser destruído, demolido ou desmantelado para reaproveitamento de materiais, dando origem a novas construções. Um edifício, salvo edifícios de culto ou importantes para as comunidades, tinha apenas um carácter unicamente tectónico. (Pinho, 2013)

Excetuando a ação de demolir, a consequência máxima do tempo sobre qualquer edifício é a sua ruína, representando um estado de degradação que lhe subtrai a utilidade resultado de uma alienação de responsabilidades. A Casa das Bocas, objeto da proposta de intervenção no presente trabalho, é um exemplo de um edifício em ruína onde é inegável a sua relevância histórica – a memória de uma época passada – quanto mais por se tratar de uma obra arquitetónica que se mantém erigida há mais de três séculos e que assistiu à passagem de diversas gerações e da qual as pessoas, nomeadamente a população viseense, possuem uma clara estima pela obra.

“(...) há duas formas de olhar para as rápidas transformações por que o mundo passa:

*muitos vêem sobretudo o que muda,
outros procuram surpreender o que, a despeito delas, permanece.”*

(Orlando Ribeiro cit. in Silva, 2014: 16)

Para Brandi, a ruína é “tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes.” (Brandi, 2006: 40) A ruína consiste num fragmento, em algo não-acabado e deve também a sua valorização à vertente estética – e até poética – da maneira como se afigura após restar vestígios do passado e ao apelo sensorial e artístico que subentende uma leitura histórica. (Zonno, 2015)

A ruína despertou sempre um prazer visual estético, salientando a poética inerente a um estado de decomposição, um misto de natureza e arquitetura e cuja importância foi distinta no período romântico, onde a ruína representava um elemento fundamental para um contemplação pitoresca e uma apreciação estética que simbolizava a relação e integração do homem com a natureza. A força da ruína “está na condição explícita de seu carácter construtivo e material – capaz de suscitar um apelo tátil à percepção, um redimensionamento da experiência” (Zonno, 2015: s.p.) e na vertente poética que provoca emoções e novas percepções do espaço, despertada pelos jogos de luz e sombra e linhas difusas devido à união da natureza com a arquitectura (Zonno, 2015)

*“Pensando o contexto como um “lugar de memória”,
vemos a possibilidade da constituição de uma visão dialógica entre o passado e presente – reconhecendo-se a diferença entre ambos, mas também uma construção de sentido.”*

(Zonno, 2015: s.p.)

A forma de intervir numa ruína parte da interpretação pessoal que se faz e do próprio conceito de ruína que se tem. Uma ruína transforma-se quando perde grande parte da forma original e apela à imaginação sugerindo novas ideias que



FIGURA 5 Casa das Bocas em ruína
Fonte: autora

partem da observação do que restou, desde as técnicas construtivas que ficaram expostas, às sobreposições de camadas “históricas” e aos elementos simbólicos. O exercício de intervenção numa ruína, quando não pretende a sua conservação estrita, procura fundamentar-se na valorização do passado e do presente, incitando o diálogo entre o pré-existente e o novo, em que cada uma das partes simboliza um determinado período importando os seus contextos, mas funcionando como um conjunto que se valoriza mutuamente. (Zonno, 2015)

De facto, atualmente as comunidades têm consciência da importância do património material e até imaterial como “um bem identitário comum” (Silva, 2014: 13), mas, muitas vezes, carece o devido cuidado e respeito por esta memória e pelos seus valores intrínsecos através do simples descuramento e deixando-o cair no abandono e esquecimento.

Sobre esta temática, o último século foi essencial para o despertar de um novo olhar sobre o património, ao estabelecer que todos os edifícios, independentemente do seu estado e destino, constituem uma herança do passado e encerram valores que nos transmitem uma memória e identidade sobre as nossas próprias origens e história. Desta mudança ideológica, surge a preocupação do registo destes organismos vivos, no fundo, contadores de histórias, que podendo desaparecer, devem ser documentados e, muitas vezes refuncionalizados, sob risco de se perder parte da nossa história, sentido e utilidade para a sociedade atual e futura.

2 PATRIMÓNIO | LUGAR E MEMÓRIA

“Impõem-se, em suma, entender os patrimónios construídos como ‘corpos vivos’ com características vivenciais plurais, dialécticas transformadoras, vendo-os como ‘testemunhos históricos-artísticos contemporâneos’ (...)”

(Silva, 2014: 42)

O conceito de património cultural consiste no reconhecimento da herança que nos foi deixada pelos nossos antecessores e que é reconhecida como detentora de valores que caracterizam uma cultura e sociedade. Atualmente, património é um vasto termo que abrange uma grande multiplicidade de variantes, resultado de uma transformação do conceito devido a um maior aprofundamento e entendimento do seu significado e implicação nas sociedades.

Se, na Idade Média, altura em que apenas os edifícios monumentais eram considerados património, ao possuírem algum valor individual, a passagem do tempo e a evolução da sociedade e dos eventos históricos que a marcaram ditaram o

alargamento deste conceito. Desta forma, foram inseridos como pertencentes ao conceito de património as antiguidades na época do Renascimento/Barroco e o monumento histórico na época do Historicismo e Nacionalismo. Durante o século XX, introduziram-se os conjuntos e sítios, as cidades históricas e artísticas, o património urbano, o património paisagístico e intangível e, por fim, o conceito alargado de património cultural e natural, já no século XXI. (Pinho, 2013)

“Saving the past can be a way of learning for the future...”

(Lynch, 1972: 43)

Inegavelmente, os elementos históricos que se mantêm até hoje têm relevância no presente e, independentemente da sua época de origem, ocupam um espaço no tempo atual. O edificado histórico carrega nele um conhecimento histórico que nos é transmitido por uma memória física, palpável, e que nos permite aprender com as ideologias e culturas passadas não só para um espaço temporal presente mas também para a construção de um futuro que se serve das bases do passado. (Lynch, 1972)

A importância do património é de tal forma reconhecida que as pessoas viajam, a par de outras atividades, para se enriquecerem culturalmente com o vasto património material e imaterial que a História/Cultura foi “oferecendo” e acabou por se tornar numa fonte de riqueza para os países. A mudança de atitude, a partir do século XIX, resultou numa exaltação dos monumentos nacionais – sinónimo de identidade – inserido na ideia de nacionalismo e marcou também o aparecimento dos primeiros movimentos de salvaguarda do património. (Pinho, 2014) Mas mais do que uma certa nostalgia e prazer visual e mais do que uma indiscutível memória viva, Kevin Lynch afirma que as coisas se tornam úteis para nós não pela essência mítica da passagem do tempo mas sim pelas suas qualidades atuais no presente. (Lynch, 1972)

Por fim, salienta-se a definição, no contexto atual, de património cultural, assente na Lei de Bases do Património, de 2001:

1 - (...) integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.

(...)

3 - O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

(Art 2º da Lei nº107/2001 de 8 de Setembro)

Mesmo dada a importância do património, torna-se insustentável a preservação de todos os edifícios antigos, de tudo o que nos invoque o passado e, por isso, a dificuldade passa também por saber avaliar os valores em presença em cada bem e equilibrar os testemunhos do passado e o progresso. É neste exercício que a questão dos valores é fundamental para distinguir quais são os elementos insubstituíveis e, nesse sentido, evitar operações irreversíveis. A Casa das Bocas, com elementos arquitetónicos que a tornam singular e erguida nos séculos XVII e XVIII, encontra-se contextualizada num conjunto com elevada importância histórica que é o Centro Histórico de Viseu. Além disso, encerra valores que, no âmbito do que se tem vindo a constatar, validam a necessidade da sua preservação, nomeadamente os valores histórico, de lembrança, de idade e artístico. No entanto, tais características não impediram que, em 2009, dado o estado avançado de degradação do edifício e a ameaça à segurança pública decorrente do desabamento da cobertura, a autoridade pública local tenha dado ordem ao proprietário para demolição da Casa. A operação acabou por ser parcial e restou do edifício o que, para esta prova final, é efetivamente o objeto material de intervenção, que são as paredes exteriores, algumas interiores no piso térreo (duas dessas que se elevam até ao piso 1), as escadarias exteriores e uma interior.

No fundo, apesar da evidente consideração pelos edifícios antigos existe ainda alguma apreensão na hora de decidir o destino dos mesmos e, não obstante, acaba por se permitir, em casos questionáveis, que ações de demolição irreversíveis sejam praticadas. Neste âmbito convém ainda acrescentar que, no caso da Casa das Bocas, a política em relação ao edifício alterou-se profundamente nos últimos dois anos, sendo este atualmente parte do património municipal e já tendo sido posto em marcha um projeto para a sua reabilitação.

3 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Se o conceito de património acabou por ser aprofundado, assim como a sua importância, a forma de atuar sobre ele representou uma temática mais ambígua e subjetiva e que suscitou, a partir do século XIX, diversas teorias acerca da sua conservação. De entre as mais relevantes no que respeita à intervenção em património, destacaram-se a de John Ruskin, Eugène Viollet-le-Duc, Camillo Boito, Cesare Brandi, entre outros.

Para Ruskin, a forma de intervir em património passava pela não-intervenção, defendendo a conservação estrita e a manutenção dos monumentos, de forma invisível. A sua teoria baseou-se na convicção de que os edifícios retinham um carácter sagrado e pertenciam às gerações anteriores bem como às gerações futuras, sendo que, dessa forma, não nos era permitido, no presente, interferir no

edificado antigo e o ato de restaurar constituía a “destruição mais total que uma construção pode sofrer.” (Choay, 2000: 130)

Viollet-le-Duc representou o antagonismo da ideia de Ruskin, ao defender o restauro estilístico, caracterizado por uma reposição do estilo original/ideal da obra, mesmo em detrimento da sua verdade histórica, aceitando a reposição de elementos em falta e até reconstrução total. Não obstante, destaca-se o aparecimento dos registos e levantamento rigoroso dos monumentos, introduzidos por Viollet-le-Duc. No fundo, tem-se a importância do passado que caracteriza a nostalgia de Ruskin pelo edifício antigo e a importância do futuro que fundamenta os princípios de Viollet-le-Duc. (Choay, 2000)

Já posteriormente, Camillo Boito parte de uma instrução que lhe permite articular estas perspetivas de passado e futuro e tentar uma conciliação das ideias de Ruskin e Viollet-le-Duc. A sua ideia defende a salvaguarda do edifício, respeitando todas as fases histórico-artísticas, mas quando se revela necessário proceder ao restauro, este deve ser aplicado segundo uma série de diretrizes, entre eles o respeito pela autenticidade, diretrizes essas que constituem critérios que, ainda hoje, preconizam o exercício de intervenção em património. (Pinho, 2013)

Na procura de conciliar e normalizar as formas de atuação, surgiu a Carta de Atenas do Restauro, em 1931, que consistiu na primeira tentativa de documentar princípios e normas de defesa, conservação e restauro do património. Clarificou-se o “respeito pela obra histórica e artística do passado”, a “utilização do monumento, como forma de garantir a sua continuidade futura”, “a importância das envolventes” e “a necessidade de um rigoroso trabalho prévio de análise e documentação”. (Pinho, 2013: sp) Mais tarde, as Cartas de Veneza, em 1964 e do Restauro, em 1972, esta última com bases nas ideias de Cesare Brandi de apreciação do valor artístico do objeto, instauraram os limites do permitido na conservação, instaurando critérios e princípios, atualmente, determinantes na prática interventiva do património. Definem que a primeira intenção do restauro é a utilização. (Pinho, 2013)

Esta necessidade de regras prendeu-se com a introdução da ideia do restauro crítico, estabelecida por Brandi, que comprometeu o arquiteto a uma reflexão de caso para caso, devendo orientar-se pelos juízos críticos de valor, em que a adequação da intervenção requer uma avaliação rigorosa e cuidada do objeto intervencionado. Do seu conceito, extrai-se a importância do restauro da matéria da obra de arte, em que a ação de restauro decorre sobre a matéria existente e deve basear-se nos fragmentos presentes e nos testemunhos que comprovam a autenticidade do estado original. (Brandi, 2006)

Além disso, Brandi salienta que, da ruína, não parte apenas a sua realidade efetiva mas também uma qualificação que deve ter em conta a vertente da história e da conservação e certificar, no futuro, que o valor essencial da ruína não se perca: “o

vestígio ou testemunho de obra humana e ponto de partida da ação de conservação.” (Brandi, 2006: 40)

“(...) a conservação, é quase sempre uma opção inteligente e racional, quer do ponto de vista cultural, quer nos aspetos ambientais e económicos (...) que permitam alcançar os objetivos mais importantes: recuperar em bases economicamente sustentáveis o edificado existente, fazendo com que ele ganhe ou retome capacidades funcionais compatíveis com as necessidades contemporâneas, mantendo o essencial do corpo e do espírito do objeto intervencionado”

(Appleton, 2013: 31)

A Casa das Bocas torna-se um objeto delicado no que respeita à forma de intervenção. Tem-se em equação uma série de fatores e condicionantes: o centro histórico onde se insere o edifício e os valores que lhe estão inerentes. Decerto que a intervenção parte sempre de uma (re)interpretação de quem intervém e naquilo que considera o adequado para a obra, não tanto por capricho, mas pesando na análise e opções tomadas, os valores em presença, todas as teorias e reflexões até então estudadas e os critérios que assentam nas boas práticas de intervenção em património.

4 CRITÉRIOS E PRINCÍPIOS DA CONSERVAÇÃO

A conservação tornou-se, assim, um termo genérico, mais amplo, que engloba os vários conjuntos de atuação, segundo os quais é possível distinguir o tipo de estratégia em qualquer que seja a intervenção. O projeto de intervenção da Casa das Bocas, após conhecimento e análise do objeto e todas as características inerentes e envolventes, deve igualmente definir uma estratégia de atuação – um critério de intervenção – e respeitar os princípios de conservação. Dessa forma, distinguem-se as seguintes formas de intervenção:

- a. **CONSERVAÇÃO** - Conjunto de atuações de preservação e restauro dirigidas para o assegurar de uma duração, que se pretende ilimitada, da configuração material do objeto.
- b. **PRESERVAÇÃO** (Conservação estrita) - Conjunto de atuações que visam a manutenção da integridade material do objeto e prevenir a sua deterioração, no mais amplo prazo possível, e que podem incidir ou não sobre o próprio objeto.

- c. *SALVAGUARDA - Qualquer medida que vise a conservação mas que não implique intervenções diretas sobre o objeto.*
- d. *RESTAURO - Qualquer intervenção que, respeitando os princípios da conservação e fundamentando-se num cuidadoso conhecimento prévio, visa, nos limites do possível, a restituição ao objeto de uma relativa legibilidade e, quando pertinente, do uso.*
- e. *REABILITAÇÃO – A forma pela qual se procede à integração dos monumentos e edifícios antigos (em especial os habitacionais) no ambiente físico da sociedade atual (...) através da renovação e adaptação da sua estrutura interna às necessidades da vida contemporânea, preservando ao mesmo tempo, cuidadosamente, os elementos de interesse cultural.” (Pinho, 2013)*

Para um correto exercício de conservação, cabe ao arquiteto o seguimento das regras de atuação que foram estabelecidas como essenciais não só numa lógica de conceitos orientadores mas também de bom senso e respeito para com a obra. Nesse sentido, os principais critérios de intervenção em património são:

1. Autenticidade
2. Conhecimento do Objeto
3. Intervenção Mínima
4. Reversibilidade
5. Compatibilidade
6. Retratabilidade, Repetibilidade ou Reaplicabilidade
7. Manutenção
8. Registo e documentação

A **autenticidade** é caracterizada pela genuinidade histórica e arquitetónica, isto é, a verdade do objeto. Neste sentido, importa ter em conta que a autenticidade não tem o mesmo valor para todas as culturas, pois o que numa cultura é considerado genuíno para outra poderá não conter o mesmo significado. Está também interligada a diversas valências como a estética, a história e o documento, na procura de não tentar simular algo novo como sendo antigo.

O **conhecimento do objeto** consiste no rigoroso saber do objeto, desde o contexto físico e cultural, compreendendo a sua história e a passagem do tempo sobre ele, permitindo avaliar estas “pistas” e fundamentar as decisões futuras de conservação.

A **intervenção mínima** consiste no máximo aproveitamento possível dos materiais, tentando evitar a remoção ou substituição de novos, e procura seguir uma hierarquização interventiva: antes manter que reparar; antes reparar que restau-

rar; antes restaurar que renovar. (Pinho, 2013)

A **reversibilidade** é a possibilidade de determinado material poder ser removido, sem causar eventuais danos aos materiais já existentes, assegurando que o trabalho que é feito não comprometa qualquer opção no futuro de retornar às soluções anteriores.

A **compatibilidade** consiste na utilização de materiais novos compatíveis com os antigos, atendendo a que as características físicas, químicas e mecânicas não comprometam os materiais já existentes. Deve, ainda, ter-se em conta a utilização de materiais cujo envelhecimento não afete o estado dos antigos.

A **retratibilidade, repetibilidade ou reaplicabilidade** baseia-se na garantia de que, após a utilização dos materiais novos, os originais, caso necessitem de algum tipo de tratamento, este não seja inviabilizado no futuro, no mesmo local.

A **manutenção** consiste num conjunto de ações que, quando aplicadas, permitem que o edifício dure mais tempo e que a degradação seja mínima, distinguindo-se a manutenção preventiva que consiste na manutenção constante e a manutenção corretiva que só acontece quando não houve manutenção preventiva.

O **registo e documentação** refere-se a toda a informação referente ao objeto em causa, desde desenhos, registo fotográfico e textos que devem inventariar todas as alterações que irão ser efetuadas, para que seja possível a distinção entre o pré-existente e o novo. (Pinho, 2013)

Enunciadas as bases para a proposta que se irá apresentar mais adiante, o estado de ruína do objeto de intervenção implicará, sem surpresas, um projeto de reabilitação, cujas circunstâncias geram uma intervenção fortemente interventiva e pouco reversível, que opta mais por dar uma nova função ao edifício, não descuidando os valores que nele se encontram.

De facto, a reabilitação, neste caso quase uma reconstrução ou renovação, sendo a estratégia mais interventiva dentro do conceito da conservação, tem como função final dar um futuro ao edifício, implicando sempre uma mudança. O seu exercício procura assinalar a contemporaneidade no antigo, diferindo de uma lógica preventiva ou de uma conservação estrita onde, nestas condições, procuram-se tentativas de paragem no tempo ou até do restauro, que procura voltar atrás no tempo. (Pinho, 2013)

5 CRISE E CENTROS HISTÓRICOS

Num contexto de rápidas transformações baseado numa premissa de progresso, assistiu-se em Portugal nas últimas duas décadas a uma transformação no território através de um elevado número de construções novas. Esta expansão do sector imobiliário, fortemente incentivada por uma política de Estado na obtenção e

construção de casa própria, em muitos casos até segunda habitação, conduziu a um excedente do parque habitacional superando o nível de carência que até então vinha existindo. (Freitas, 2012)

No entanto, a crise financeira do país, principalmente a partir de 2008, teve como efeito uma desaceleração desta expansão, afetando a capacidade de construção nova e o acesso ao crédito, derivando em milhares de casas construídas desabitadas e em processo de construção interrompido. (Appleton, 2013)

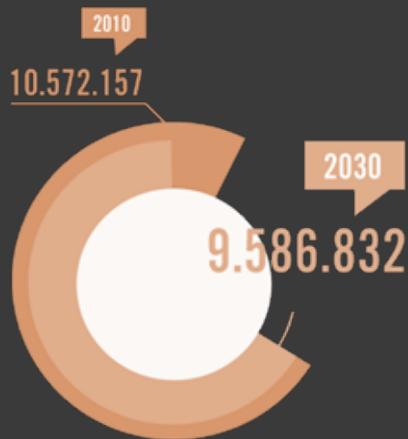
Do que até então tem decorrido, o parque edificado apresenta um quadro que tem subvertendo a importância da construção nova face à reabilitação, cuja ação tem vindo a ser cada vez mais valorizada.

Os centros urbanos e, principalmente, os centros históricos são os mais afetados com uma elevada degradação dos edifícios e o número de fogos devolutos, dado que o período antigo de construção da maioria dos edifícios está relacionado com o estado de degradação dos mesmos, tratando-se da maioria de edifícios antigos.

“Edifício antigo é aquele que foi construído antes do advento do betão armado como material estrutural dominante (...) recorrendo portanto a materiais e tecnologias tradicionais para a construção dos diferentes elementos construtivos, materiais e técnicas que têm origem quase perdida no tempo (...)”

(Appleton, 2003: 2)

Esta condição, dado relacionar-se com os conceitos de património histórico, abordados anteriormente, acarreta, quer no âmbito da sua intervenção e quer no acesso a programas de apoio financeiro, condicionalismos e limitações que, por parte dos arquitetos, devem ser encarados como um desafio e não um obstáculo e, no que diz respeito à sociedade, uma abordagem adequada a um bem comum.



1.144.671
JOVENS 0-14 ANOS
EM 2010, ERAM 1.575.900



2.438.016
IDOSOS 65+ ANOS
EM 2010, ERAM 2.014.862



12%
JOVENS



63%
ADULTOS



25%
IDOSOS

Nº de idosos por cada 100 pessoas em idade activa.

EM 2030 SERÃO 41



EM 2010 ERAM 29



INTERGERACIONALIDADE: UM NOVO MODO DE HABITAR

1 CARACTERIZAÇÃO

No contexto de crise já mencionado, Portugal depara-se com novas situações e desafios com os quais, anteriormente, nunca se tinha deparado, fruto de numa nova realidade social, demográfica, económica e cultural. Exige-se, pois, uma análise crítica destes novos desafios e, da mesma maneira, uma procura de novas soluções que, em circunstância do presente trabalho, recairá em novas formas de habitar.

Uma das situações que mais tem marcado o panorama demográfico nacional corresponde ao envelhecimento populacional. Portugal possuía, em 2010, 10.572.157 habitantes (registo do último Censo efetuado, em 2011). A partir deste valor, tem-se uma percentagem de cerca 25% (2.014.862) de idosos, correspondendo a pessoas com mais de 65 anos e 12% de jovens (0-14) (1.575.900). As previsões apontam para que, no futuro, Portugal tenha menos pessoas e mais velhas, numa percentagem estimada de 32% de população idosa, em 2050. (INE, 2010)

“A população não se fixa no tempo, tem movimento, está em permanente alteração, vai adquirindo novas configurações.”

(Mendes et al, 2013: 19)

Este cenário, atual e tendencialmente mais marcante no futuro, reflete-se num conjunto de indicadores e índices relativos a diferentes grupos etários, que se tornam reveladores e explicativos deste fenómeno que é o envelhecimento da população. Em primeiro lugar, tem-se o aumento da esperança média de vida, fruto dos avanços científicos e tecnológicos, e conseqüentemente a diminuição da taxa de mortalidade. A isto, alia-se o declínio da taxa de natalidade, tendo vindo o número médio de filhos por mulher a diminuir, especialmente nos países mais desenvolvidos – 1,4 filhos em 2008 – que se pode caracterizar pela alteração do papel da mulher na sociedade: emancipação da mulher, entrada no mercado de trabalho, diminuição dos níveis de fecundidade, optando por ter filhos mais tarde. A componente económica acaba por ser influenciadora, dado que, com a

crise financeira, a opção de ter mais filhos e as despesas associadas acabam por se tornar uma dificuldade, mesmo para quem a deseja. Se, por um lado, o aumento da longevidade é encarado com satisfação ao permitir que se viva mais tempo, a questão da diminuição da natalidade deve ser encarada com alguma inquietação pois, a longo prazo e mantendo este valor, impossibilita a renovação de gerações que, para ser possível, deveria ser, em média, 2,1 filhos. (Rosa et al, 2010)

Outro fator determinante trata-se dos fluxos migratórios atuais, com a saída dos jovens para o estrangeiro em busca de oportunidades de trabalho, o que, aliado a um menor número de nascimentos, contribui para um número ainda menor de jovens no país. Este acontecimento vai igualmente afetar a diminuição da taxa de nascimentos, pois verificando-se uma estadia prolongada no país para onde se deslocam, esta acaba por afetar este indicador e, a outro nível, se traduz uma diminuição da população ativa. (Rosa et al, 2010)

Deste cenário inédito traduz-se que a percentagem de população idosa tem mais peso que a população jovem e que Portugal se tornou um dos países mais envelhecidos do mundo. (Rosa et al, 2010)

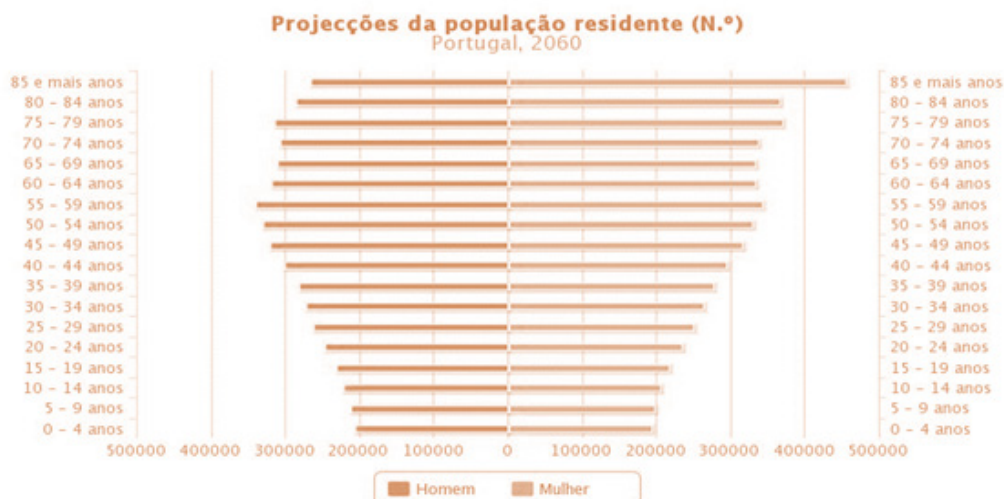
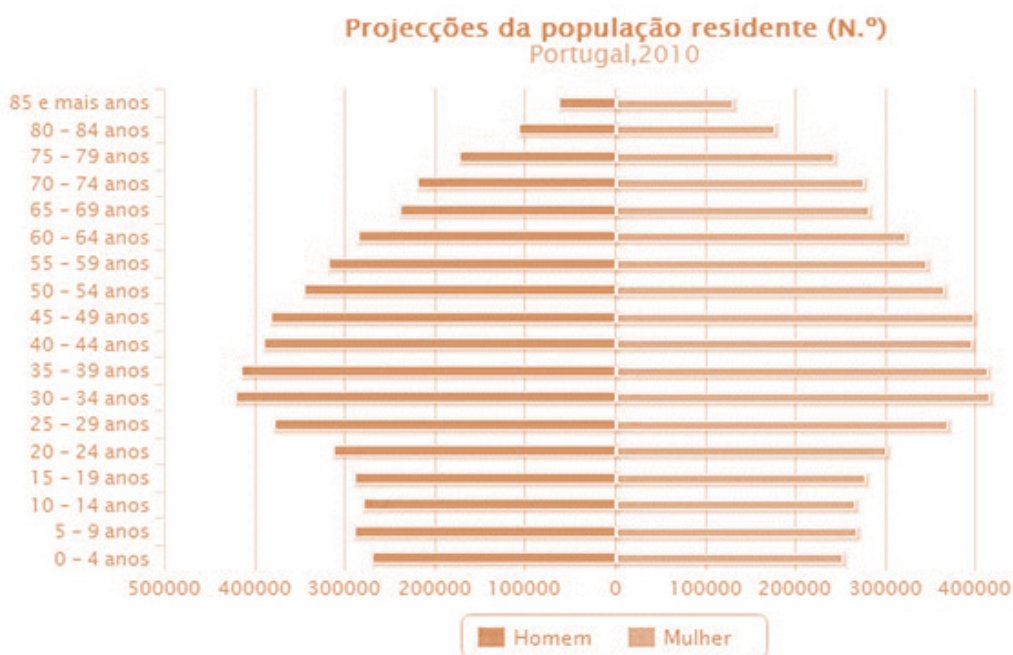


FIGURA 7 Previsões da população residente
Fonte: INE, 2011

2 IDOSOS E JOVENS?

A caracterização feita no ponto anterior permite também perceber que o peso do idoso tem vindo a adquirir cada vez mais importância no âmbito social. Apesar dos dados numéricos desanimadores relativamente aos jovens, é reconhecido o seu valor na sociedade, visto tratarem-se do futuro da mesma e é neste âmbito e especificamente nestes públicos-alvo que o presente trabalho se pretende debruçar. Aquilo que se impõe e que pretende abrir caminho para uma nova resposta social, atendendo a estes novos problemas, é precisamente o interesse na promoção de diferentes tipos de interações entre jovens e idosos, quais os benefícios daí decorrentes, não só individuais mas também coletivos, recorrendo à arquitectura como um elemento catalisador deste encontro intergeracional.

No entanto, a principal questão prende-se com a exequibilidade da ideia: até que ponto é possível a criação de interações intergeracionais (não familiares), num meio estigmatizado e, aparentemente, definido por um distanciamento entre estas duas gerações?

Desmistificando a palavra em si, que não existe no dicionário português, “inter” + “geracionalidade” traduz-se em algo entre gerações e, embora se associe comumente o termo a jovens e idosos, pode-se classificar de intergeracional qualquer tipo de relação entre qualquer geração (avó, pai, filho, neto).

As relações intergeracionais sempre fizeram parte do quotidiano e exprimem qualidades de partilha mas tornou-se evidente o desenvolvimento de um preconceito estereotipado para com o idoso e uma idolatração da juventude veio restringir a relação jovem/idoso. De facto, a condição do idoso já não tem o mesmo significado e, se antes o idoso era visto com fonte de saber e experiência, hoje o pensamento tendencial reverteu-se para a ideia de antiquado e sem relevância.

Se anteriormente se mencionou que novos progressos na medicina possibilitaram o aumento da longevidade, o mesmo não significa um envelhecimento melhor. No que respeita aos idosos, os problemas com que atualmente se deparam refletem a atitude de uma sociedade mais desligada das relações sociais e que o encara com algum preconceito: “(...) vivem à parte, são efetivamente segregados do resto da sociedade, excluídos da forças do trabalho, e perdem o seu papel de conselheiros respeitados.” (Cortez et al, 2012: 12)

Os problemas mais significativos tratam-se da “pobreza, a exclusão social e a falta de habitabilidade” (Martin et al, 2012: 185), bem como “mobilidade social, geográfica e profissional, os fenómenos do progresso industrial e da urbanização, as mudanças nas dinâmicas familiares” (Cortez et al, 2012: 10), somando-se o abandono de idosos e o gerontismo – um termo designado para definir o idadismo aos idosos, ou seja, “(...) atitudes e práticas negativas generalizadas em relação a indivíduos baseada somente numa característica – a sua idade.” (Marques, 2011:

18)

A realidade aponta para um claro isolamento e exclusão do idoso, nomeadamente quando se evidencia a percentagem significativa – em termos quantitativos – que este já ocupa (e ocupará) na sociedade, e a sua vulnerabilidade representa um fator catalisador para a ocorrência de diversas situações. Importa salientar que o distrito de Viseu apresenta o maior número de idosos sozinhos ou isolados do país, tendo sido sinalizados 3315 casos em 2013. (DN, 2014)

A par destes números, outros problemas que têm vindo a aumentar são os abusos e maus tratos a idosos, tendo a APAV registado, entre 2013 e 2014, 4015 crimes. Nestes crimes, que ocorrem em contexto familiar, verifica-se, em muitos casos, que o idoso habita juntamente com o agressor familiar, o que impõe, por vezes, a saída do idoso da habitação.

As novas dinâmicas familiares e as suas especificidades também se relacionam com este fenómeno, que justificam não só o isolamento dos idosos mas também o preconceito por parte dos jovens. O papel da família, inequivocamente fundamental, tem vindo a perder força e representatividade, enquanto espaço educativo e central para o desenvolvimento afetivo e cognitivo dos jovens, que presenciam um enfraquecimento dos laços familiares com os parentes idosos, devido à “nuclearização dos agregados familiares com a ausência dos avós (...)” (Gonçalves et al, : sp), derivado também da institucionalização em lares que, não significando uma privação de bem-estar, contribuiu para este afastamento físico e social. Assiste-se, assim, a uma segregação entre gerações que não beneficia nenhuma das partes envolvidas. (Gonçalves et. al, s.d.)

Se por um lado, muitos idosos que vivem agora isolados nas habitações que albergaram as suas famílias, mais ou menos numerosas, e que chegam a ser T2 ou T3 só para o casal de idosos ou só para um deles (em caso de viuvez, por exemplo), contrapõe-se o caso dos jovens que, muitas vezes, carecem de habitação.

Aos jovens, a crise tem obrigado à procura de novas soluções no que respeita à procura da sua dependência e autosustentabilidade. A oferta de emprego tem-se revelado insuficiente para os todos indivíduos e, para quem pretende iniciar uma vida dependente, muitas das soluções encontradas passam por emigrar e procurar soluções noutras países, o que não é, para muitos, a solução ideal mas sim a necessária. Em consequência, a falta de emprego e o facto de não ganharem o seu próprio dinheiro levam a que muitos jovens fiquem, até tardiamente, sem forma de sustento próprio e com limitações indesejadas de dependência. O desemprego dificulta o passo seguinte que se preveria no início da vida adulta que é a procura da primeira habitação. As dificuldades financeiras são um obstáculo quer à aquisição quer ao arrendamento, embora tenham surgido novas soluções que facilitem o acesso à habitação por parte dos jovens. Enquadrando esta necessidade para uma nova resposta, o programa pretenderá acolher este público-jovem que, para primeira habitação e enquanto constroem a sua estabilidade financeira,

possam usufruir de um espaço próprio. Da mesma maneira, o espaço poderá acolher jovens casais que procurem a primeira habitação, com uma renda mais baixa. Dentro deste grupo, também se enquadram os jovens excluídos territorialmente que, na cidade de Viseu, correspondem ao elevado número de jovens desempregados que habitam nos bairros sociais e representam áreas excluídas. Noutra realidade, pretendem-se inserir os estudantes, em que o programa procurará oferecer um quarto para alojamento.

O programa que pretende ensaiar uma resposta a estas realidades e dificuldades, quer para os idosos quer para os jovens, e procurará oferecer um espaço próprio de habitação, oferecendo apoio aos idosos e as condições necessárias para que possam ganhar a estabilidade financeira que procuram para os jovens, num sistema de renda apoiada, e num local que lhes permita ter fácil acesso a serviços, comércio, etc, como é exemplo da Casa das Bocas.

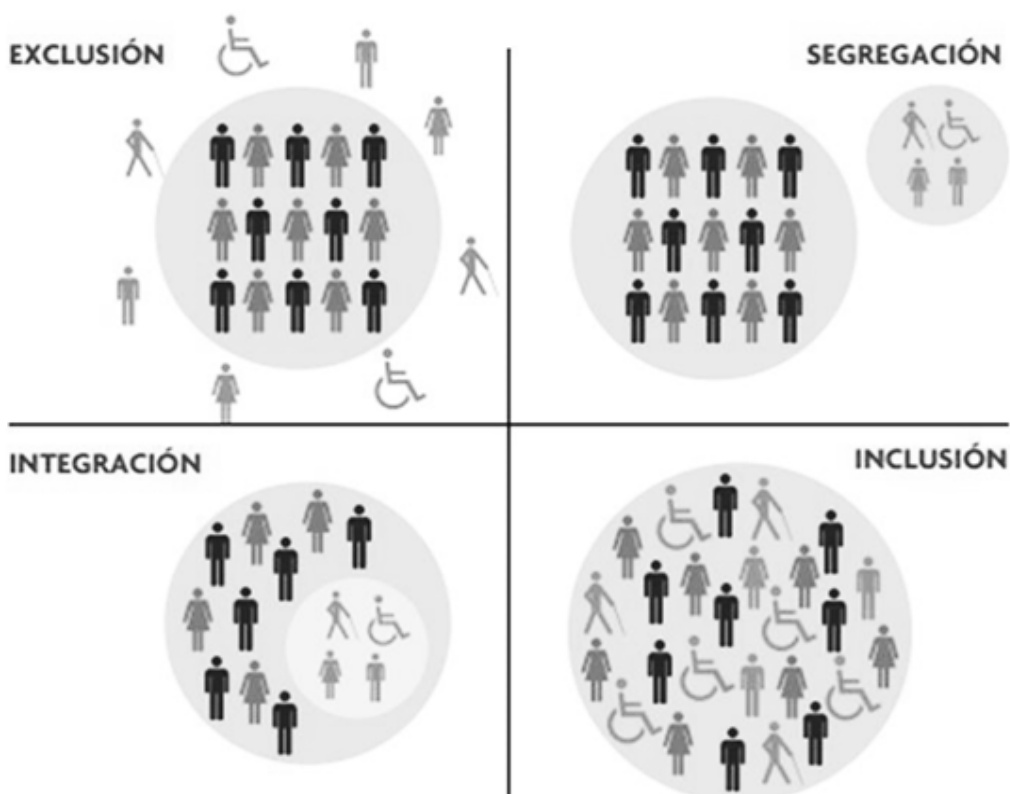


FIGURA 8 Formas de integração
Fonte: DUARTE, s.d.

3 UM ENCONTRO INTERGERACIONAL QUID PRO QUO

Dado a inevitabilidade de coabitarem, num futuro próximo, quatro gerações, deve-se então combater a segregação e conflito de gerações, bem como fomentar boas relações intergeracionais, não apenas no seio familiar.

*“O diálogo entre gerações contribui para uma nova consciência comunitária,
na medida em que desenvolve as relações interpessoais,
quando entram em contacto com novas vivências
de diversos modos de pensar, agir e sentir.”*

(Lopes cit. por Teiga, 2012: 30)

Tratando-se de um assunto de ordem social e global, resultaram diversos programas e políticas insistindo na solidariedade/igualdade intergeracional e salientando a importância dos resultados enquanto estimuladores do desenvolvimento social. Programas intergeracionais esses que contribuiriam para um equilíbrio social. (Teiga, 2012)

O problema de conflito não é recente e surge, especialmente nos países desenvolvidos, devido às novas mudanças, com especial agravação devido à mobilidade, promovendo a rutura entre gerações. Tornando-se um assunto de ordem social cada vez mais significativo, os Estados Unidos da América promoveram, nos anos 60 e 70, estratégias de combate a este problema através de programas educativos intergeracionais. (Teiga, 2012)

A Declaração de Québec, assinada em 1999, “(...) enfatiza a necessidade de cultivar relações harmoniosas e produtivas entre as gerações, especialmente para favorecer a dignidade humana, a paz e a justiça social” (Declaração de Québec cit. por Teiga, 2012: 31). Também no incentivo a este problema, destaca-se o papel da UNESCO que tem vindo a impulsionar o investimento por parte dos estados em programas intergeracionais alertando para os seus benefícios, estimulando a inclusão e desenvolvimento social através do diálogo entre gerações. Em Portugal, tem-se destacado o envolvimento da Fundação Calouste Gulbenkian através do financiamento de vários projetos intergeracionais inseridos na iniciativa do Programa de Desenvolvimento Humano “Entre Gerações.” (Teiga, 2012)

Através de variadas atividades e *workshops*, têm surgido diversos programas intergeracionais, que fomentam a relação entre gerações, nomeadamente entre a população jovem e idosa. Assente numa premissa de comunicação e diálogo como elemento-chave para o sucesso da intergeracionalidade, os tipos de progra-



FIGURA 9 Esquema de conflitos entre jovens e idosos
Fonte: autora

mas são bastante variados. Importa aqui destacar aqueles que envolvem a arquitectura e, principalmente a habitação, como cenário deste encontro.

De facto, a caracterização do atual panorama demográfico e as suas mutações previstas exigem uma reflexão para além dos cuidados e do âmbito estritamente social, sendo necessário um olhar sobre a habitação. Relativamente ao idosos, e à medida que envelhecem, a habitação torna-se o seu principal espaço pois representa o local onde permanecem mais tempo e que lhes deve providenciar as condições necessárias para um envelhecimento saudável. (Martin et al, 2012)

O conceito mais significativo no que respeita à habitação do idoso, e em Portugal não é exceção, trata-se do *aging in place*. Este conceito baseia-se no fornecimento dos serviços, políticas e meios que auxiliem o envelhecimento do idoso na sua própria habitação. De facto, tem-se como ponto de partida que as pessoas preferem envelhecer na própria habitação, visto que, com o avançar da idade, acabam por se tornar mais relutantes a mudanças e atendendo também aos significados e memórias que a habitação transmite a cada um.

Em Portugal, dentro do conceito *aging in place*, o tipo de alojamento *homeshare* é o que mais tem servido de mote à implementação de medidas intergeracionais que juntam jovens e idosos e, nestes casos, que são os que mais se tem apostado, na união entre um idoso isolado e um jovem.

“**Viure i Conviure**” é um programa de co-habitação intergeracional em Espanha que junta idosos que se encontram a viver sozinhos e estudantes universitários. A iniciativa, elaborada em 1996/97, partiu da Obra Social de Caixa Catalunya, do Concelho de Barcelona e de várias universidades e surgiu como uma possível resposta ao combate à solidão das pessoas mais velhas. Surgiram, assim, os primeiros testes a esta ideia com o acompanhamento de assistentes sociais e psicólogos. O sucesso do programa resultou no seu alargamento territorial, chegando até 27 cidades em Espanha. Nesta partilha e convivência que assenta numa premissa bilateral de dar e receber, os seniores com idade superior a 60 anos e que viviam sozinhos partilhavam a sua habitação em troca da oferta de acomodações adequadas a estudantes (com idade inferior a 30 anos) que lhes era dado alojamento e ofereciam companhia. Durante o período de co-habitação, existe sempre o acompanhamento por parte de profissionais.

Cada vez mais sedimentados um pouco por todos os distritos em Portugal, os programas *homeshare* têm sido bem-sucedidos no combate ao isolamento dos idosos e têm aproximado jovens estudantes, que necessitam de alojamento, a idosos que habitam sozinhos. Com exemplos já em prática, esta união vista, à partida, com relutância, pois tem revelado vantagens e despertado uma maior consciencialização, tanto para os problemas que afetam os idosos e jovens como para os benefícios para os intervenientes.

No caso viseense, este tipo específico de programa surge na forma de “Viseu Aconchega”, sendo um projeto-piloto, com a finalidade de criar uma ligação entre gerações através de co-habitação entre estudantes universitários e a comunidade

mais idosa do Centro Histórico. O programa ficou a cargo da SRU e do Gabinete de Ação Social (este último situado na Rua das Bocas) e inclui a Federação Académica de Viseu como apoiante. Integrado na estratégia do atual executivo municipal, pode ler-se que

“A medida visa promover a inclusão de estudantes no centro histórico, a um custo reduzido, e o acompanhamento de idosos (especialmente dos que vivem sozinhos) no contexto do dia-a-dia, fomentando a relação intergeracional.”

(Site da CMV (<http://www.cm-viseu.pt/index.php/inicio/viseu-aconchega>))

4 ALTERNATIVAS HABITACIONAIS DE BAIXO NÍVEL ASSISTENCIAL

A degradação do edificado, como já referido anteriormente, em muitos casos, inviabiliza a permanência na habitação e as dificuldades financeiras impedem o seu melhoramento. De igual modo, e não minorando as vantagens de envelhecer na habitação, existem variados casos e circunstâncias que acabam por validar a necessidade de novas opções habitacionais – novos modos de habitar – que respondam a outros problemas desde “(...) fatores relacionados com dependência, restrições ambientais, carências socioeconómicas e familiares, conciliados com a carência no acesso a serviços (...)”, (Martin et al, 2012: 188) cujos fatores carecem a qualidade de vida da pessoa idosa. De certa forma, novas circunstâncias exigem novas respostas, pensadas adequadas aos problemas atuais.

Ainda com menor expressividade, existem alguns exemplos de programas intergeracionais cujo cenário não é a habitação do idoso.

“Os alojamentos de baixo nível assistencial caracterizam-se por serem estruturas residenciais que comportam altos graus de privacidade, ainda que se viva em vizinhança com outras pessoas idosas, pois o estilo de vida destes residentes é, normalmente, autónomo.”

(Martin et al, 2012: 188)

Excluindo os que se relacionam com *aging in place*, importa refletir sobre estes tipos de alojamento que representam uma alternativa habitacional, de baixo nível assistencial e que, para o tema em questão, se caracterizam pela mudança do idoso da sua habitação mas que não impedem a privacidade de cada um, conjugando a sua autonomia a um contexto de vizinhança/proximidade.

Quando não é possível manter o idoso na sua habitação, o mais comum é a sua transferência para um lar/instituição. Apesar disso, esta mudança, muitas vezes

inevitável, tem assumido outras formas com filosofias diversas e há que atentar que nem todos os programas podem acolher pessoas dependentes, onde o nível de assistência exigida é significativamente maior.

São exemplos os programas do tipo *sheltered*, *extra care home* e *cohousing*. O programa *cohousing* centra-se no desenvolvimento de comunidades destinadas exclusivamente a pessoas idosas, onde elas têm direito a uma habitação e acesso às áreas comuns para usufruto dos serviços. Um exemplo português deste tipo de programa é a Aldeia São José de Alcalar que foi construída de raiz para hospedar 105 idosos num total de 52 habitações. O conjunto é composto pelas habitações e por um edifício que encerra todos os serviços necessários, tais como cozinha, sala de refeições, de convívio, área de saúde e lavandaria. (Martin et al, 2012)

Do tipo *sheltered*, tem-se em Portugal o exemplo das habitações comunitárias de Vila Flor que acolheu, em casas convertidas em vários apartamentos com áreas comuns, idosos com carências económicas, onde mediante o pagamento de rendas simbólicas, recebem também o apoio e acompanhamento de vários serviços. (Martin et al, 2012)

Terminantemente, todos os programas focam-se na melhoria das condições habitacionais e procuram providenciar os requisitos necessários para um melhor envelhecimento, atendendo às circunstâncias e necessidades de cada um, o que acaba por resultar sempre numa mudança para melhor para o idoso. No entanto, o efeito negativo mais evidente em programas como o de Alcalar ou de Vila For é que resultam, irremediavelmente, numa forma de segregação. As pessoas idosas convivem com pessoas igualmente idosas e os atores que não se encontram nesta faixa geracional são apenas os que prestam os serviços e os visitantes, normalmente conhecidos ou familiares dos residentes.

O quadro seguinte, reinterpretado, permite equiparar e entender as diferentes características entre cada tipo de alternativa habitacional.

Tipologia	Filosofia	Características	Perfil	Tamanho	Auxiliar
<i>Lifetimes Home</i>	Adequar as habitações às necessidades decorrentes do ciclo de vida familiar	Devem respeitar 16 normas estipuladas nesta tipologia	Toda a população	-	-
<i>Homeshare</i>	Partilhar recursos	Condições de conforto e habitabilidade	Pessoas idosas independentes	1 habitação	-
<i>Cohousing</i>	Desenvolver comunidades, tendo como principal agente ativo a população idosa	Apartamentos independentes e espaços comuns	Pessoas idosas	Muito variável	Optativo
<i>Sheltered</i>	Garantir apoio 24 horas	Apartamentos independentes e espaços comuns	Pessoas idosas independentes ou ligeiramente dependentes	15-60 apartamentos	Sim/Não
<i>Extra Care Home</i>	Apoiar na realização das atividades de vida diária	Apartamentos independentes e espaços comuns	Pessoas idosas mais dependentes	Muito variável	Sim/Sim
<i>Idosos e Jovens</i>	Promover o diálogo intergeracional, incentivando a entreaajuda nas atividades diárias	Quartos independentes e espaços comuns	Jovens (18 a 30 anos); Idosos (mais de 65 anos)	20-22 pessoas	Não

FIGURA 10 Tabela de alternativas de alojamento de baixo nível assistencial

Fonte: Teiga, 2012
Reinterpretação: autora

Na cidade holandesa Deventer, um programa, desenvolvido pelo chefe executivo da *Humanitas* local Gea Sijpkes, resultou na oferta de alojamento num lar de idosos a jovens estudantes em troca de companhia prestada aos residentes. O programa previu o alojamento de 6 estudantes entre 160 residentes, com o compromisso de passarem pelo menos 30 horas por mês em ações de ajuda, entre as quais preparar refeições, ensiná-los no manuseamento de computadores, ir às compras com/para eles ou atividades de pintura de rua. Esta interação social tem-se revelado importante contributivo para o bem-estar físico e psicológico dos idosos.

(<http://www.boredpanda.com/student-dorm-edlerly-retirement-home-deventer-humanitas/>)

As vantagens do diálogo intergeracional são claramente positivas e o objetivo do programa que se irá propor procurará reunir as condições necessárias ao bem-estar individual (jovem e idoso) e ao bem-estar coletivo, em que a criação deste tipo de alojamento deverá ter como objetivo transversal a interação e inclusão social. A relação intergeracional que poderá advir da criação de espaços próprios para alojar jovens e idosos, tem inevitavelmente uma vertente afetiva, onde se poderá alcançar o alargamento do conceito de família, que vai mais além dos laços de sangue e que explorará a criação de laços afetivos não familiares.

“When you’re 96 years old with a knee problem, well, the knee isn’t going to get any better...”



“But what we can do is create an environment where you forget about the painful knee”



PROPOSTA



FIGURA 13 Vista aérea de Viseu

Fonte: Google Maps

Montagem: autora

- 1 Av. Capitão Silva Pereira
- 2 Rua Direita
- 3 Rua do Gonçalinho
- 4 Igreja de N^a Sr^a do Carmo
- 5 Cruzeiro da Santa Cristina
- 6 Jardim da Santa Cristina
- 7 Rua das Bocas
- 8 Sé de Viseu
- 9 Rossio
-  Casa das Bocas







FIGURA 14 Pintura da zona da Santa Cristina
Fonte: CORREIA, 1989

1 LOCALIZAÇÃO

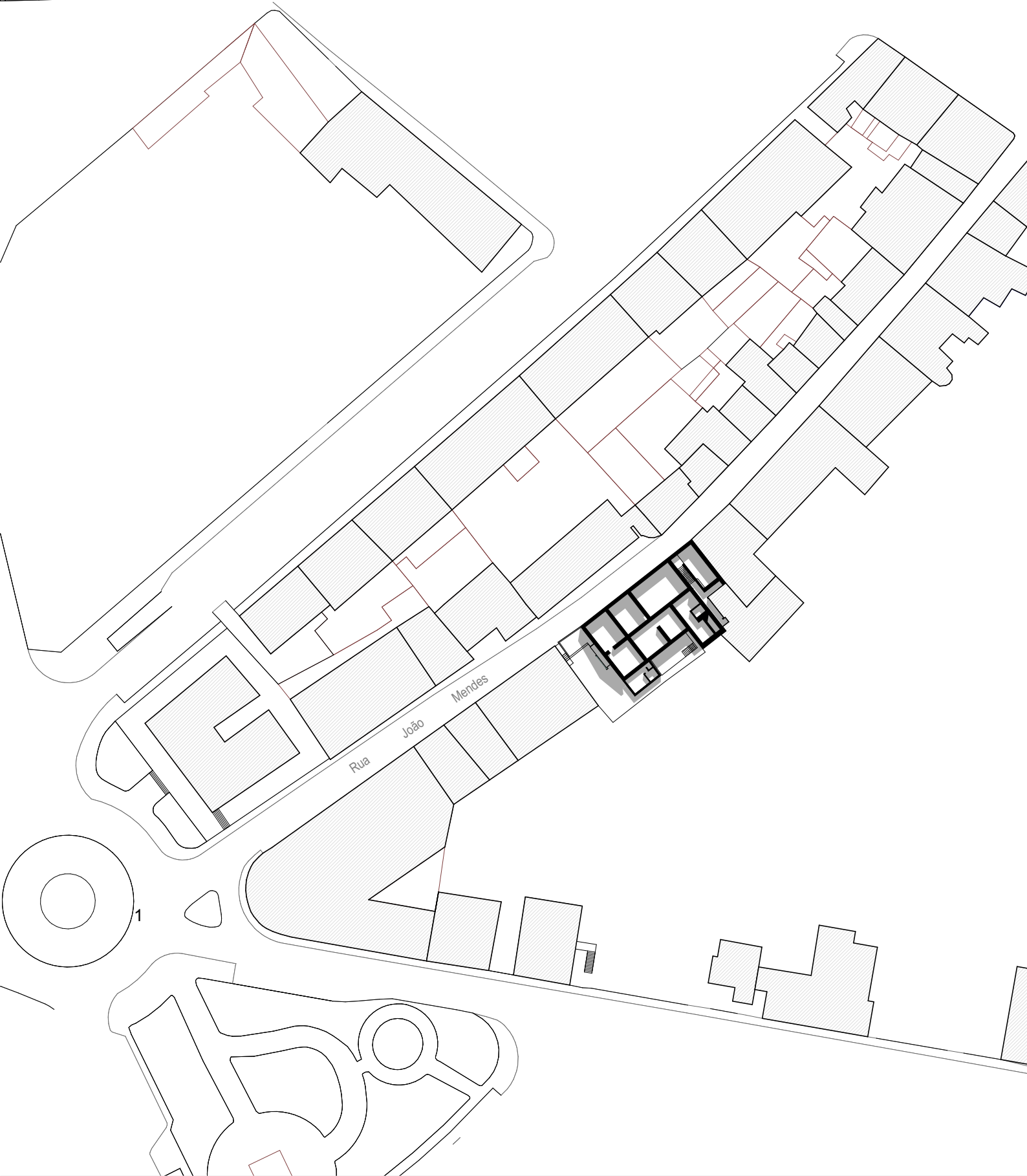
A Casa das Bocas localiza-se na cidade de Viseu e passou a estar integrada, recentemente, o Centro Histórico, devido ao alargamento deste conjunto pela ARU. A Casa das Bocas está situada na Rua João Mendes ou Rua das Bocas como é mais conhecida, cuja denominação derivou da existência da própria Casa.

Viseu foi, desde os primórdios que remontam aos castros, um território que se desenvolveu devido à sua localização estratégica que derivava de um cruzamento importante de vias, da própria topografia e reunia as condições favoráveis de subsistência. Durante um longo período que se estendeu até aos séculos XVIII e XIX, Viseu era essencialmente constituído pelo burgo e pelo respetivo “casco histórico”. (site-viseu)

O século I assinalou a fortificação do território através de muralhas e, nomeadamente a primeira muralha, que tem origem na época romana, abrangia uma área cuja delimitação coincidia com a atual Rua João Mendes e toda a área envolvente da atual Santa Cristina, incluindo-as. A par de uma nova *civitas* e das grandes alterações que se manifestaram na malha urbana, o período romano marcou o aparecimento de novas vias, estruturando-se a cidade segundo dois eixos principais, como era habitual após o domínio de um território, resultando, assim, a Rua Direita, correspondendo ao *cardo maximus* e a Rua do Gonçalinho, o *decumanus maximus*. A partir destes eixos orientadores, foram definidas novas vias, denominadas *cardines minores* e *decumani minores*, relacionadas com as principais. A Rua das Bocas, ou da Regueira como era denominada, foi o exemplo de uma dessas novas vias, um *cardo minor*, cuja orientação foi influenciada pela da Rua Direita e cujas larguras são praticamente iguais: 4,70 metros aproximadamente. (Cruz, 2007)

A passagem do tempo impôs a alteração da muralha e já no período afonsino, a área da nova muralha, a muralha medieval, fez com que a zona da Santa Cristina e da Rua das Bocas ficassem de fora do burgo muralhado. A partir do século XVII, começa a decorrer a expansão extramuros que resulta em novas edificações para fora da muralha, incluindo na zona da Santa Cristina que era, até então, marcada essencialmente por quintas e hortas, como dão conta os livros dos dízimos dos séculos XV e XVI referindo “hortas aos muros velhos em Santa Cristina, Regueira e até ao Rio Pavia, onde ficou a designação da Quelha das Hortas”. (Girão cit. in Cruz, 2007: 132) (Cruz, 2007)

O Centro Histórico consolidado sempre se delimitou, mais ou menos, pela linha da muralha afonsina, daí que a Rua das Bocas não se inseria formalmente nesse conjunto, pois localizava-se nos seus arrabaldes. Com o alargamento da ARU, diversos sítios próximos do Centro Histórico foram inseridos, incluindo a Rua das Bocas.





Paradoxalmente ao inegável valor histórico da Rua das Bocas, atualmente esta é uma Rua que luta face ao esquecimento e má imagem que a tem afetado.

Um olhar sobre a envolvente permite concluir que a zona circundante à Rua das Bocas não é problemática e inclusive constitui uma das principais praças da cidade, a praça da Santa Cristina. Esta Praça, igualmente histórica, integra diversos pontos atrativos e identitários de Viseu, como a Igreja do Carmo, o cruzeiro da Santa Cristina, o jardim da Santa Cristina, entre outros. Mesmo situando-se próxima da densidade habitacional e consolidada do Centro Histórico, a zona da Santa Cristina, outrora considerada a zona baixa, é uma zona de maior “respiro” que, mesmo tendo acompanhado o crescimento geral, concedeu o espaço a outras vivências que não o edificado, encontrando-se também zonas de lazer e espaços verdes, reunindo boas características, adequadas ao bem-estar dos residentes e utilizadores da zona, aliadas à proximidade a todas as necessidades.

Apesar de integrada numa zona atrativa como esta, a Rua das Bocas tem sido esquecida e é até evitada pela maioria dos viseenses, resultado do tipo de atividade noturna marginal que ocupa uma parte significativa do tipo de uso ao nível do rés-do-chão do edificado do aruamento. Outro fator que desencadeou uma menor utilização da Rua foi a abertura da Avenida Capitão Silva Pereira, no século XX, paralela a esta com uma largura maior, com a variante de ser um alinhamento arborizado e com a existência de passeios de ambos os lados, tendo ganhado maior importância em detrimento das Bocas, que passou a ser uma alternativa de atravessamento secundária. Além disso, o encerramento da Central de Camionagem que existiu na Rua até à década de 80 foi um acontecimento chave para o declínio da sua utilização, bem como o do centro comercial, que existiu até à década de 70. (Almeida, 2013)

Os problemas que afetam a Rua das Bocas apresentam-se assim em diversos âmbitos. A inexistência de passeios em determinados troços da rua contribuiu para o reduzido uso pedonal. A redução de tráfego na rua revelou-se prejudicial ao comércio existente, com o encerramento de alguns estabelecimentos. Outros problemas prenderam-se com o elevado número de fogos devolutos ou em mau estado de conservação e a crescente desertificação da rua, acompanhando o panorama geral do Centro Histórico de Viseu, com o fato de residirem nesta apenas “cerca de dez famílias, na sua maioria com agregados familiares compostos por uma ou duas pessoas”. (Almeida, 2013: 71)

O maior problema, que posteriormente gerou uma conotação negativa à Rua, foi o aparecimento dos estabelecimentos noturnos a partir da década de 90 que, aproveitando a crescente desertificação e pouca utilização da rua, encontravam nela uma zona adequada para este tipo de atividades. Associadamente, estas no-

vas ocorrências incrementaram a prática de prostituição e, com os estabelecimentos de *striptease* surgem também as pensões de apoio a eles. Atualmente, na extensão de, aproximadamente, 225 metros da Rua João Mendes, existem três estabelecimentos de *striptease* e duas pensões.

No entanto, o facto do funcionamento destes estabelecimentos ser noturno “faz com que quem utiliza o bairro não se sinta muito afectado com a imagem da rua” (Almeida, 2013: 72), cujas medidas de segurança adotadas permitiram que este tipo de atividades não transparecesse para o exterior. A imagem negativa está mais presente nas pessoas que não vivem a Rua, mas que têm conhecimento do que aí existe e o facto de não terem existido medidas de regeneração urbana e intervenções no edificado degradado. Aliado a isto, o fato da Casa das Bocas, o ex-libris da Rua se encontrar em ruína, não contribuiu para uma mudança de mentalidade e, conseqüentemente, de vivência.

Atualmente, estão previstas mudanças para a Rua, inseridas na proposta da ARU, que se traduzem na reabilitação da Rua a transposição de serviços para ela. Neste momento, no início da Rua, encontra-se o Arquivo Municipal, sendo um edifício classificado, e ainda o Gabinete de Ação Social. A implantação de outros serviços, num futuro breve, como uma Unidade de Saúde prevista para a Rua das Bocas deverá contribuir para o início de uma mudança de mentalidades.

A nível de acessibilidades, a rua tem estacionamento em alguns troços da via. No entanto, as pessoas estacionam ao longo rua o que, aliado ao facto de não existir passeio e da largura da rua ser de apenas 4,70 aproximadamente, leva a que os peões sejam obrigados a circular na mesma via que os automóveis. Para além dos motivos já referidos, este também é uma das causas que levam as pessoas a fazer o atravessamento pela avenida paralela. Assim, a conversão para passeio do lado onde neste momento estacionam permitiria, por um lado, assegurar as condições de acessibilidades adequadas e dar maior respiro à rua, onde os edifícios ganhariam uma nova atenção.

FIGURA 17 Problemas e respostas para a Rua das Bocas

Fonte: autora

DESERTIFICAÇÃO CONOTAÇÃO IMAGEM **NEGATIVA**

CENTRO HISTÓRICO **REABILITAÇÃO INTEGRADA**

VALOR HISTÓRICO

ESCAPES

MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO EDIFÍCIOS DEVOLUTOS

RUA DAS ACESSIBILIDADES CASA DAS **RECENERAÇÃO**

BOCAS URBANA BOCAS

ATIVIDADE NOTURNA PROSTITUIÇÃO

INTERVENÇÕES **SOLUÇÕES INTEGRADAS**

EVITAR O ESQUECIMENTO



2 A CASA DAS BOCAS

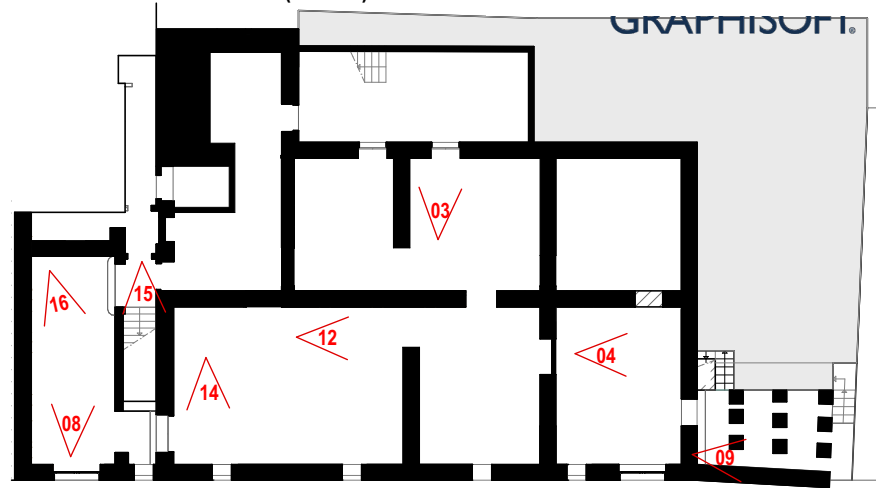


FIGURA 18 Gargula da Casa das Bocas
Fonte: autora

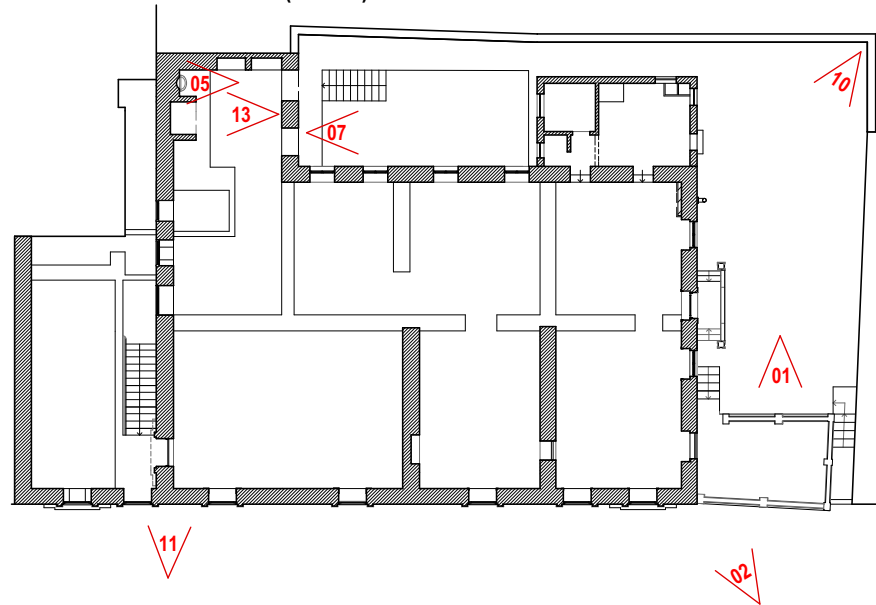




MAPA DE FOTOGRAFIAS (PISO 0)



MAPA DE FOTOGRAFIAS (PISO 1)



- 1 - Varanda exterior e balaustrada; 2 - Vista da Fachada principal; 3 - Alçado interior da fachada Sul; 4 - Alçado interior da fachada Oeste; 5 - Pia; 6 - Escadaria principal em pedra; 7 - Relação do pátio exterior com o muro e a Casa ; 8 - Antiga receção; 9 - Zona de suporte da varanda exterior; 10 - Casa das Bocas vista de cima; 11 - Cárgula antropomórfica; 12 - Parede interior; 13 - Lareira da antiga cozinha velha; 14 - Alçado interior da fachada Norte; 15 - Friso com as cárgulas; 16 - Zona de receção

FIGURA 19 Levantamento fotográfico

Fonte: autora



FIGURA 20 Fotomontagem do passado e presente da Casa
Fonte: autora | Vale, 1969

“Os netos dos senhores feudais (...) ergueram pois os seus paços à sombra tutelar da Catedral. Todas essas velhas ruas, casa sim, casa não, arvoram o escudo aristocrático (...). Alguns solares como (...) a Casa das Bocas, irradiam ainda hoje o inextinto e redolente perfume das eras mortas.”

(Ribeiro, 1974)

2.1 LEVANTAMENTO HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO EDIFICADO

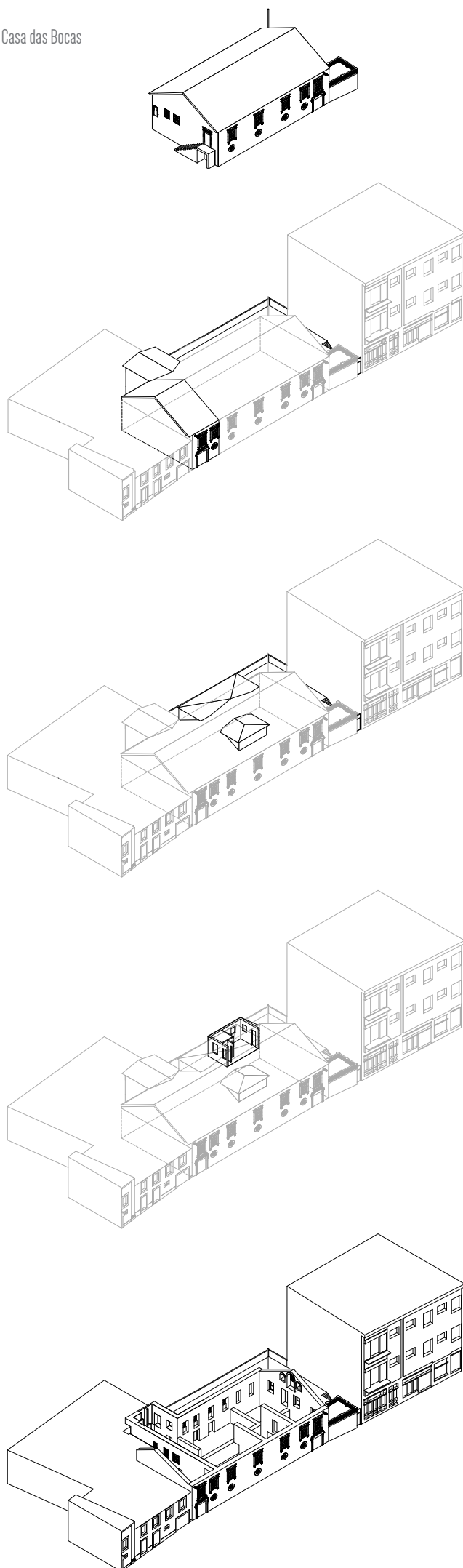
A Casa das Bocas, situada na Rua João Mendes e inserida no Centro Histórico de Viseu, é uma casa senhorial edificada em finais do século XVII e inícios do século XVIII pela família Beltrão de Seabra.

A sua construção enquadra-se num período histórico que marcou a edificação de várias habitações nobres e solares brasonados pela zona, hoje pertencente ao Centro Histórico, mas que na altura correspondiam aos arrabaldes da Sé e da sua envolvente, onde predominavam estas habitações integradas em vastas quintas. De facto, a era de transição do século XVI para o XVII é descrita por Aquilino Ribeiro como uma “(...) era de prosperidade para a Beiras (...)” (Ribeiro, 1974: 170), traduzindo-se na construção de solares por parte dos fidalgos, que, segundo o escritor, são retornados maioritariamente do Brasil e Índia que teriam enriquecido com as fortunas obtidas na expansão territorial de Portugal, aquando dos Descobrimientos.

Assim, os séculos XVII e XVIII marcaram a arquitectura e paisagem da cidade de Viseu, não só na parte dos edifícios religiosos, através da sua construção e reforma, mas também pelas “(...) casas solarengas, com longas fachadas de aparato.” (Eusébio) A par da Casa das Bocas, é exemplo desta arquitectura o Solar dos Condes de Prime e o Solar dos Condes de Treixedo, habitações nobres erigida no mesmo período e que foram reabilitadas no último século.

A propriedade onde a Casa das Bocas se inseria ocupava, originalmente, “(...) quase na totalidade o espaço circunscrito entre a circunvalação, a Rua João Mendes e a Rua 5 de Outubro onde ainda existe o antigo edifício dos caseiros (...)” (Almeida, 2013: 78), edificado no século XVIII e que, atualmente, alberga um Centro Cultural Social e Desportivo e ATL. Com o decorrer do tempo, o terreno pertencente à Casa foi sendo reduzido com novos loteamentos e novas edificações ao longo da Rua das Bocas e da Rua 5 de Outubro, resumindo-se, atualmente, o conjunto à Casa e a cerca de 125 m² de logradouro.

Até finais dos anos 70, a Casa das Bocas foi habitação, em que os pisos 1 e 2 eram as zonas sociais e privadas da casa. O piso térreo, que era usado para arrumos, supõe-se ter sido, inicialmente, o local onde se guardavam os animais, até porque a vertente agrícola esteve, até tardiamente, ligada à cidade, em que o cultivo intra e extramuros era muito frequente e os animais, até meados do século XVIII, ainda circulavam nas ruas. (Cruz, 2009)



2009

FIGURA 21 Evolução da Casa
Fonte: autora

Era na parte tardoz da Casa que se encontrava a cozinha e o espaço social no resto do piso 1, do lado esquerdo, podendo supor-se que a entrada principal e para visitas seria aquela que se encontra no extremo esquerdo da fachada.

Ainda a nível de organização espacial, existia um corredor que atravessava a meio o piso 1 longitudinalmente e que cerrava na entrada do alçado Oeste, com ligação ao jardim através de escadas, dado que todo este piso se encontra elevado em relação ao logradouro. O telhado que outrora existia era de duas águas e as janelas dos quartos e sala das águas furtadas projetavam-se sobre os alçados Norte e Oeste.

Das alterações que a Casa foi sofrendo e que se tem conhecimento, destaca-se o acrescento de “(...) um novo módulo, anexo a uma das salas, neste módulo desenvolvia-se uma nova cozinha e os aposentos da empregada.” (Almeida, 2013: 78)

Partindo da observação realizada no local, os indícios apontam para possíveis alterações que a Casa foi sofrendo, mesmo não se tendo encontrado registos e documentação. A figura 21 demonstra um esquema evolutivo da Casa, em grande parte baseado nas deduções realizadas, devido à ausência de registos que comprovem a veracidade dos factos. A primeira, não tão evidente, é quanto à volumetria original da Casa. Deduz-se que o volume, mesmo a nível da fachada principal, tenha sido menor relativamente ao que hoje se encontra, e que a entrada que se entende ser a principal não teria existido inicialmente. De facto, torna-se evidente que o ornamento e trabalho das cantarias nas fachadas principal e lateral demonstram uma preocupação de aparência para o exterior. Estas características que se encontram na área da escadaria de pedra, a respetiva guarda e o portal cujo trabalho da moldura granítica se assemelha às molduras exteriores dos vãos da fachada principal, parecem indicar que esta seria uma zona exterior. O acrescento, que acabou por transpor para o interior estes elementos típicos do exterior, poderá ter-se devido às novas edificações que impuseram a reconfiguração dos limites da propriedade e da Casa, com os novos edifícios contíguos.

Das gárgulas que adornam o friso, desconhece-se a sua origem mas as teorias em torno delas dividem os historiadores. Uma delas afirma que as gárgulas terão pertencido à Sé “(...) aquando da substituição da abside românica pela atual capela-mor.” (Cruz et al, 2007: 79) No entanto, há quem creia que esta suposição não seja credível por não se enquadrarem no estilo românico. Lucena e Vale supõe que o primeiro proprietário tenha sido um “(...) endinheirado regressado do Brasil (...)” (Vale, 1969:), indo de encontro às ideias de Aquilino Ribeiro acerca da construção de habitações nobres, nesta época, por parte de “(...) ricos indiáticos, os primeiros garimpeiros regressados de Mato Grosso e Minas (...)” (Ribeiro, 1974: 171) e onde introduz a Casa das Bocas nesse grupo de habitações. E dessa forma, o autor supõe que as figuras poderão ter sido utilizadas pelo dono como uma forma de escarnecer os vizinhos ou inimigos. Enquanto elementos arquitetónicos decorativos, e sobre tais figuras,

“ (...) acreditava-se na antiguidade que durante a noite os monstros “ganhavam vida”, que também serviam para escoar as águas vindas das coberturas dos edifícios, o que não aconteceria neste caso.”

(Ribeiro, 1974: 171)

Antes de ficar devoluta, a Casa ainda albergou uma gráfica até à década de 90. Atualmente, o edifício encontra-se em elevado estado de degradação, mais concretamente em ruína, onde se destaca a inexistência de variados elementos arquitetónicos.

2.2 DESCRIÇÃO FÍSICA

A Casa desenvolve-se num volume em U implantado num lote com cerca de 670 m², sendo que, aproximadamente, 1/4 do lote corresponde ao logradouro. A configuração do volume construído permite ter dois pátios: um no piso térreo e outro na cota do piso 1. Da rua, tem-se visibilidade para as fachadas principal e lateral, sendo que o tardo relaciona-se com o pátio no piso 0. No interior, existem, ainda, todas as paredes de alvenaria no piso 0 e apenas duas dessas se elevam até ao piso 1.

O edifício encontra-se em ruína e, assim, e do que se mantém, Lucena e Vale descreve a fachada principal, em como esta apresenta

“ (...) cinco lumieiras de granito em forma de caderna, dotadas de grades de ferro, sete janelas de cornija descansando em pequenas mísulas que lhes servem inferiormente de remate e nos extremos, dois elegantes portais lavrados em granito ao modo do barroco.”

(Vale, 1969: 68-69)

Ambas as entradas dão acesso ao interior da casa, cujos espaços não se comunicam entre si, devido ao cerramento do vão que permitia essa ligação.

Ainda na fachada principal, destaca-se o friso de gárgulas que se encontra sob o beirado e que imprime a singularidade e a peculiaridade ao imóvel e que serve de referência toponímica à própria rua onde se insere. O friso apresenta um conjunto de 11 gárgulas que se impõem sobre a rua e que tornam inevitáveis os olhares curiosos de quem passa. As gárgulas dividem-se em três tipos diferentes: sete figuras masculinas todas com chapéus nas cabeças e com variadas expressões; duas figuras de animais fantásticos e dois tubulares que rematam o friso, um de cada lado.

No plano da fachada principal, existe ainda um muro do lado direito que contém o acesso ao logradouro e que representa uma terceira entrada, através de uma escadaria, que conduz ao pátio e ao terraço de balaustres em granito no piso 1 e onde existe também um portal barroco elaborado. A partir do piso 1, é possível fazer a ligação ao outro pátio e à parte tardo da Casa através de um passadiço.



FIGURA 22 Fachada da Casa
Fonte: autora



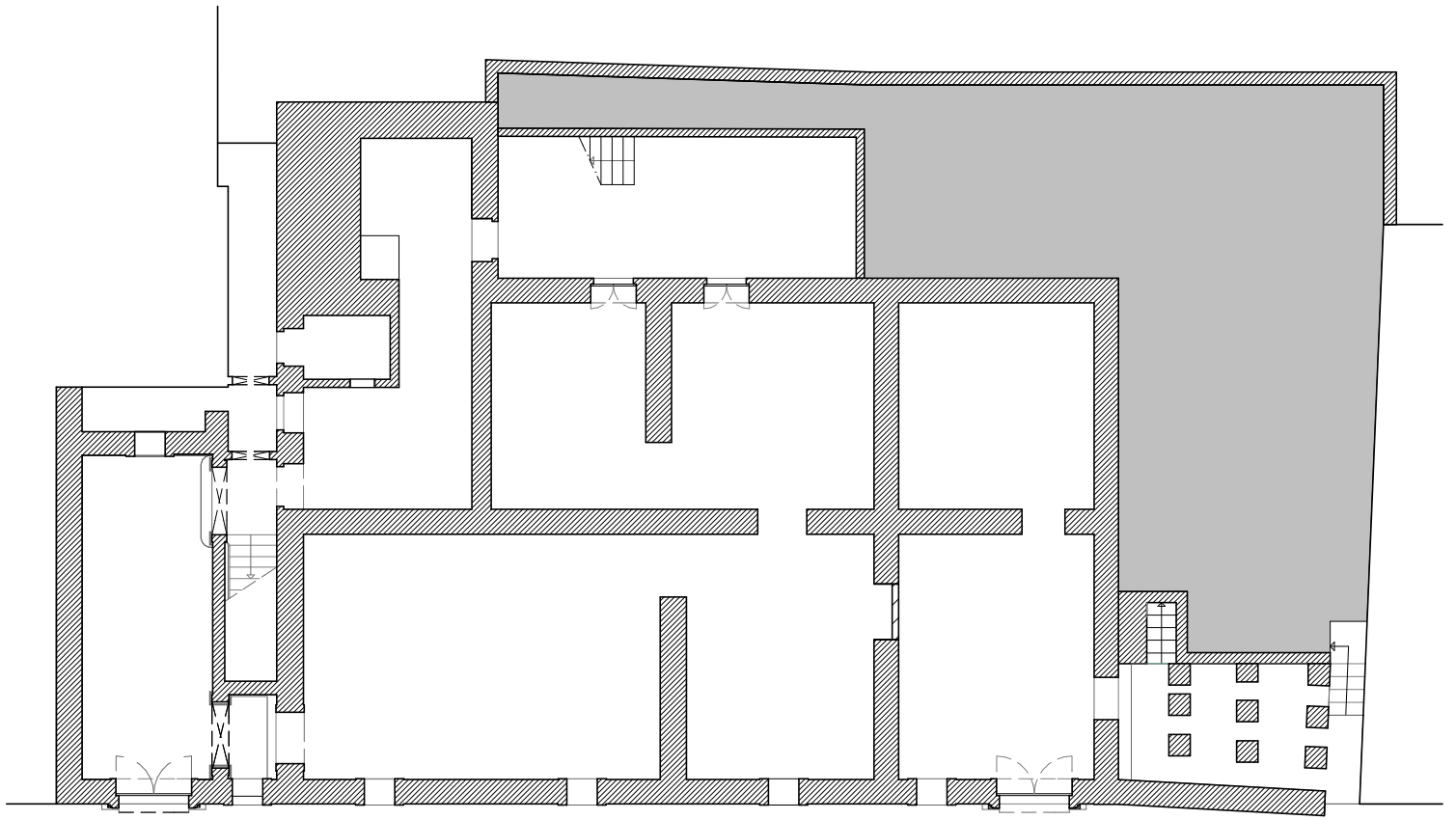
FIGURA 23 Gárgulas
Fonte: autora

Este, com uma largura inferior a 1 metro, encontra-se delimitado pelo muro do lote e pelo anexo, o que causa algum desconforto na sua passagem.

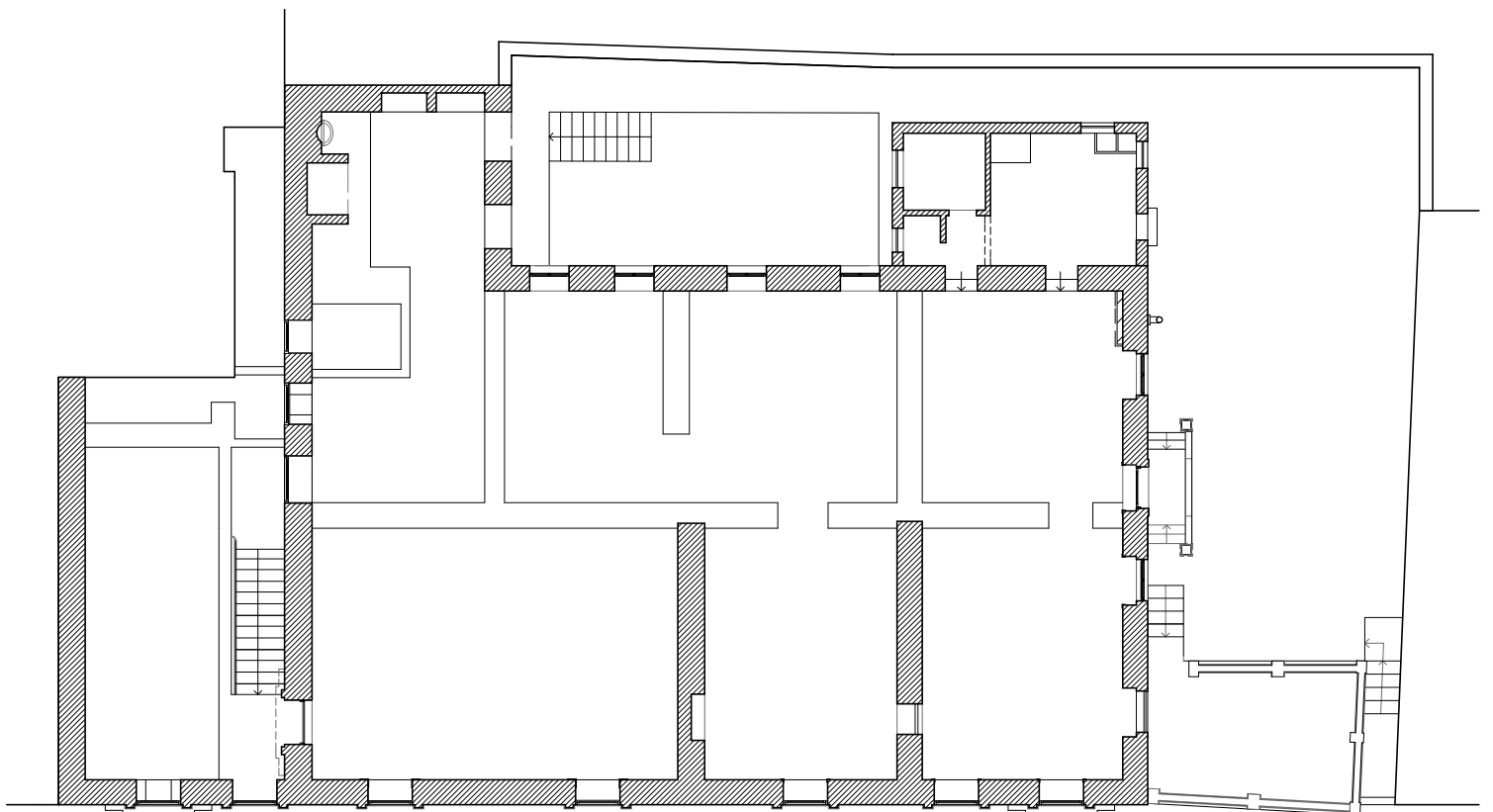
Uma das características mais evidentes e visíveis pela rua é a ausência de qualquer elemento da cobertura e, por conseguinte, das águas furtadas. Em 2009, devido ao mau estado de conservação, uma parte do telhado ruiu e, devido ao risco de desabamento e do perigo para a segurança pública, a Câmara Municipal ordenou a demolição dos restantes elementos, à exceção das paredes de alvenaria de pedra, incluindo algumas interiores e o módulo construído posteriormente. Desta operação restou da Casa das Bocas o que ainda hoje se mantém no local, tendo a ação do tempo atuado sobre o edifício e sobre o logradouro, com a imposição da vegetação sobre a arquitectura.

Construído em alvenaria de pedra, o edifício encontra-se em ruína, onde faltam cobertura, pisos, infra-estruturas, portas e janelas e, mesmo os elementos que restam, apresenta um elevado estado de degradação (ver Anexo C).

Com as fachadas erguidas e apenas a compartimentação do piso térreo, incluindo algumas paredes interiores que se elevam até ao piso 1, é possível notar as características da imagem interior/exterior do edifício e uma imediata observação das relações e diferenças entre os pisos. De facto, partindo do que hoje se mantém erguido e de fotos anteriores às demolições* torna-se evidente que o aparato e trabalho das duas fachadas que se relacionam com a rua não se transpôs para o interior da habitação nem para a fachada tardoz, onde o trabalho é simples e despojado de ornamentos. Logo, pode-se assumir que era um edifício «de fachada» onde se procurou fazer prevalecer a aparência ao invés de uma coerência arquitectónica global no edifício.



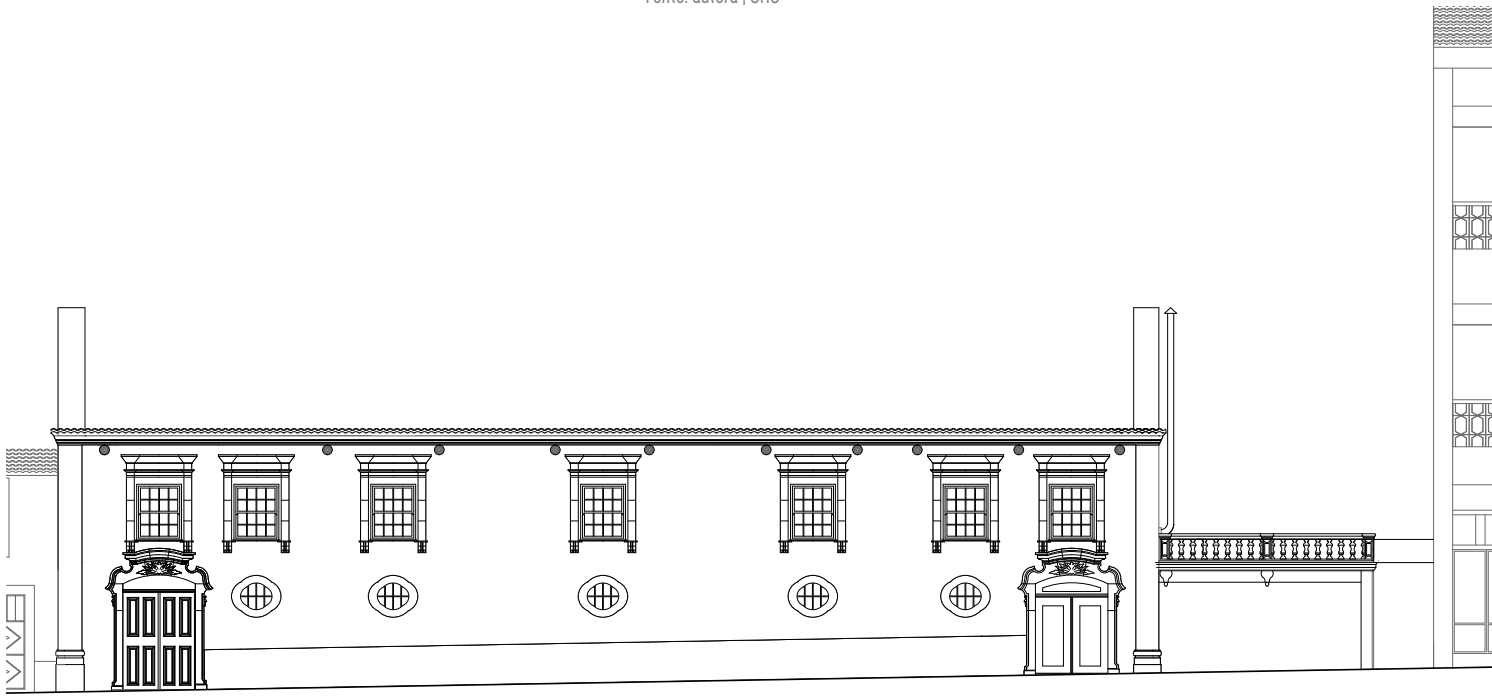
PLANTA PISO 0 | 1:200



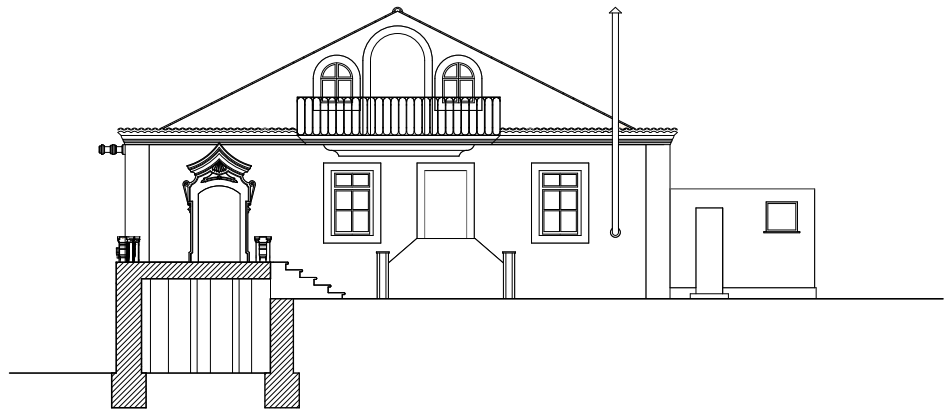
PLANTA PISO 1 | 1:200

FIGURA 24 LEVANTAMENTO DO EXISTENTE | 1:200

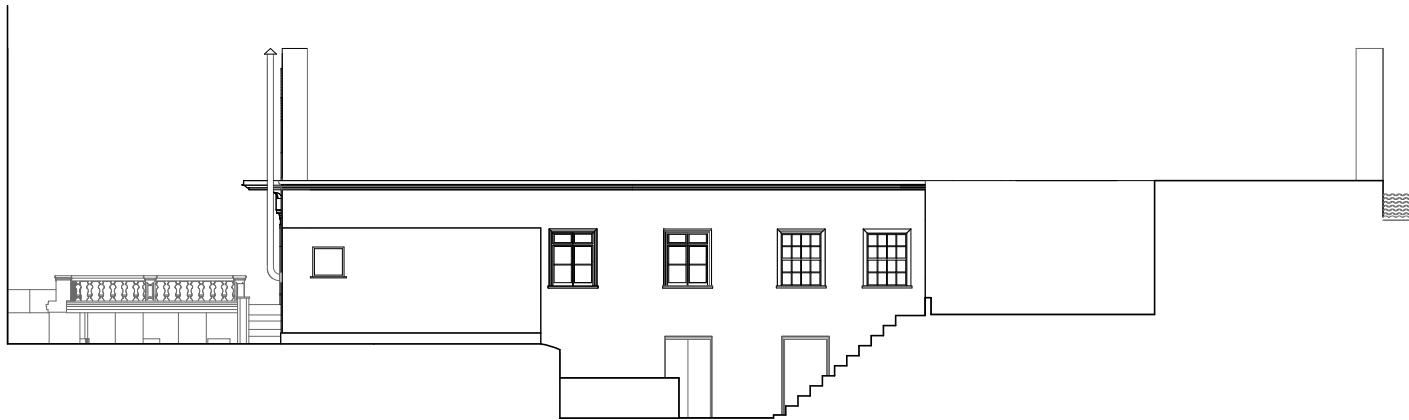
Fonte: autora | SRU



ALÇADO PRINCIPAL | 1:200



ALÇADO LATERAL | 1:200



ALÇADO TARDOZ | 1:200



1:200

3 CONDICIONANTES LEGAIS

A estratégia “Viseu Primeiro 2013/2017” consiste no programa de governo que a Câmara Municipal de Viseu assumiu como diretriz em termos de gestão municipal com o lema de transformar Viseu numa “Comunidade atrativa para viver, investir, trabalhar, educar, estudar e visitar” (CMV, 2013:2), assente num conjunto de objetivos, incluindo qualidade de vida e inclusão social.

Das prioridades que a CMV traçou como orientadoras para a concretização da estratégia, importa evidenciar a Revitalização do Centro Histórico (que engloba a Rua João Mendes após a delimitação da ARU, como descrita mais adiante) e a Solidariedade e a Inclusão Social.

Na temática do Ensino, nomeadamente o Superior, é através de novas medidas e apoios por parte da CMV, ligações entre os estabelecimentos de Ensino e os sectores regionais que se poderão criar melhores condições e incentivos à vinda de estudantes para a cidade, para que esta se afirme “como uma cidade jovem e uma academia vibrante e empreendedora”(CMV, 2013:19). Nesse sentido, torna-se fundamental a oferta de serviços, entre os quais, o alojamento.

Um outro tema presente nesta estratégia e importante para o desenvolvimento do presente trabalho refere-se à coesão social, onde se pretende o “combate às desigualdades sociais e aos novos fenómenos de pobreza e exclusão”(CMV, 2013:26). Importa referir também a elaboração da Carta Social / Mapa Solidário do Município, com “o levantamento/análise da rede de respostas e equipamentos sociais do concelho de Viseu”(CMV, 2013:27) e a promoção da qualidade de vida dos idosos através de diversas iniciativas. Nesse sentido, destaca-se a:

- “Promoção do convívio entre idosos, interinstituições e intergeracional, envolvendo as IPSS, as escolas e outras entidades.
- Criação do programa “Aconchego Viseu”, de interajuda entre idosos e estudantes numa lógica de partilha, em colaboração com as Instituições de Ensino Superior, as Associações Académicas, as Instituições de Apoio Social, entre outras.
- Apoio à promoção de acções de sensibilização e outras para o reforço dos valores da Família e a importância desta enquanto unidade central de apoio e fonte de bem-estar dos idosos.”(CMV, 2013:27-28)

Por fim, e sobre um valor que baseia também o programa proposto intergeracional, destaca-se a “Família” cuja ação procura a valorização da família enquanto elemento fulcral na estrutura social. Dos problemas sociais atuais e que a estratégia refere – envelhecimento demográfico, isolamento e abandono dos idosos – é fundamental que a família seja a base das políticas de solidariedade social promovidas.

A proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana elaborada pela Viseu Novo SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana SA, que se enquadra no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (DL 307/2009 de 23 de Outubro), alterado e republicado pela Lei 32/2012 de 14 de agosto, pretende a requalificação do espaço público e património edificado municipal, com a criação de uma Operação de Reabilitação Urbana. A proposta apresentada abrange Centro Histórico, Ribeira, Cava de Viriato e Bairro Municipal, no sentido de reabilitação e regeneração urbana desta área.

A proposta da ARU refere ainda o atual desenvolvimento do projeto de reabilitação da Rua João Mendes.

Dos critérios que influenciaram a proposta importa destacar o ponto b) do 7.1 – “Critérios e Pressupostos subjacentes ao processo de delimitação”: “A necessidade de renovar, em termos populacionais, os núcleos históricos envelhecidos e com sinais de despovoamento/ abandono, garantindo o rejuvenescimento dos núcleos”.

Viseu Viva representa o plano de ação que compromete a Câmara Municipal de Viseu na elaboração de um conjunto de ações especialmente ligadas com a reabilitação urbana. Para a concretização do plano, foi fundamental o método participativo que se assumiu como instrumento necessário para o seu sucesso futuro. Das sessões participativas realizadas, resultou uma série de ideias e preocupações das quais, para o presente trabalho, importa destacar as seguintes:

- Incentivo ao reforço da insonorização e proteção acústica do edificado tendo em vista compatibilizar usos residenciais e usos de animação noturna.
- Reabilitação física e social da rua das Bocas.
- Criação de residências para estudantes.
- Atribuição de incentivos à instalação de jovens casais no Centro Histórico.

O plano de ação consiste em 6 objetivos que focam as principais respostas aos problemas do Centro Histórico e promoção das suas qualidades e identidade patrimonial. O objetivo 1 “Reabilitação do edificado” procura combater o despovoamento do Centro Histórico, com providência “de qualidade de vida e da coesão social, a preços económica e socialmente adequados aos rendimentos das famílias.” (CMV, 2013:27) Para este objetivo, as medidas enunciadas relevantes são:

- “Continuação de ações de reabilitação de edifícios, através do Município, direcionando-os para o mercado de arrendamento preferencialmente direcionado para a captação de jovens casais, com recurso aos programas

financeiros disponíveis.

- Lançamento do projeto de “residências para estudantes” com o duplo objetivo de se reabilitarem edifícios e rejuvenescer o repovoamento e o uso do Centro Histórico, com especial incidência nos arruamentos mais degradados (...)”(CMV, 2013:49)

De acordo com o **Plano Diretor Municipal**, a propriedade da Casa das Bocas encontra-se em solo urbanizado e num espaço central, inserido num sítio arqueológico, tal como identificado na planta de ordenamento “Carta de Património Arqueológico e Arquitetónico”, o que implica a realização de trabalhos arqueológicos. Relativamente ao Artigo 67º intitulado “Regras gerais de edificabilidade”, e que importam para a realização da prova final, destacam-se as seguintes:

“1 – A edificabilidade deverá considerar desde que possível, a traça existente, assegurando uma integração harmoniosa no conjunto, com ponderação de fatores como o alinhamento, morfologia urbana e tipologia da edificação, no sentido lato do termo (silhueta da colina da Sé), textura, materiais e ritmo de abertura de vãos, não devendo ultrapassar a cércea ou o número de pisos dominantes na rua ou quarteirão em que se integra a pretensão, sem prejuízo, porém, do respeito de outros instrumentos urbanísticos incidentes sobre o local, como seja o plano de pormenor de reabilitação urbana ou o de salvaguarda.”

4 PROGRAMA PROPOSTO

A Casa das Bocas, pertencente a uma arquitetura habitacional, detém um evidente valor histórico e é um dos poucos exemplares presentes no Centro Histórico de Viseu que ainda nos transmitem um determinado período: das habitações nobres.

Assente num novo modo de habitar, o programa proposto para a Casa das Bocas fundamenta-se na continuação do carácter habitacional que sempre foi característico dela e implementar, numa vertente social de intergeracionalidade, uma nova tipologia de equipamento de alojamento para idosos e jovens.

UM PÚBLICO-ALVO

Os públicos-alvo são os idosos com mais de 65 anos, que necessitem de uma oferta de alojamento sem que haja necessidade que este seja institucionalizado/lar de idosos, e os jovens (18-30 anos), sejam estes jovens casais à procura de primeira habitação, jovens oriundos de famílias carenciadas ou de contextos de exclusão, que procurem uma oportunidade de se autonomizarem, ou estudantes de instituições do ensino superior que necessitem de alojamento, ou por se enquadrarem nas tipologias anterior ou por serem de fora da cidade.

Como já foi referido em detalhe no tema referente à Intergeracionalidade, o programa proposto procura constituir-se assim como uma nova resposta social a

uma série de problemas que a sociedade se fazia: no que respeita aos idosos, o isolamento e a exclusão social e ser uma possível resposta quando é necessária a saída do idoso da habitação. Aos jovens, alarga-se a possibilidade de alojar estudantes, jovens casais, jovens em início da vida adulta, nomeadamente os provenientes dos bairros socialmente excluídos da cidade e que procurem integrar-se na sociedade.

LOTAÇÃO E ÁREAS FUNCIONAIS

Desta forma, o programa baseia-se no alojamento de aproximadamente 20-22 residentes, numa proporção simétrica entre jovens e idosos. O programa é composto pelas áreas sociais e técnico-administrativas e pelas áreas privadas. As áreas sociais comuns, que destinam-se ao encontro entre gerações e à promoção do diálogo intergeracional, compreendem às áreas de convívio, de atividades ocupacionais e de refeições com ligação ao exterior privado. Para o funcionamento da unidade, e como é necessária a existência de pessoal técnico, são previstas igualmente as áreas de cozinha e lavandaria, serviços de saúde, de apoio e um espaço reservado à direção e ao serviço técnico-administrativo. As áreas privadas correspondente aos quartos simples, de casal e mutáveis (duplos ou casal) são agrupadas por dois núcleos, em que um deles é destinado à população jovem, e o outro destinado à população idosa, que tem uma maior proximidade às áreas comuns.

Admite-se que a articulação do programa com a Casa poderá sempre suscitar questões de rentabilidade do espaço, em que optou-se pela integração de vários serviços comuns, em detrimento de um maior número de quartos, apostando no maior bem-estar de quem reside e equilibrando o caráter privado e social.

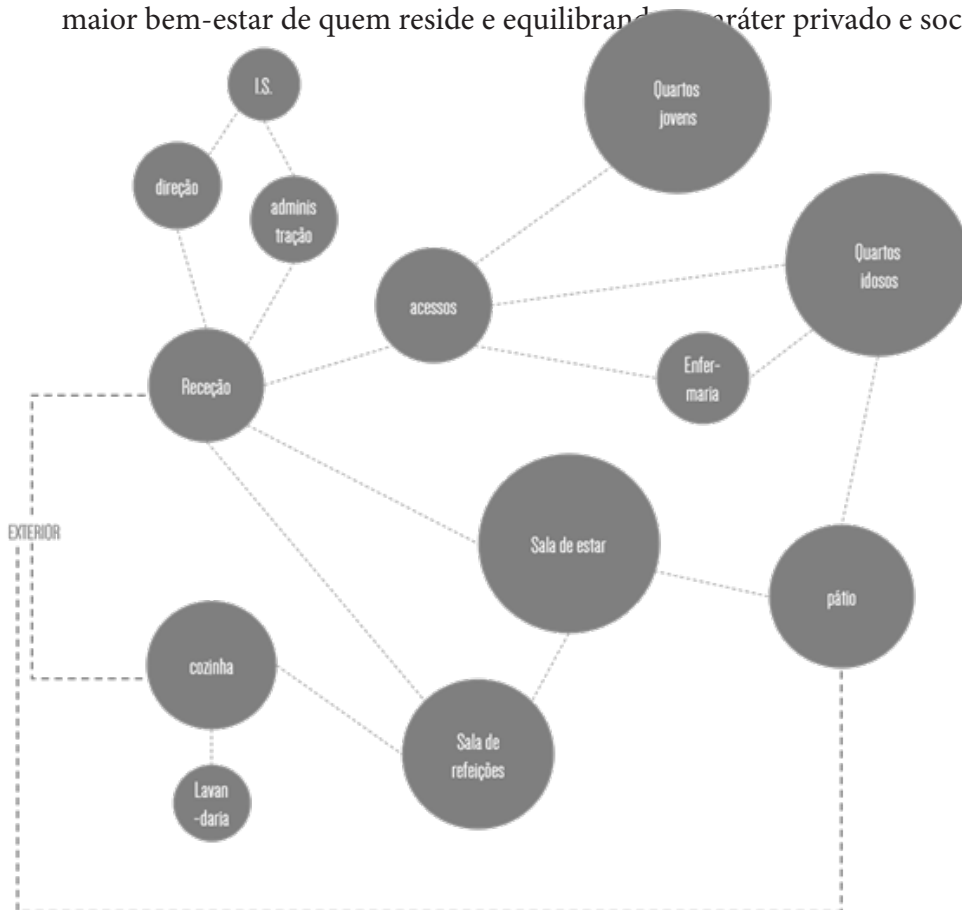


FIGURA 25 ORGANOGrama FUNCIONAL

Fonte: autora

5 INTERVENÇÃO

O tipo de intervenção que se optou por empregar na Casa das Bocas apoiou-se, fundamentalmente, em alguns fatores, que determinaram as opções tomadas durante a proposta: a pré-existência da Casa, atendendo ao que restou e ao seu estado de conservação; uma hierarquia de valores históricos, identitários, culturais, artísticos e estéticos, que determinou quais os elementos mais relevantes; e a presença *in loco*, que proporcionou um novo olhar, transmitido pela ruína e pelo vazio, que expôs a materialidade das paredes, denunciando as vivências passadas, estimulou uma sensibilidade diferente sobre as cores, texturas e elementos arquitetónicos remanescentes e despertou novas sensações e novas conceções do lugar e do espaço.

Nesse seguimento, o estado de ruína da Casa exigia uma intervenção possante para a introdução do programa pretendido e das condições de habilidade, resultando uma reabilitação profunda, quase reedificação.

Importa referir que as soluções previstas para a resolução das anomalias, explicadas no Anexo D, fazem parte integrante da solução aqui descrita.

A PROPOSTA

A localização da Casa é um fator relevante e o facto de se localizar numa zona periférico dentro do Centro Histórico permite que a Casa se encontre numa área não tão densificada mas que assegura o rápido acesso a todo o tipo de serviços, comércio, espaços verdes de lazer e à rede de transportes local. Além disso, a proposta procurou potenciar a vivência exterior privada para que os residentes pudessem usufruir de uma das principais qualidades do conjunto que é o logradouro.

Derivado da existência de dois acessos à Casa e um ao logradouro, o acesso principal, destinado aos residentes e visitantes, passa a ser efetuado pelo lado que se presume ser a entrada original da Casa. O outro acesso à Casa passa a ser de serviço, ligado à área da cozinha e o acesso ao logradouro fica reservado aos residentes.

Assim, o piso 0, outrora ligado à loja e à guarda dos animais, fica destinado às áreas sociais comuns com ligação ao pátio exterior e a todos os serviços, à exceção da enfermaria. As áreas privadas distribuem-se pelo piso 1 e 2, em que no piso 1 encontram-se os quartos dos idosos (simples e casal/duplo), uma zona de estar e a enfermaria, e no piso 2 encontram-se os quartos dos jovens (simples e casal/duplo), com uma zona de estar e varanda comum.

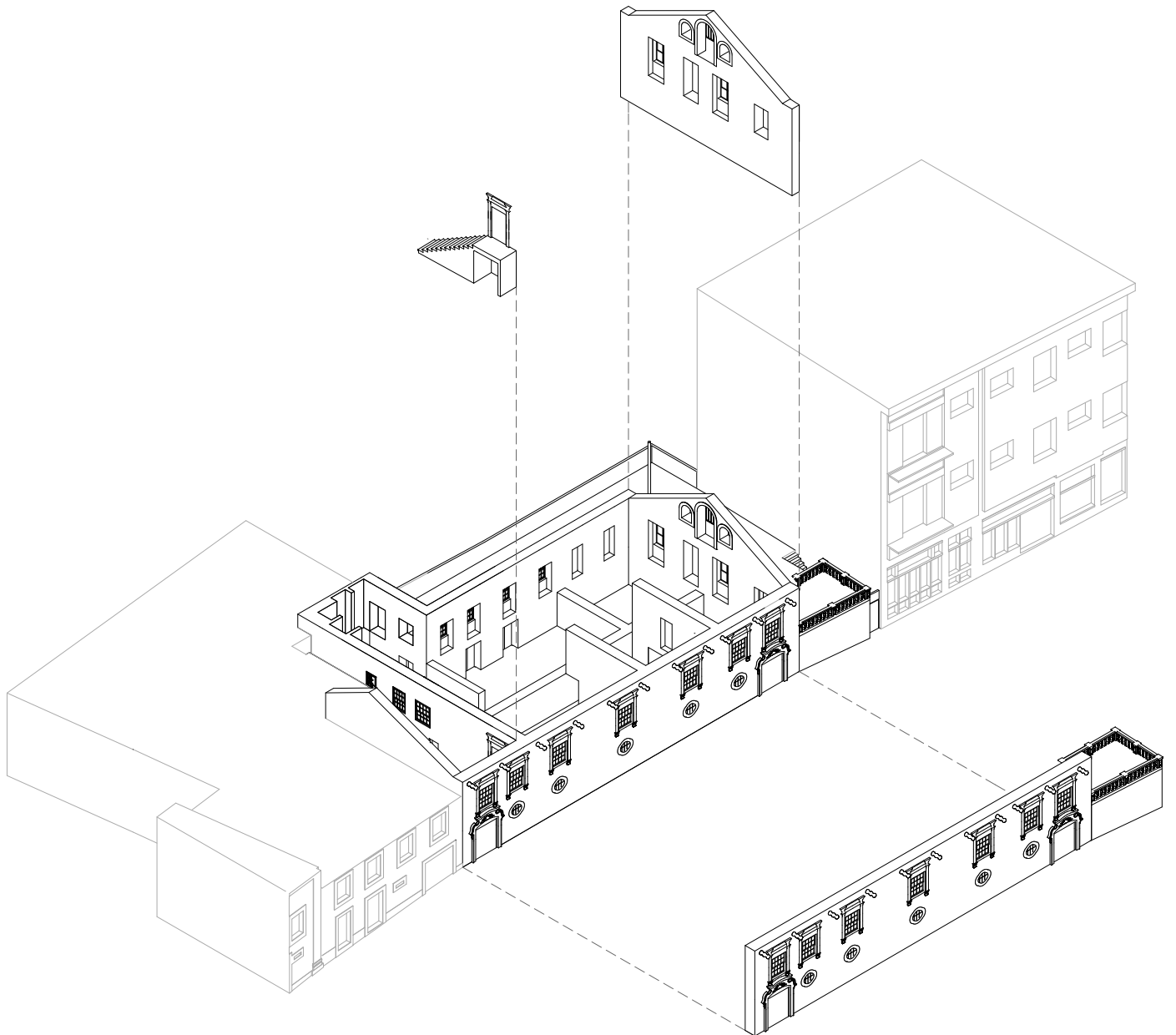


FIGURA 26 ELEMENTOS COM MAIOR VALOR A PRESERVAR

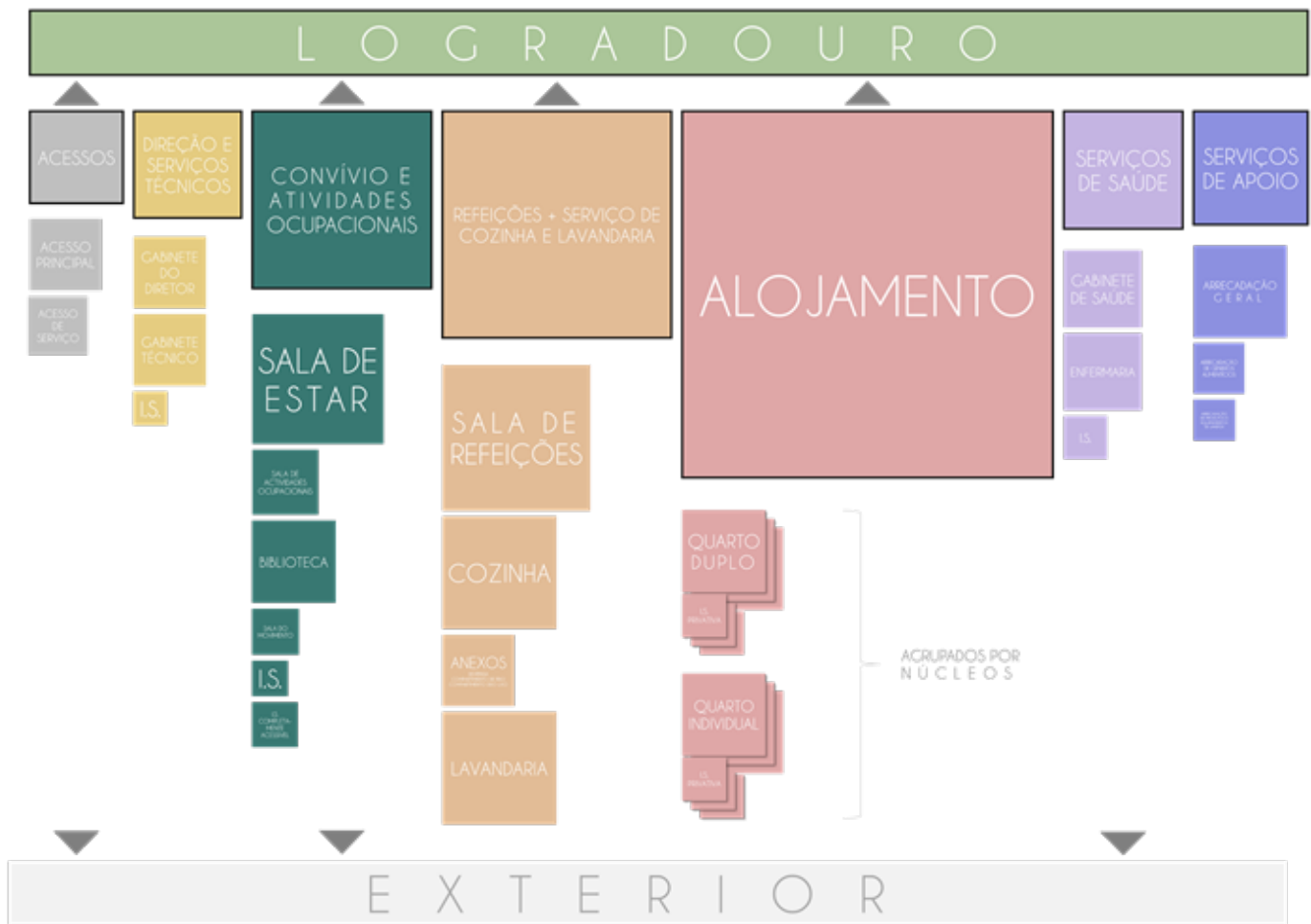
Fonte: autora

A nível de volumetrias, propõe-se a demolição do volume construído que servia de anexo, que não valoriza o conjunto da Casa e torna desagradável o acesso que liga os dois pátios existentes pois cria uma passagem estreita entre as paredes do anexo e o muro que confina o logradouro.

No geral, propõe a preservação das duas fachadas Norte e Oeste, dados os valores atribuídos a elas e o restauro dos elementos existentes. De igual modo, propõe a conservação dos poucos elementos existentes. Relativamente à compartimentação existente e ao programa levou à abertura de alguns vãos e à demolição de algumas paredes.

Nos vãos envidraçados, os caixilhos irrecuperáveis devem ser substituídos e optar-se por caixilharia dupla. Naqueles em que a opção for o restauro, deve proceder-se à colocação de uma caixilharia pelo interior.

A figura 27 traduz, numa primeira parte, o esquema funcional de todas as áreas privadas e sociais do programa, realizada segundo as “Recomendações Técnicas para Lares de Idosos”, e com base nas áreas necessárias e número de residentes previstos. A segunda parte traduz na distribuição funcional dessas mesmas áreas nos três pisos da proposta.



□ BLOCO FUNCIONAL

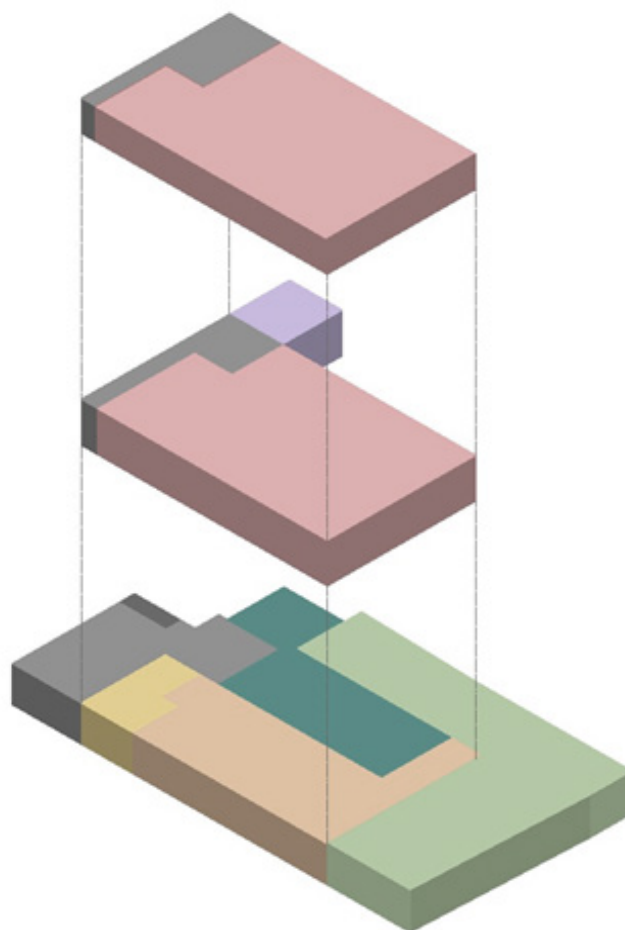
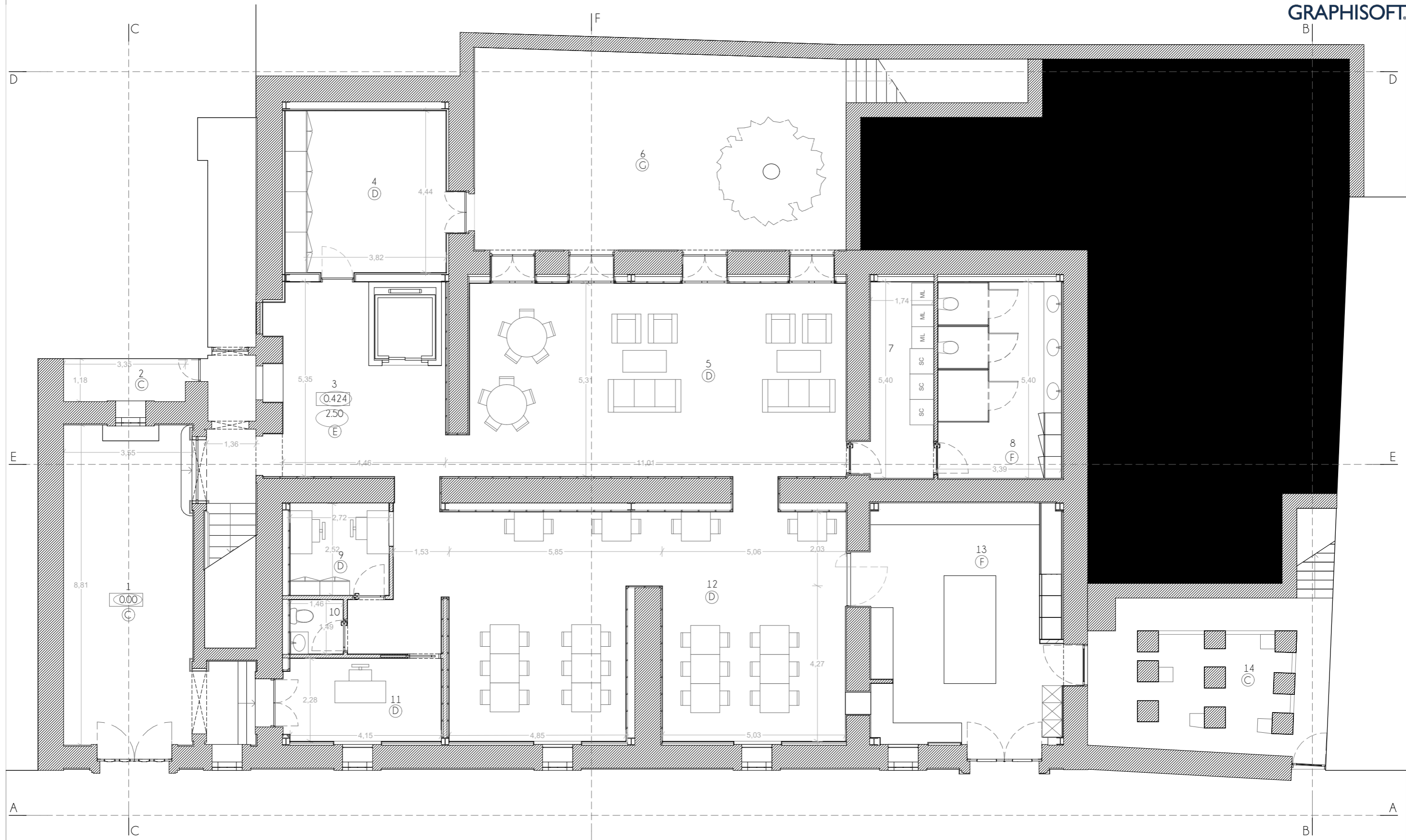


FIGURA 27 ESQUEMA FUNCIONAL
Fonte: autora

DESENHOS DA PROPOSTA
1:100



PAVIMENTOS

A - Soalho de madeira de pinho B - Mosaico de grés cerâmico C - Lajedo de granito existente D - Soalho de madeira de pinho E - Lajedo de granito amaciado F - Mosaico de grés cerâmico antiderrapante G - Lajedo de granito

LEGENDA

- | | |
|-------------------------------|---------------------------|
| 1 Área de receção / chegada | 8 Vestiário |
| 2 Arrumos | 9 Gabinete Técnico |
| 3 Receção | 10 Instalação Sanitária |
| 4 Sala de Movimento | 11 Gabinete do Director |
| 5 Sala de Estar | 12 Sala de Refeições |
| 6 Pátio | 13 Cozinha |
| 7 Lavandaria | 14 Espaço de meditação |

Compartimento 1
Cota do pavimento (REFERÊNCIA TERRENO) 11.200
Cota do pé-direito 2.50



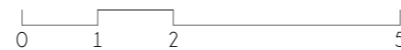
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS | PÓLO DE VISEU
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA | 5º ANO | PROVA FINAL DE MESTRADO | 2015

Projeto de Reabilitação da Casa das Bocas para habitação intergeracional

TEMA: Novos Modos de Habitar
Projeto Integrado de Reabilitação

ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Pinho
COORDINADOR: Professor Doutor Lobo de Carvalho
DISCENTE: Ana Carolina Simões Monteiro

PROPOSTA
Planta Piso 0 | 1:100





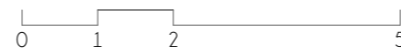
PAVIMENTOS

A - Soalho de madeira de pinho B - Mosaico de grés cerâmico C - Lajedo de granito existente D - Soalho de madeira de pinho E - Lajedo de granito amaciado F - Mosaico de grés cerâmico mate antiderrapante G - Lajedo de granito

LEGENDA

- 15 | Zona de estar
- 16 | Enfermaria
- 17 | Instalação Sanitária
- 18 | Quarto Simples
- 19 | Quarto Duplo
- 20 | Jardim
- 21 | Terraço

Compartimento	1
Cota do pavimento (REFERÊNCIA TERRENO)	11.200
Cota do pé-direito	2.50



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS | PÓLO DE VISEU
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA | 5º ANO | PROVA FINAL DE MESTRADO | 2015

Projeto de Reabilitação da Casa das Bocas para habitação intergeracional

TEMA: Novos Modos de Habitar
Projeto Integrado de Reabilitação

ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Pinho
COORDINADOR: Professor Doutor Lobo de Carvalho
DISCENTE: Ana Carolina Simões Monteiro

PROPOSTA
Planta Piso 1 | 1:100

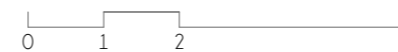


PAVIMENTOS

A - Soalho de madeira de pinho B - Mosaico de grés cerâmico C - Lajedo de granito existente D - Soalho de madeira de pinho E - Lajedo de granito amaciado F - Mosaico de grés cerâmico mate antiderrapante G - Lajedo de granito

LEGENDA

- 22 | Zona de Estar
- 23 | Instalação Sanitária
- 24 | Varanda
- 25 | Quarto Duplo / Casal
- 26 | Quarto Simples
- 27 | Zona de Estar



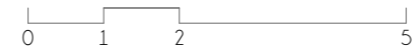
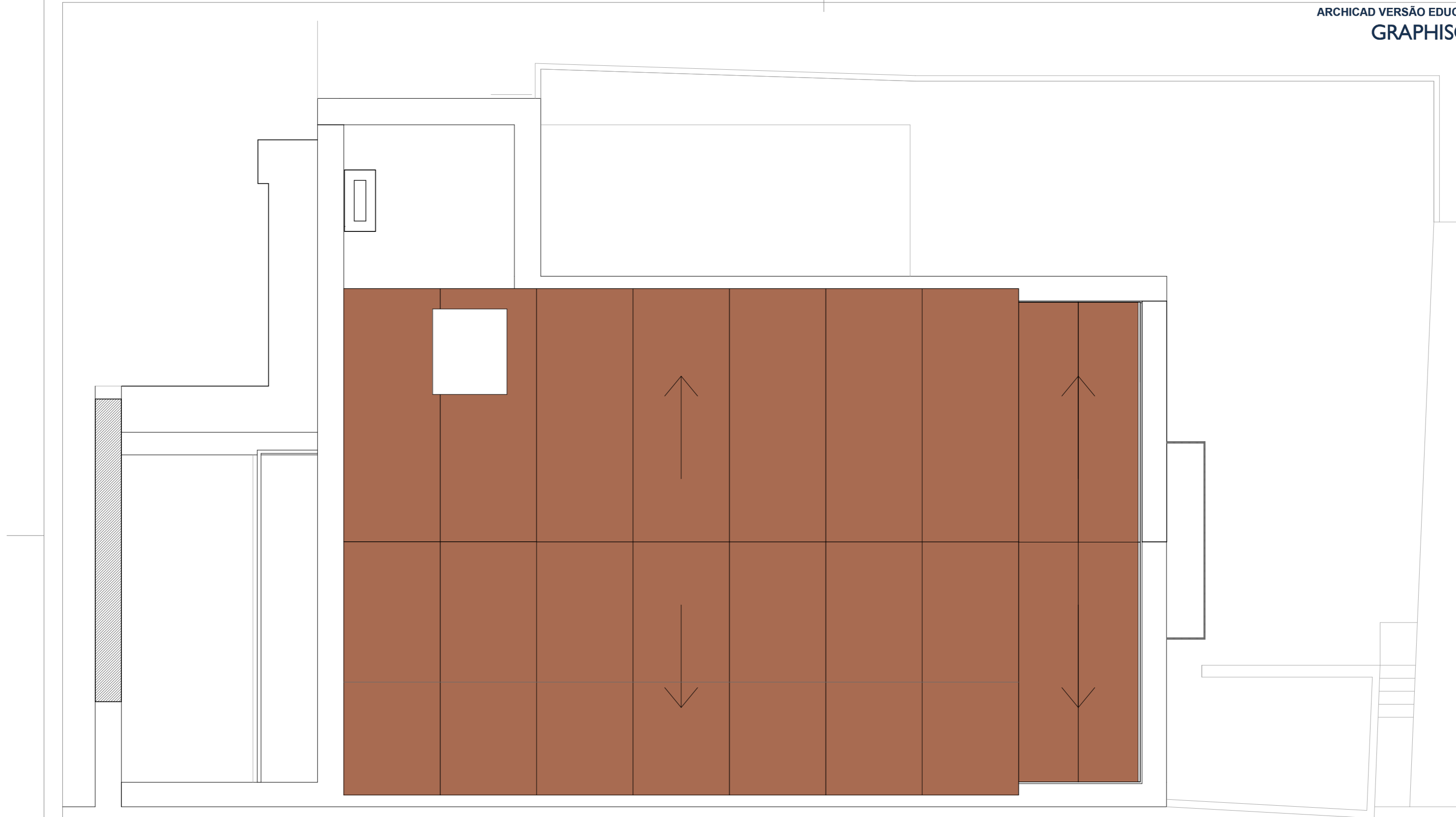
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS | PÓLO DE VISEU
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA | 5º ANO | PROVA FINAL DE MESTRADO | 2015

Projeto de Reabilitação da Casa das Bocas para habitação intergeracional

TEMA: Novos Modos de Habitar
Projeto Integrado de Reabilitação

ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Pinho
COORIENTADOR: Professor Doutor Lobo de Carvalho
DISCENTE: Ana Carolina Simões Monteiro

PROPOSTA
Planta Piso 2 | 1:100



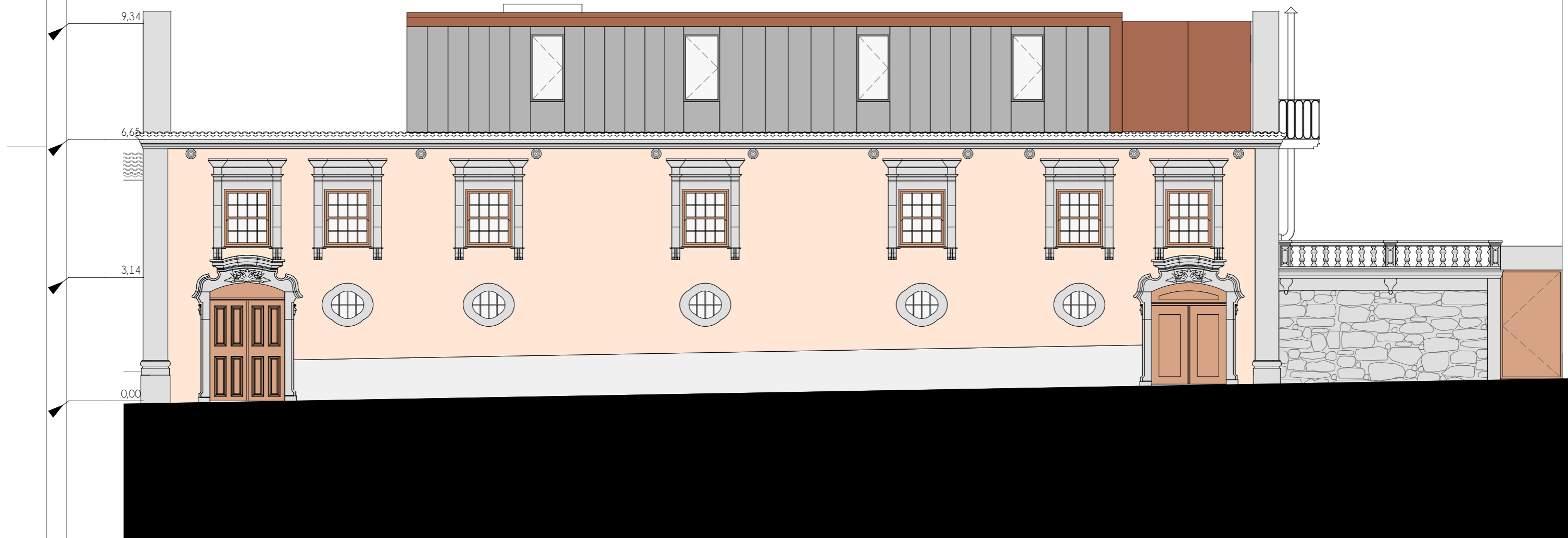
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS | PÓLO DE VISEU
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA | 5º ANO | PROVA FINAL DE MESTRADO | 2015

Projeto de Reabilitação da Casa das Bocas para habitação intergeracional






TEMA: Novos Modos de Habitar
Projeto Integrado de Reabilitação

ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Pinho
COORIENTADOR: Professor Doutor Lobo de Carvalho
DISCENTE: Ana Carolina Simões Monteiro

PROPOSTA
Planta da Cobertura | 1:100



LEGENDA DE MATERIAIS

-  Reboco pintado com tinta de cal, cor rosa
-  Reboco areado fino pintado, cor cinza granito
-  Pedra
-  Painel de aço corten
-  Painel de zinco

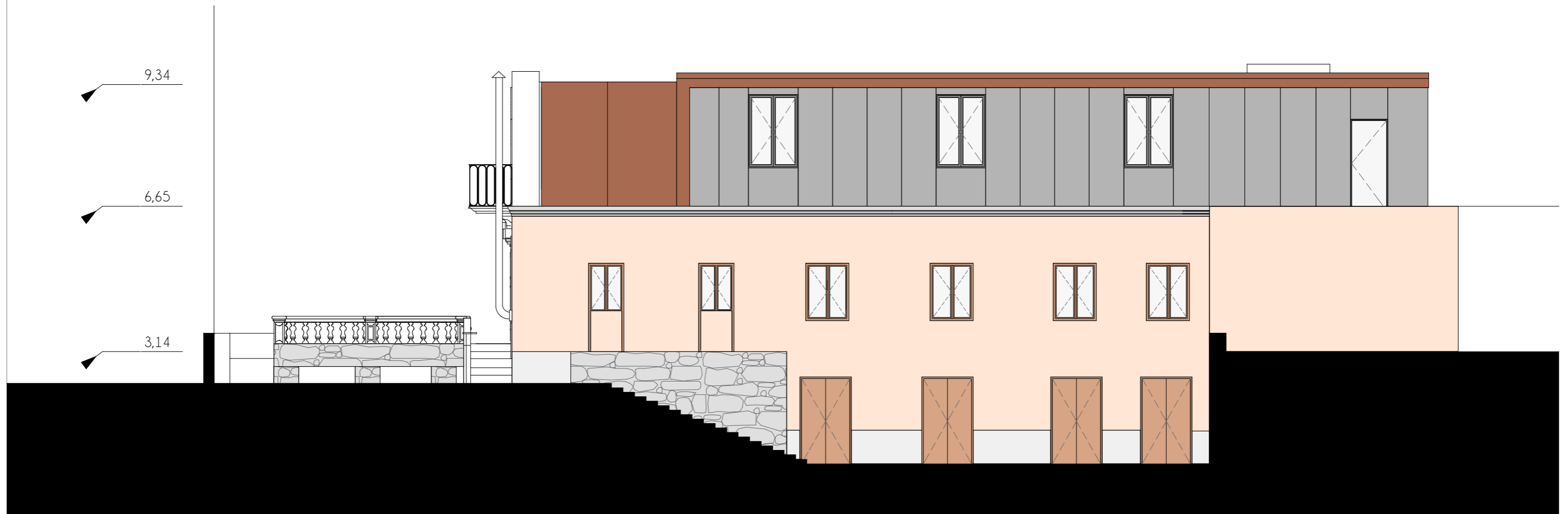
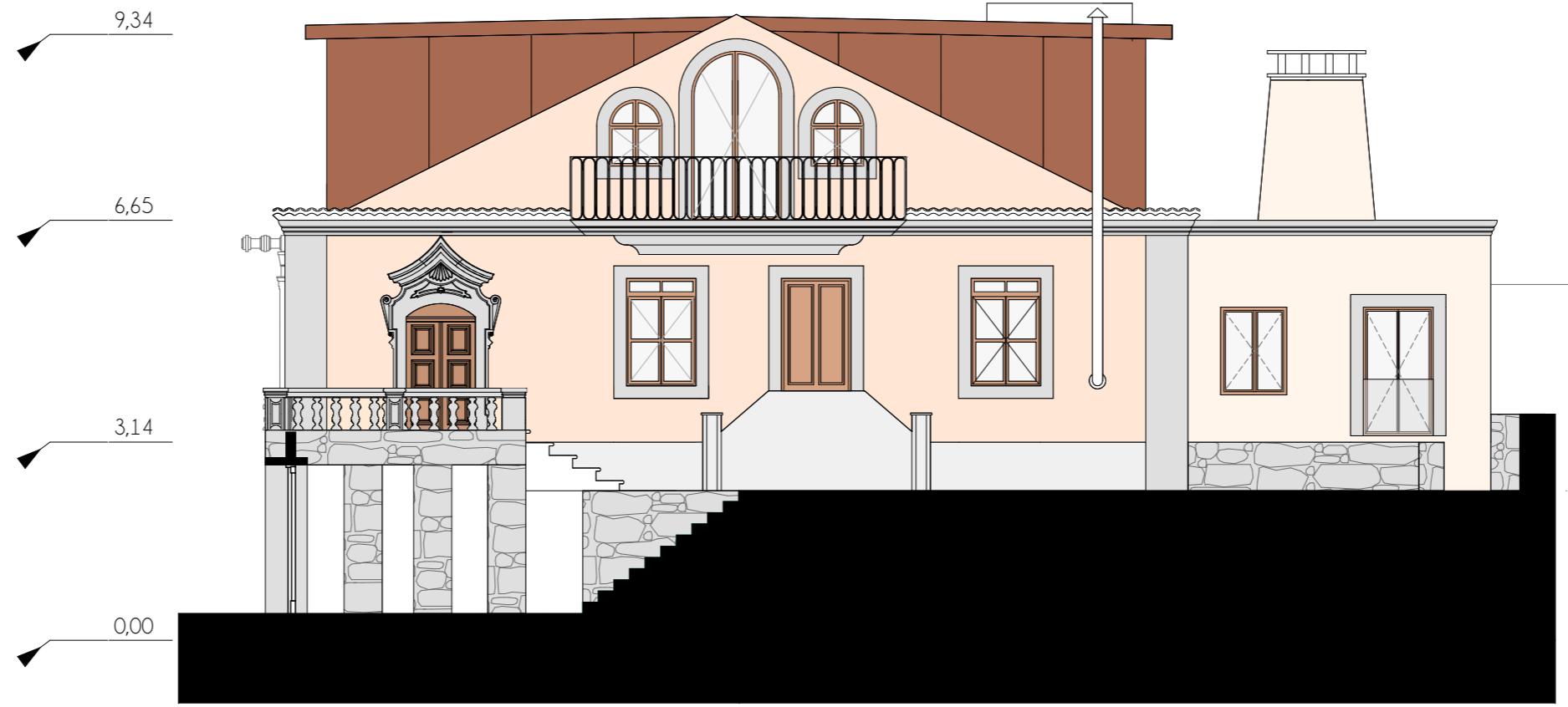


UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS | PÓLO DE VISEU
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA | 5º ANO | PROVA FINAL DE MESTRADO | 2015

Projeto de Reabilitação da Casa das Bocas para habitação intergeracional
TEMA: Novos Modos de Habitar
Projeto Integrado de Reabilitação

ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Pinho
COORIENTADOR: Professor Doutor Lobo de Carvalho
DISCENTE: Ana Carolina Simões Monteiro

PROPOSTA
Alçado principal | 1:100



LEGENDA DE MATERIAIS

- Reboco pintado com tinta de cal, cor rosa
- Reboco areado fino pintado, cor cinza granito
- Pedra
- Painel de aço corten
- Painel de zinco

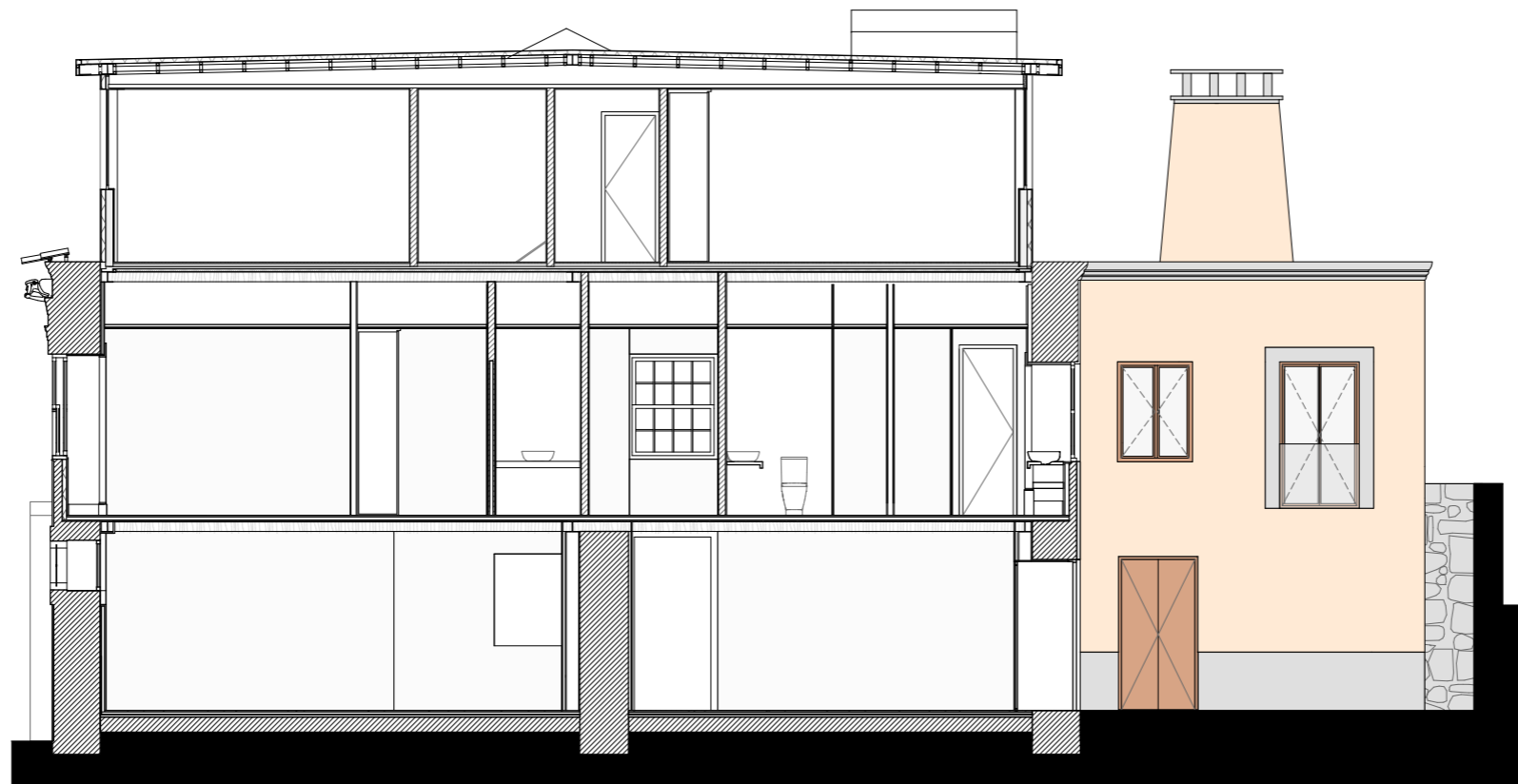
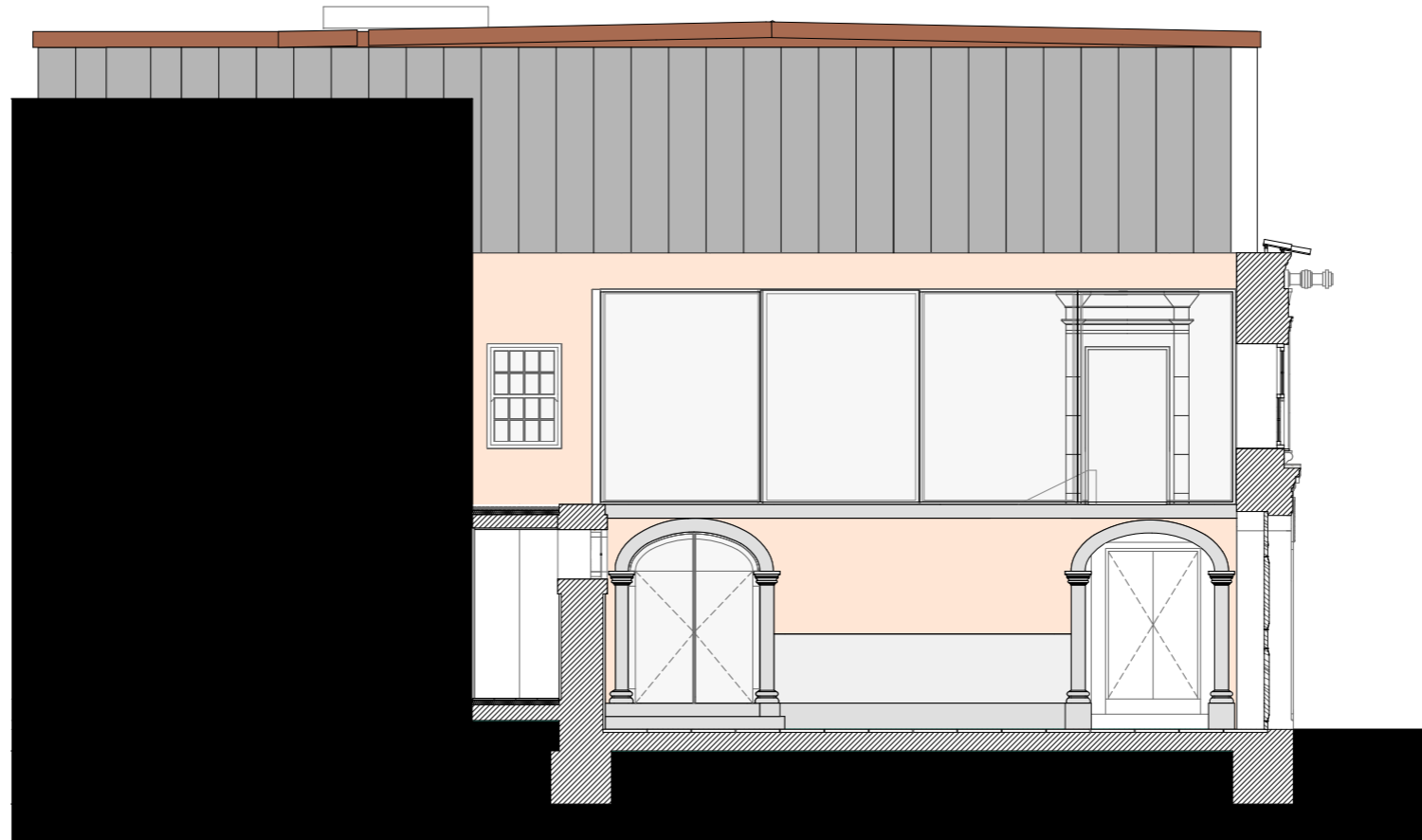


UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS | PÓLO DE VISEU
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA | 5º ANO | PROVA FINAL DE MESTRADO | 2015






Projeto de Reabilitação da Casa das Bocas para habitação intergeracional
TEMA: Novos Modos de Habitar
Projeto Integrado de Reabilitação

ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Pinho
COORIENTADOR: Professor Doutor Lobo de Carvalho
DISCENTE: Ana Carolina Simões Monteiro

PROPOSTA
Alçados lateral e tardoz 1:100



LEGENDA DE MATERIAIS

-  Reboco pintado com tinta de cal, cor rosa
-  Reboco areado fino pintado, cor cinza granito
-  Pedra
-  Painel de aço corten
-  Painel de zinco



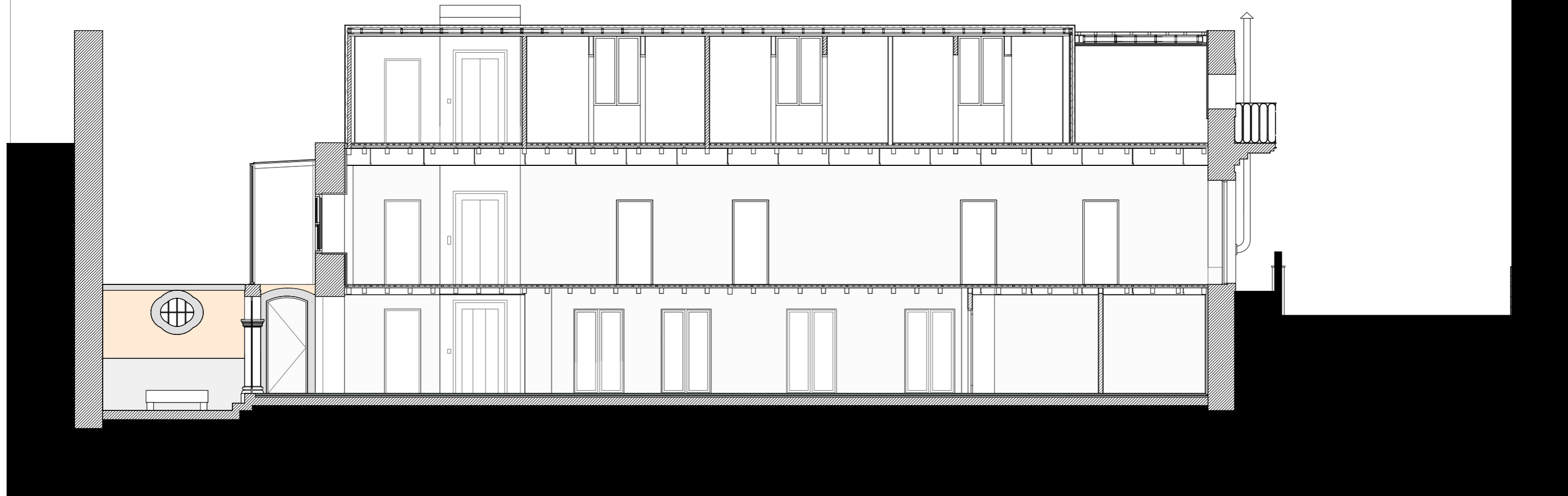
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS | PÓLO DE VISEU
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA | 5º ANO | PROVA FINAL DE MESTRADO | 2015

Projeto de Reabilitação da Casa das Bocas para habitação intergeracional






TEMA: Novos Modos de Habitar
Projeto Integrado de Reabilitação

ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Pinho
COORDENADOR: Professor Doutor Lobo de Carvalho
DISCENTE: Ana Carolina Simões Monteiro

PROPOSTA
Corte C-C' Corte E-E'



LEGENDA DE MATERIAIS

-  Reboco pintado com tinta de cal, cor rosa
-  Reboco areado fino pintado, cor cinza granito
-  Pedra
-  Painel de aço corten
-  Painel de zinco



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS | PÓLO DE VISEU
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA | 5º ANO | PROVA FINAL DE MESTRADO | 2015

Projeto de Reabilitação da Casa das Bocas para habitação intergeracional
TEMA: Novos Modos de Habitar
Projeto Integrado de Reabilitação

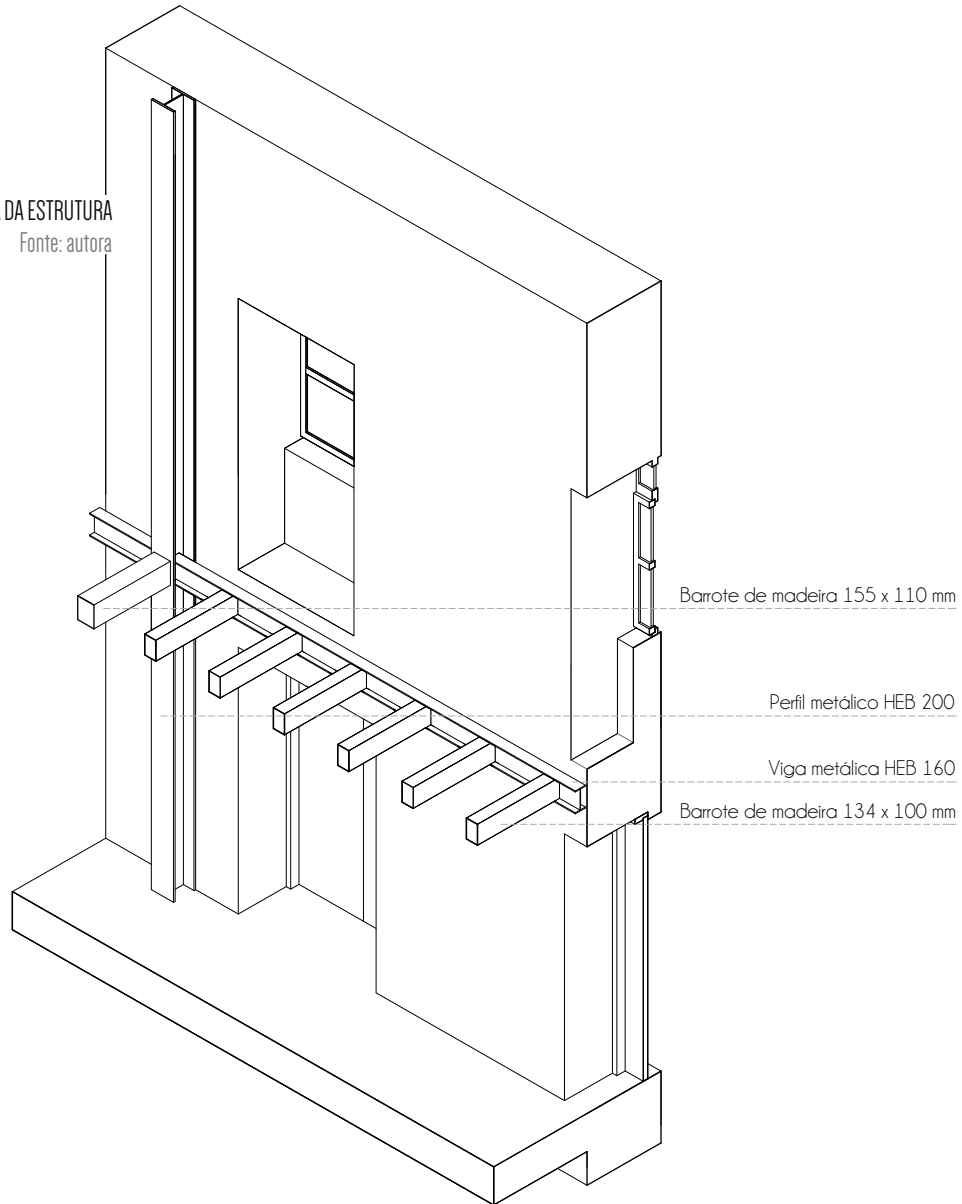
ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Pinho
COORDENADOR: Professor Doutor Lobo de Carvalho
DISCENTE: Ana Carolina Simões Monteiro

PROPOSTA
Corte F-F'

Estrutura

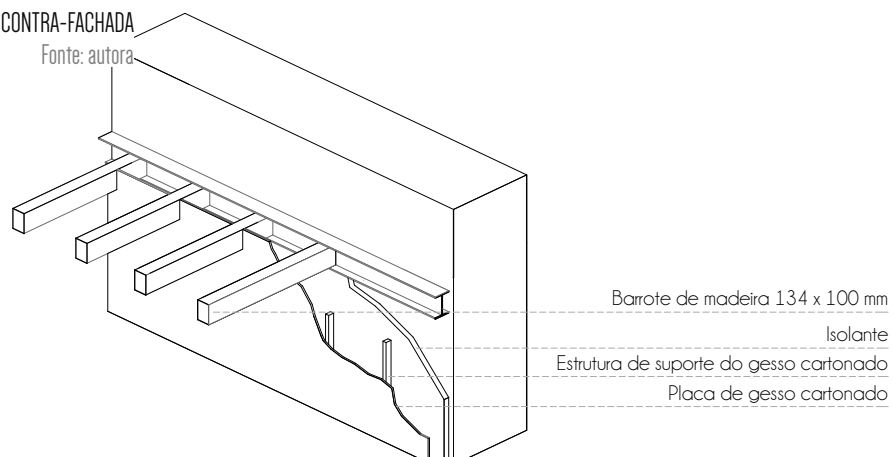
Partindo de um edifício praticamente oco, a proposta traduziu-se na introdução de uma estrutura metálica, para reforço das paredes alvenaria e inserção dos elementos estruturais em falta, que funcionará autonomamente, dadas as novas

FIGURA 36 AXONOMETRIA DA ESTRUTURA
Fonte: autora



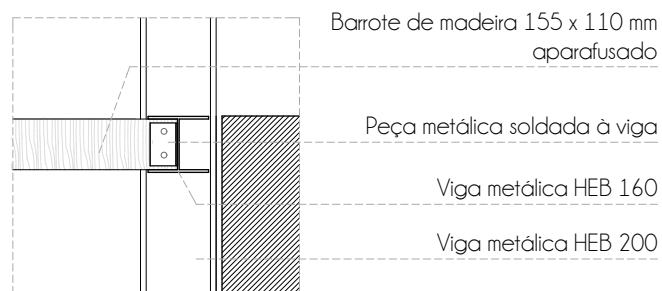
Composição da contra-fachada | Axonometria

FIGURA 37 COMPOSIÇÃO DA CONTRA-FACHADA
Fonte: autora



cargas impostas com a adição de um novo piso e para o aumento da resistência às ações horizontais. Desta forma, tem-se as paredes de alvenaria de pedra que vinculam o pré-existente, assim como a madeira nos elementos existentes, e a intervenção assenta na utilização de uma estrutura mista de aço e madeira, ligada aos elementos existentes através de aparafusamento corrente, mas com sustentação autónoma, sem que ajam novas sobrecargas para os elementos pré-existent de alvenaria. As paredes divisórias são em alvenaria e gesso cartonado, para que primeiras possam conferir resistência e as segundas para que não haja uma sobrecarga sobre a estrutura dos pisos.

Ligação do barrote de madeira à viga metálica | 1:20



Ligação do barrote de madeira ao pilar metálico | 1:20

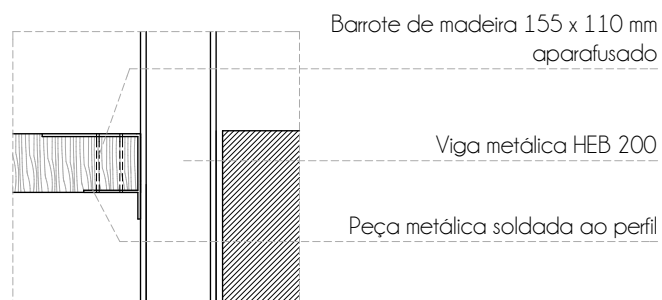


FIGURA 38 LIGAÇÕES DOS BARROTES ÀS VIGAS

Fonte: autora



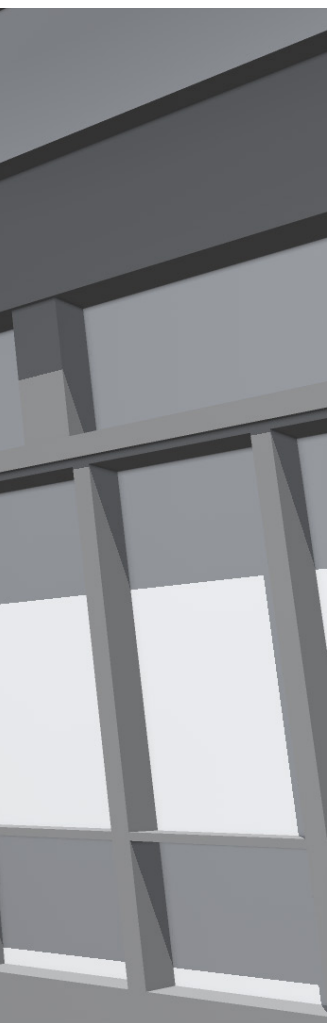


FIGURA 39 VISTA GERAL DA FACHADA (RENDER)

Fonte: autora

Entrada / Recepção

Recuperando o acesso que se assume ser o original da Casa, denunciado pelos elementos normalmente encontrados no exterior como a escadaria de pedra, os arcos e a moldura de granito trabalhada no piso 1, a entrada principal e recepção passam a ser feitas por este ponto. Esta área que, devido à ruína, deixou de ser um espaço interior, antigamente coberto pela laje do piso 1, remarca um novo espírito do lugar, exultando a tal poética da ruína e que faz sobressair os elementos, cores e materiais que ganham uma nova imagem com a sua reconversão exterior. Deste modo, propõe-se que este espaço se mantenha exterior, sem a restituição de qualquer elemento de cobertura, fazendo a transição entre a Rua das Bocas e a Casa como sendo o prolongamento do exterior para o interior, aproveitando a diferença de cotas já existentes e recuperando o banco de pedra. Assim, o volume da escadaria passa a ser o acesso ao piso 1 e, por esse motivo, optou-se por cobri-lo com uma estrutura envidraçada de forma a torná-lo um espaço interior, distinguindo o pré-existente e deixando transparecer, pela zona de entrada, os elementos graníticos da moldura da porta do piso 1 e o corrimão. De forma a suprimir a diferença de cotas da entrada ao interior da Casa foi colocada uma rampa sobre os dois degraus existentes para a passagem de pessoas com mobilidade condicionada.



FIGURA 40 ENTRADA PRINCIPAL (RENDER)

Fonte: autora

Áreas sociais

As áreas sociais e de encontro dos residentes funcionam no piso 0. Assim, tem-se a sala de estar e a sala de refeições ocupando toda a área central do piso e articuladas entre si pelo vão já existente, mantendo a sua abertura. A sala de refeições fica relacionada com a fachada Norte e a sala de estar, que procura ser um espaço importante na promoção do diálogo intergeracional, fica relacionada com a fachada tardoiz onde os vãos são maiores e ligam o interior ao pátio térreo. Para que a zona de estar funcione como um todo, propõe-se a demolição da parede existente a meio do espaço. Dado que a fachada tardoiz tem um menor valor que as outras, não se considera imperativa a sua preservação integral e optou-se pela abertura de alguns vãos ao nível do piso 0, nomeadamente dois vãos de sacada para o pátio, seguindo os alinhamentos dos vãos existentes no piso 1 e abrindo o espaço ao exterior para uma maior relação entre a sala de estar e o pátio, e dois vãos no compartimento contíguo à cozinha, de forma a tornar este espaço ventilado e com entrada de luz natural.



FIGURA 41 SALA DE ESTAR (RENDER)

Fonte: autora

Acessos Verticais

O núcleo de acessos verticais propõe-se junto de uma das extremidades da Casa, onde se aproveita a escadaria existente para o acesso ao piso 1 e se propõe, próximo a esta, uma escada de acesso ao novo volume do piso 2. É implementado, numa área no piso 0 e próximo do núcleo de escadas, um elevador que antecede o acesso às áreas sociais comuns e que se encontra próximo dos serviços de administração e do gabinete do diretor, permitindo que qualquer visitante possa dirigir-se a estes serviços sem atravessar áreas sociais ou privadas.

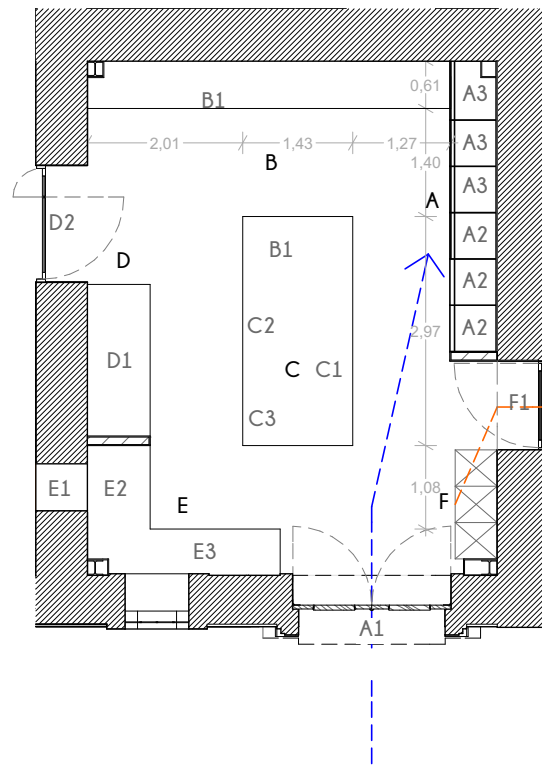
Cozinha

Os requisitos para o funcionamento da cozinha ditaram a sua implantação e, desse modo, propôs-se a cozinha numa das extremidades da Casa, relacionada com a entrada de serviços, permitindo uma ligação direta ao exterior. A cozinha liga-se à sala de refeições por um vão já existente mas que se encontrava fechado e articula a entrada dos alimentos e a saída do lixo por saídas distintas. A necessidade da passagem dos pratos diferir da entrada dos sujos conduziu à abertura de um vão na parede existente para o passa pratos. A distribuição funcional da cozinha foi disposta como apresentado na figura 41:

Logradouro

Os pátios existentes a dois níveis, um ao nível térreo e outro no piso superior, são elementos importantes que caracterizam e qualificam o conjunto da Casa das Bocas. A proposta pretende promover o seu usufruto pelos residentes, dando-lhes uma nova vida. No pátio do piso 0, propõe-se a demolição da escadaria existente e da pequena passagem adjacente ao muro que fazia a ligação do pátio superior ao térreo, aumentando a sua área. O pátio superior pretende ter uma maior ligação às áreas privadas dos quartos, cujo corredor do núcleo de quartos dos idosos conduz diretamente a este pátio. Outra zona que marca o espaço exterior do conjunto é a área de suporte do alpendre marcada pelos pilares de pedra cujo ambiente pretende-se preservar, visto tratar-se de um espaço considerado interessante devido ao jogo de luz e atmosfera criados pela malha de pilares. Assim, a proposta pretendeu que este espaço fosse um espaço reservado a oração/ meditação ou simplesmente um espaço de silêncio, afastado das áreas sociais, mantendo a entrada de luz contida e introduzindo, pontualmente, mobiliário de assento.

A



A | Despensa

- A.1 - Entrada dos frescos
- A.1 - Frigoríficos
- A.2 - Armários

B | Zona de Preparação

- B.1 - Bancada de trabalho

C | Zona de Cozinhão

D | Zona de empratamento

- D.1 - Bancada de trabalho
- D.2 - Saída de alimentos

E | Zona de sujios

- E.1 - Entrada da loiça
- E.2 - Lavagem
- E.3 - Bancada de trabalho

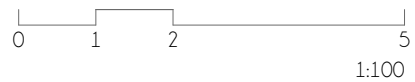
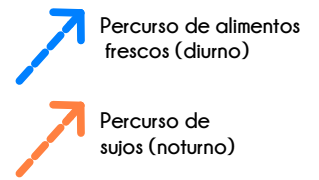
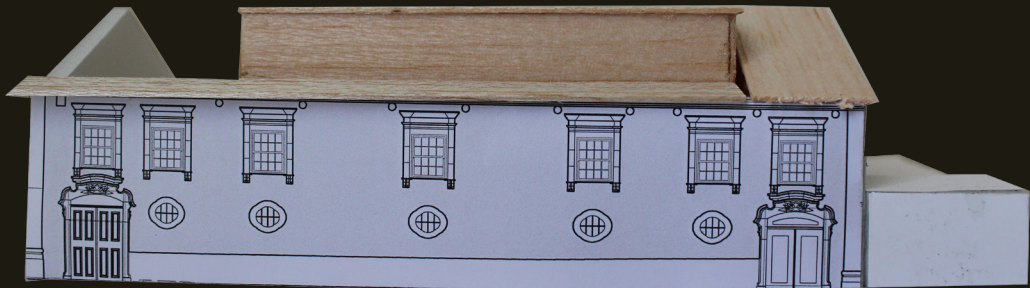


FIGURA 42 ESQUEMA DA COZINHA
Fonte: autora

Volume do Piso 2

A ausência da cobertura acabou por destacar a leitura das fachadas e marcou claramente o contorno das mesmas. A partir desta imagem como ponto de partida, o piso 2, destinado ao núcleo de quartos dos jovens, pretendeu assinalar a contemporaneidade da intervenção em que o novo volume assumiu uma materialidade diferente e surgiu recuado em relação às fachadas para manter o protagonismo das mesmas e salvaguardar a atual imagem do inacabado e da “casca” exterior que assinalou um determinado período da história do edifício. O novo volume não se tenta sobrepor ao pré-existente e procura dialogar com ele, recuperando algumas características da cobertura antiga consideradas relevantes, além de marcar a diferença entre épocas e culturas que, distantes no tempo, coexistem e conciliam-se na Casa das Bocas, operando como um conjunto. Assim, o piso 2 articula dois volumes, um deles retomando a geometria original da cobertura de duas águas apenas na área de estar do piso e o volume tipo “caixa”, correspondente à área dos quartos e acessos, recuperando a imagem da trapeira que outrora existira. Nesse sentido, e sendo parte integrante das fachadas, as telhas do beirado mantêm-se e a cobertura do novo volume avança igualmente em relação ao plano da parede, evocando a linha do beirado da antiga trapeira. A escolha de materiais foi de igual forma importante na tentativa de harmonizar o conjunto, em que a própria cor do aço corten e sua oxidação pretendem conferir um aspeto cromático, semelhante



Quartos

Os quartos dos idosos resultaram numa compartimentação diferenciada, em que cada quarto tem uma configuração diferente devido aos vãos da fachada principal não seguirem uma lógica sequencial. Os quartos apresentam duas tipologias diferentes: os quartos simples, destinados a um idoso, e os quartos de casal ou duplos, destinados a um casal ou a dois idosos com partilha de quarto e camas separadas. Cada quarto incluiu uma instalação sanitária e *closet*. A diferente compartimentação resulta, igualmente, numa disposição diferentes do mobiliário e dos elementos sanitários.

Os quartos dos jovens, no piso 2, apresentam também duas tipologias diferentes. No lado Norte, em que o volume dos quartos é menor, ficam os quartos simples, destinado a um jovem por quarto. No lado Sul, ficam os quartos com uma tipologia mutável, podendo ser um quarto duplo de dois estudantes ou um quarto de casal. A organização do espaço do quarto duplo pretende que o corredor de acesso funcione como uma delimitação da privacidade e a instalação sanitária divide-se em dois compartimentos distintos, para que seja possível a utilização da zona de duche e da sanita/lavatório em separado e em simultâneo. Cada face interior apresenta uma estrutura em madeira que permite rebater a secretária para utilização do estudante, ficando uma disposição simétrica do quarto, no que respeita ao mobiliário. Quando se pretender converter para um quarto de casal, o espaço da cama dá lugar a uma cama de casal orientada perpendicularmente ao móvel, deixando a possibilidade de introdução de outro tipo de mobiliário na restante área.

A área onde se retoma a geometria original da cobertura, dá origem à área comum do piso para zona de estar e aproveitando a varanda exterior que se relaciona com o pátio superior. A laje que cobre a área de enfermagem do piso 1 também é aproveitada como varanda, através de uma cobertura transitável, para utilização dos jovens residentes.

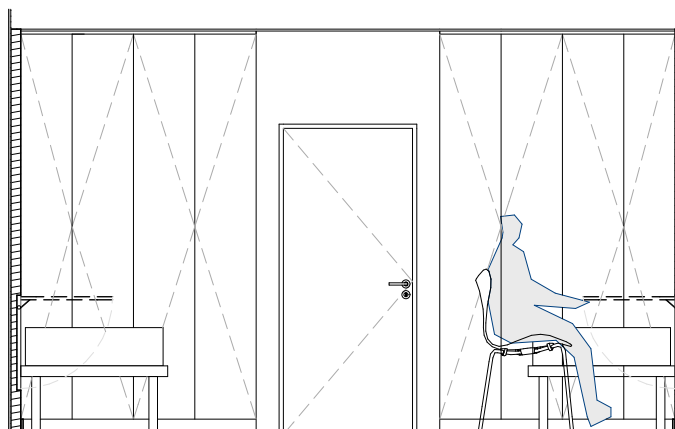
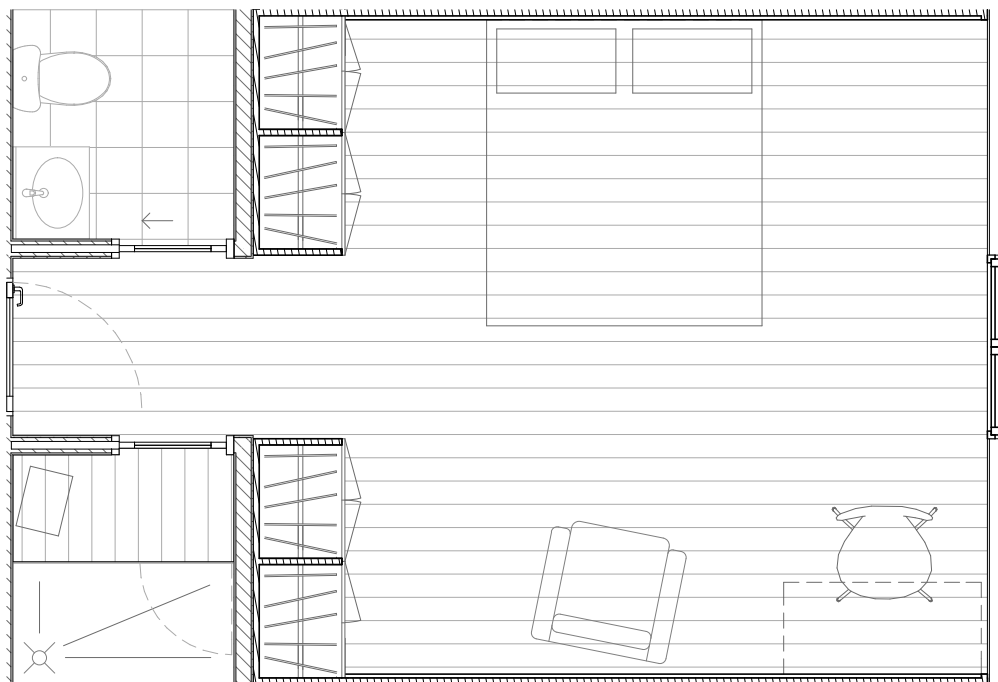
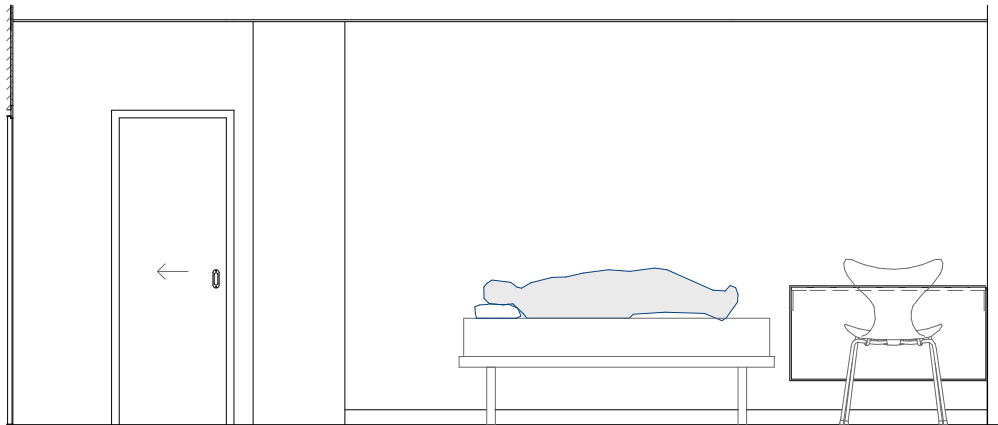
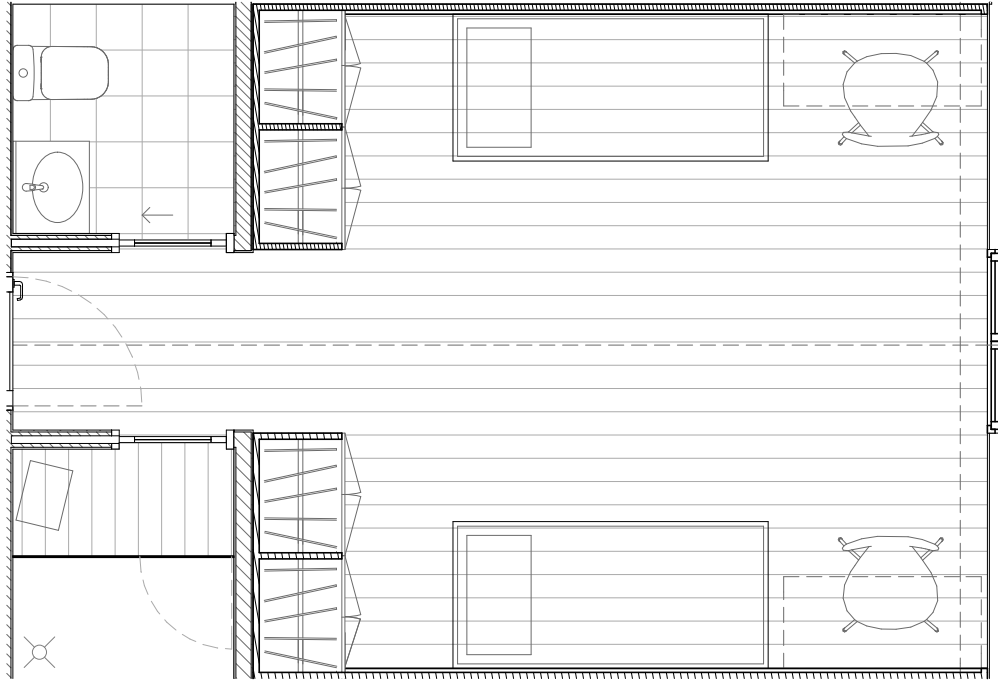


FIGURA 44 PORMENORIZAÇÃO DO QUARTO DE ESTUDANTE/CASAL

Fonte: autora



CONCLUSÃO

O desenvolvimento desta prova final alicerçou-se nas vertentes multidisciplinares da intervenção do património no âmbito da arquitetura, onde o objetivo passava pela aplicação de um novo modo de habitar enquanto resposta social, num edifício que se encontra em ruína.

Numa primeira fase, foi determinante entender os conceitos e princípios da conservação do património, onde a abordagem às ideias de património e ruína foram essenciais para a reflexão acerca dos tipos de atuação possíveis. A atuação numa ruína, como é o exemplo da Casa das Bocas que pouco mais tinha que o seu invólucro, permitiu uma maior flexibilidade espacial, em que as remanescências ganham maior atenção e significado e a intervenção requer um equilíbrio entre o passado, o presente e o projeto novo, contemporâneo.

O programa de residência para jovens e idosos, que partiu de uma abordagem e reflexão sobre várias problemáticas socioeconómicas da atualidade e que se propôs para a Casa das Bocas, tenta ser uma alternativa às formas de alojamento correntes e um alerta para estas questões. Admitindo a fragilidade e experimentalismo da conceção do programa, que emerge de uma realidade pouco ensaiada em Portugal, acredita-se na possibilidade de sucesso da proposta. Sucesso esse que passa pelo cultivo do diálogo intergeracional e que deverá soberpor-se à ideia de incompatibilidade entre estas duas gerações e ser, de facto, um fator que contribui para uma sociedade melhor, mais coesa e mais atenta a todos os seus indivíduos.

Para o reconhecimento da Casa, foi fundamental a análise do seu estado de conservação, com o apoio do relatório do MAEC e o levantamento das anomalias que, no geral, eram maioritariamente graves e muito graves, pois entre a ausência de alguns elementos essenciais e a elevada degradação de outros, a Casa não oferecia qualquer possibilidade de uso sem uma profunda intervenção. O levantamento *in loco* e as experiências sensoriais no lugar levaram à clarificação das diretrizes do projeto, bem como à definição dos elementos com maior valor.

O projeto de reabilitação procurou valorizar o pré-existente, reportando todo o seu significado e simbolismo, bem como integrar, num conjunto harmónico, a proposta de intervenção contemporânea.

Em suma, considera-se ter alcançado os objetivos pretendidos e alcançando uma proposta que possa contribuir para o desenvolvimento de respostas arquitetónicas adequadas para a sociedade atual, pelo menos, no que se refere ao debate e reflexão sobre as mesmas.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERZHON, Jeffrey [et al.] *Design for aging: international case studies of building and program*. Hoboken. New Jersey: Wiley, cop. 2012
- AGUIAR, José, PINHO, Ana, PAIVA, J. Vasconcelos, *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*. Lisboa: INH/NLEC, 2006
- ALMEIDA, João Ricardo Gonçalves de, *Casa e Rua das Bocas: Regeneração Urbana e Integração Social*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa, 2013
- APPLETON, João, *Reabilitação de Edifícios Antigos: Patologias e Tecnologias de Intervenção* (2ª edição). Lisboa: ORION, 2011
- APPLETON, João. (2013). “Património urbano: boas práticas de conservação e reabilitação de edifícios”. in Folgado, Deolinda. (coord.), *Revista Património*, Lisboa: D.G. do Património Cultural, pp. 30-35
- BRANDI, Cesare. *Teoria do Restauro*. Amadora: Edições Orion, 2006
- CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000
- CORREIA, Alberto, *Viseu*. Lisboa: Editorial Presença, 1989
- CRUZ, Júlio, COSTA, Jorge Braga da, *Monumentalidade Visiense*. Viseu: AVIS, 2007
- EASTMAN, Perkins, *Building types basics for senior living*. (2ª ed). Hoboken, New Jersey: Wiley, cop. 2013
- FREITAS, Vasco Peixoto de (coord.), *Manual de Apoio ao Projecto de Reabilitação de Edifícios Antigos*. Porto: Ordem dos Engenheiros da Região Norte, 2012
- LYNCH, Kevin, *What Time is This Place?*, Cambridge: The MIT Press, 1972
- MARQUES, Sibila, *Discriminação da Terceira Idade*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2001
- PINHO, Fernando F. S., *Paredes de Edifícios Antigos em Portugal*. Lisboa: LNEC, 2000
- RIBEIRO, Aquilino, *Arcas Encoiradas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1974
- SANTOS, Célia Patrícia Teixeira dos, *O Turismo como Forma de Regeneração Urbana dos Centros Históricos: caso de Viseu*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa, 2013
- SILVA, Gastão de Brito e, *Portugal em ruínas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos

Santos, 2014

TEIGA, Sara Amando Mora, *As Relações intergeracionais e as sociedades envelhecidas. Envelhecer numa sociedade não stop - O território multigeracional de Lisboa Ocidental*. Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação de Lisboa, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/2270/1/As%20rela%C3%A7%C3%B5es%20intergeracionais%20e%20as%20sociedades%20envelhecidas.pdf> (Acedido a 28/04/2015)

VALE, Alexandre de Lucena e, *Viseu Monumental e Artístico* (2ª ed.). Viseu: Junta Distrital de Viseu, 1969

V.A., *Encontro Presente no Futuro - Os Portugueses em 2030*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013

Decreto-Lei nº163/2006, de 8 de Agosto. “Acessibilidade e mobilidade para todos”

Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro. “Regulamento Geral Das Edificações Urbanas” (RGEU)

LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL (LNEC) – *Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais – Lares de Idosos*. [Consult. 03 Jun 2015] Disponível em: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13337/rtes_lares_idosos

V.A., *Guia de Ideias para Planear e Implementar Projectos Intergeracionais*: Teresa Almeida Pinto - Associação Valorização Intergeracional e Desenvolvimento Activo, s.d. [Consult. 22 Jul. 2015] Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED507358.pdf>

Agência Lusa - *Mais de 500 idosos em risco sinalizados este ano pela GNR a instituições*. [Consult. 07 Set. 2015] Disponível em: <http://observador.pt/2015/09/28/mais-de-500-idosos-em-risco-sinalizados-este-ano-pela-gnr-a-instituicoes/>

CABRITA, António Reis. LEMOS, Eduardo Mascarenhas. AMARAL, Francisco Pires Keil. VAZ, João Inês. BAGANHA, José Franqueira. FERNANDES, Luís da Silva. EU-SÉBIO, Maria de Fátima. SÁ, Mário. KRIPPAHL, Miguel, *Apresentação do Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu*. Câmara Municipal e Universidade Católica Portuguesa: Viseu, 2010. Disponível em: <http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/capa/index.php> (Acedido a 06/06/2015)

Câmara Municipal de Viseu - *Viseu Aconchega*. [Consult. 07 Set. 2015] Disponível em: <http://www.cm-viseu.pt/index.php/inicio/viseu-aconchega>

Câmara Municipal de Viseu, *Viseu Viva – Plano de Acção para Revitalização do Centro Histórico de Viseu*. Viseu: Município de Viseu. (<http://www.cm-viseu.pt/doc/SRU2015/11Jan15A.pdf>) (Acedido a 10/03/2015)

Censos 2011, *XV e V Recenseamento Geral da População- Resultados definitivos Portugal*. Disponível em: <http://mediaserver2.rr.pt/NEWRR/census2011resultadosdefinitivosportugal--d20no352116e9.pdf> (Acedido a 14/05/2015)

Censos de 2011, *XV e V Recenseamento Geral da População- Resultados definitivos Portugal*. Disponível em: http://datacentro.ccdrc.pt/Uploads/Docs/RC_Censos2011_Prelim.pdf (Acedido a 14/05/2015)

CORTEZ, Grazina, SOUSA, Ana Paula, *Intergeracionalidade: que futuro?* in VII Congresso Português de Sociologia. Porto, 2012. Disponível em: http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0921_ed.pdf (Acedido a 28/04/2015)

Dova - *Dutch Retirement Home Offers Students Free Rent For Time Spent With Elderly Residents*. [Consult. 10 Set. 2015] Disponível em: <http://www.boredpanda.com/student-dorm-edlerly-retirement-home-deventer-humanitas/>

DUARTE, Miguel - *Inclusión - Exclusión - Integración - Segregación*. [Consult. 07 Set. 2015] Disponível em: <http://miguelduarte-mad.blogspot.pt/2014/05/inclusion-social.html>

GONÇALVES, Alda, GARCIA, Orlando, MAH, Sérgio, *Jovens Estudantes e idosos: suportes geracionais em contexto metropolitano* in IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra, 2000. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dfcaa6b6d3_1.PDF (Acedido em 16/05/2015)

Lusa - *Viseu distrito com mais idosos a viverem sozinhos ou isolados*. [Consult. 07 Set. 2015] Disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/norte/interior/viseu-distrito-com-mais-idosos-a-viverem-sozinhos-ou-isolados-3124891.html>

Lusa - *Maior parte dos idosos que recorreu à APAV aguentou entre 2 a 6 anos como vítima*. [Consult. 08 Ago. 2015] Disponível em: <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/maior-parte-dos-idosos-que-recorreu-a-apav-aguentou-entre-2-a-6-anos-como-vitima-1709746>

MARTIN, Ignacio, SANTINHA, Gonçalo, Rito, Susana, ALMEIDA, Rosa, “Habitação para pessoas idosas: problemas e desafios em contexto português” in *Sociologia*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Número temático: Envelhecimento demográfico, 2012, 177-203. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10586.pdf> (Acedido a 20/04/2015)

Marguerite Yourcenar - *O tempo, esse grande escultor*. Lisboa: Difel [Consult. 10 Out. 2015] Disponível em: <http://sonhar1000.blogspot.pt/2010/06/o-tempo->

esse-grande-escultor.html

Plano Director Municipal de Viseu, Regulamento do Plano Diretor Municipal de Viseu. Disponível em: http://www.cm-viseu.pt/doc/pdm___/regulamento.pdf (Acedido a 10/03/2015)

Declaração do Porto, ICOMOS-Portugal. *revistapunkto, um olhar de hoje sobre as dinâmicas da conservação e reabilitação de cidades históricas*. Porto, 2013 [Consult. 05 Jun. 2015] Disponível em: <http://www.revistapunkto.com/2013/11/declaracao-do-porto-icomos.html>

Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU), *Área de Reabilitação Urbana de Viseu – Centro Histórico, Ribeira, Cava de Viriato e Bairro Municipal*. Viseu: SRU – Município de Viseu. Disponível em: http://www.viseunovo.pt/Mediateca/files/PDF/Legislacao/ACRRU%20Viseu/ARU%201%20DE%20VISEU_11_Set_2014.pdf (Acedido a 10/03/2015)



FIGURA 45 PIA
Fonte: autora

A black and white photograph of a wall with peeling plaster. A hole in a pipe is visible, with weeds growing from it. The text 'ANEXOS' is overlaid on the bottom right of the image.

ANEXOS

- A. VERMELHOS E AMARELOS
- B. RELATÓRIO DE MAEC
- C. LEVANTAMENTO DAS ANOMALIAS
- D. RELATÓRIO DE ANOMALIAS, CAUSAS POSSÍVEIS E SOLUÇÕES

ANEXO A

VERMELHOS E AMARELOS

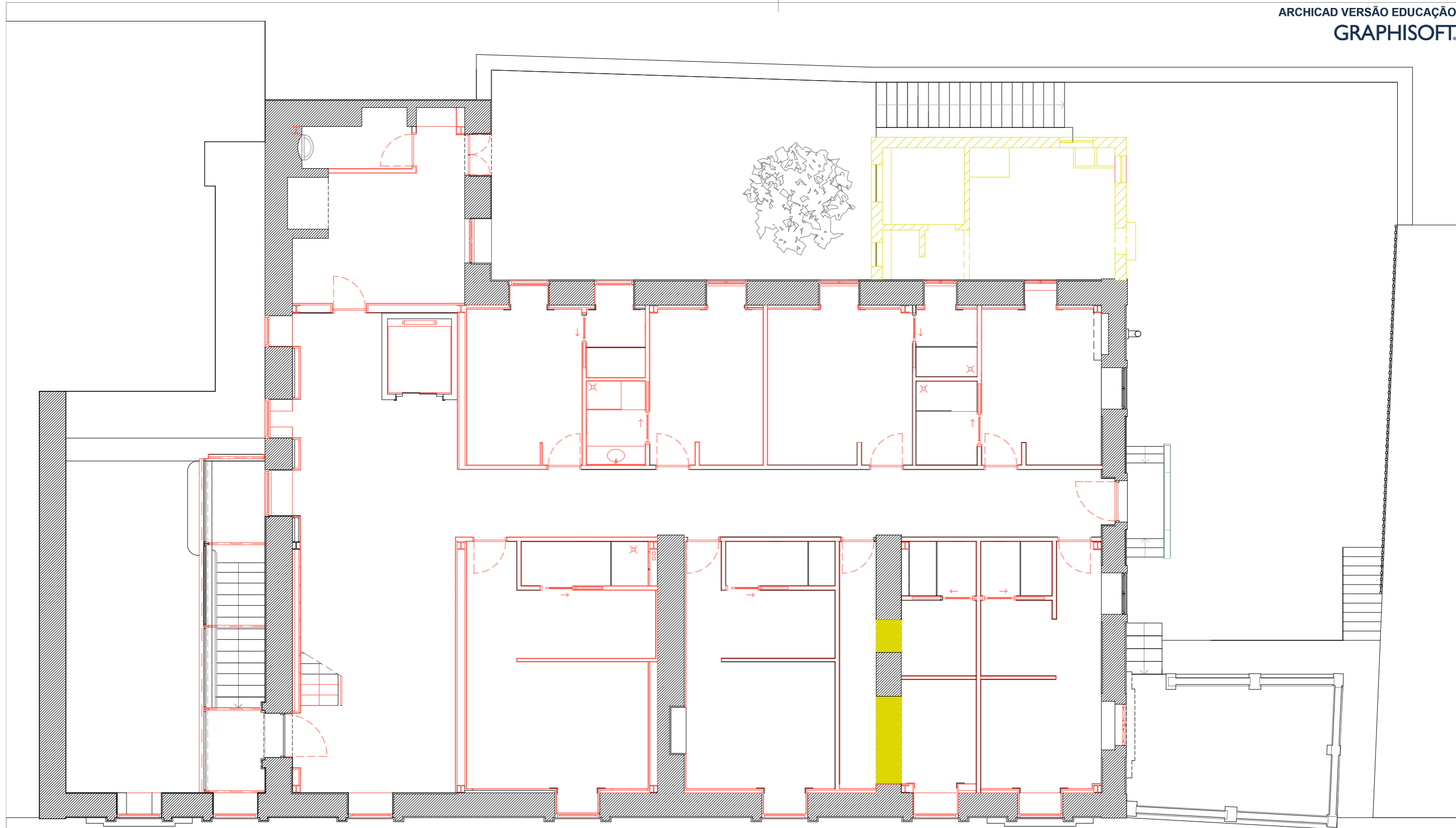


UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS | PÓLO DE VISEU
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA | 5º ANO | PROVA FINAL DE MESTRADO | 2015

Projeto de Reabilitação da Casa das Bocas para habitação intergeracional
TEMA: Novos Modos de Habitar
Projeto Integrado de Reabilitação

ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Pinho
COORDENADOR: Professor Doutor Lobo de Carvalho
DISCENTE: Ana Carolina Simões Monteiro

VERMELHOS E AMARELOS
Planta Piso 0 | 1:100

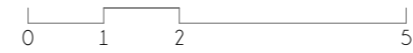
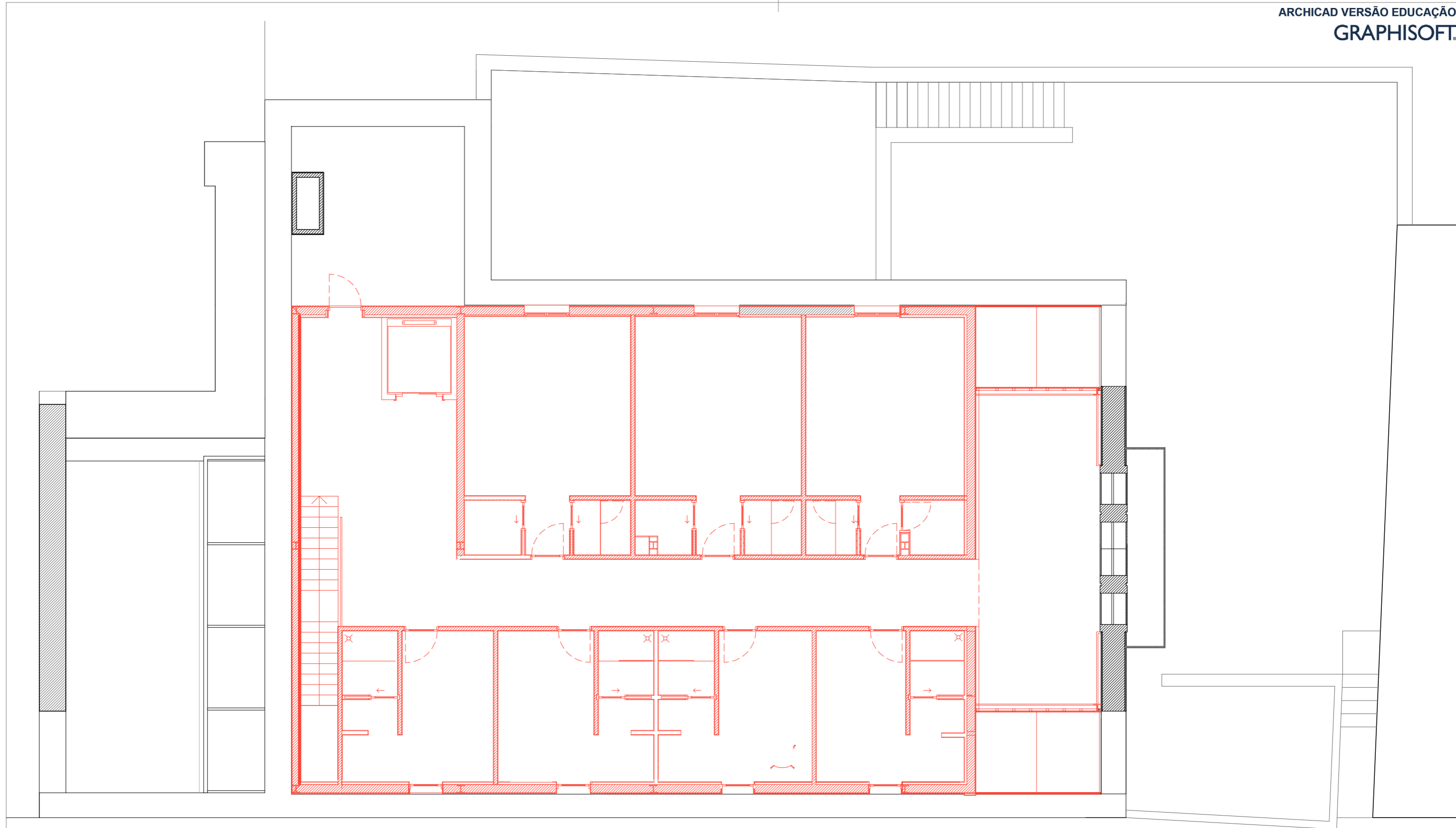


UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS | PÓLO DE VISEU
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA | 5º ANO | PROVA FINAL DE MESTRADO | 2015

Projeto de Reabilitação da Casa das Bocas para habitação intergeracional
TEMA: Novos Modos de Habitar
Projeto Integrado de Reabilitação

ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Pinho
COORDINADOR: Professor Doutor Lobo de Carvalho
DISCENTE: Ana Carolina Simões Monteiro

VERMELHOS E AMARELOS
Planta Piso 1 | 1:100

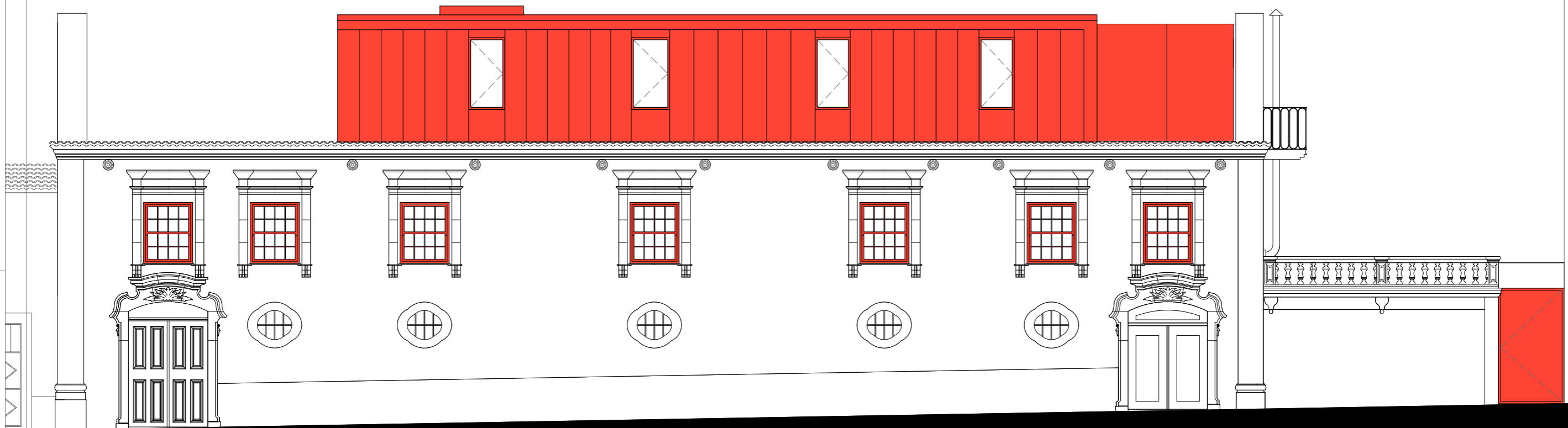


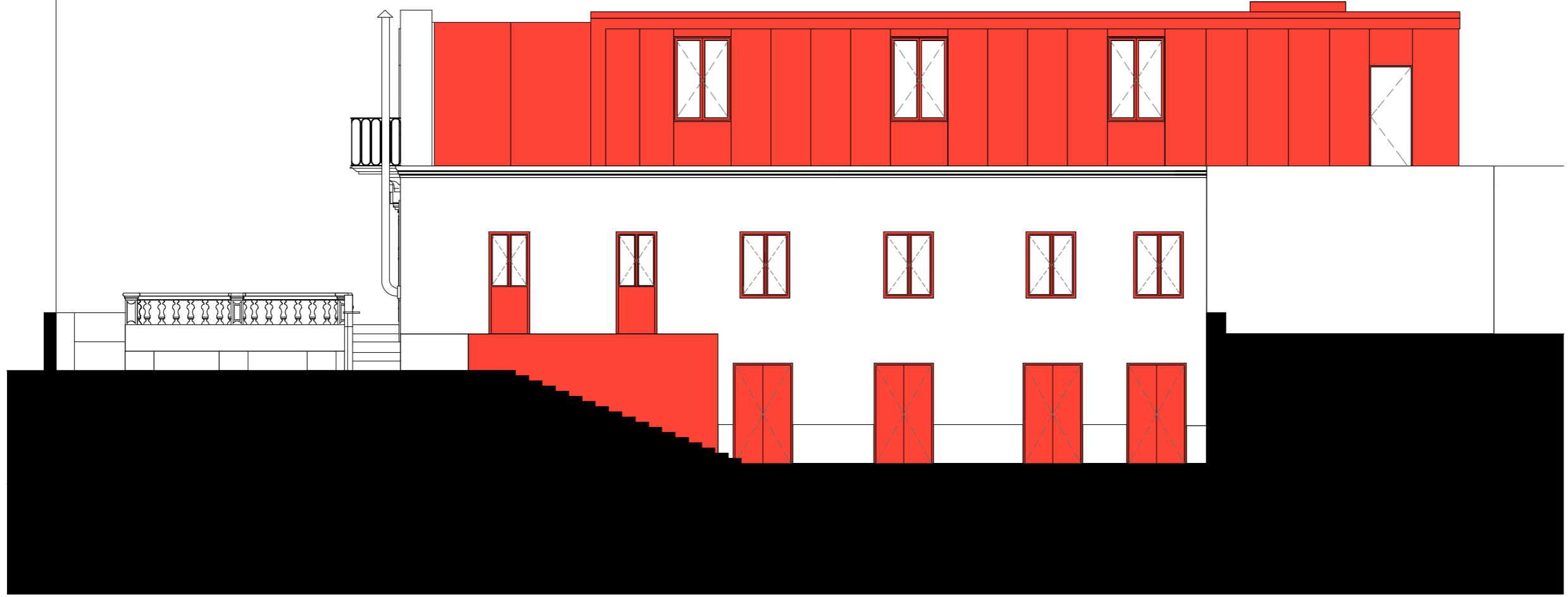
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS | PÓLO DE VISEU
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA | 5º ANO | PROVA FINAL DE MESTRADO | 2015

Projeto de Reabilitação da Casa das Bocas para habitação intergeracional
TEMA: Novos Modos de Habitar
Projeto Integrado de Reabilitação

ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Pinho
COORIENTADOR: Professor Doutor Lobo de Carvalho
DISCENTE: Ana Carolina Simões Monteiro

VERMELHOS E AMARELOS
Planta Piso 2 | 1:100





UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS | PÓLO DE VISEU
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA | 5º ANO | PROVA FINAL DE MESTRADO | 2015

Projeto de Reabilitação da Casa das Bocas para habitação intergeracional

TEMA: Novos Modos de Habitar
Projeto Integrado de Reabilitação

ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Pinho
COORIENTADOR: Professor Doutor Lobo de Carvalho
DISCENTE: Ana Carolina Simões Monteiro

VERMELHOS E AMARELOS
Alçados lateral e tardoz | 1:100

ANEXO B
RELATÓRIO DO MAEC

METODO DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS - MAEC

FICHA DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

A. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Casa das Bocas (Casa das Bocas)

Local: 6820

Alfreguesia:

Região: Alentejo Distrito: Beja Município: Beja

Código postal: 8000-142 Área:

Localidade: Beja

E. FOTOGRAFIAS



B. CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO

Tipo de construção <u>Limosa</u>	Tipo de construção Tipo de construção <u>Limosa</u>	Tipo de construção Tipo de construção <u>Limosa</u>	Tipo de construção Tipo de construção <u>Limosa</u>	Tipo de construção Tipo de construção <u>Limosa</u>
-------------------------------------	---	---	---	---

D. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

Tipo de construção <u>Limosa</u>	Tipo de construção Tipo de construção <u>Limosa</u>	Tipo de construção Tipo de construção <u>Limosa</u>	Tipo de construção Tipo de construção <u>Limosa</u>	Tipo de construção Tipo de construção <u>Limosa</u>
-------------------------------------	---	---	---	---

F. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

1. O imóvel encontra-se em estado de conservação satisfatório

Sim Não

Sim Não

Sim Não

Sim Não

Sim Não

2. O imóvel encontra-se em estado de conservação satisfatório e encontra-se em estado de conservação satisfatório

Sim Não

Sim Não

Observações

F. EQUIPA

Nome do contacto:	Ass. TIC. 2019
Nome do contacto:	Ass. TIC. 2019
Nome do contacto:	Ass. TIC. 2019
Nome do contacto:	Ass. TIC. 2019

ANOMALIAS DE ELEMENTOS PRINCIPAIS

ANOMALIAS DE ELEMENTOS PRINCIPAIS	Condições de operação					Estrutura construída					Módulo	TAF	TAF
	1	2	3	4	5	Normal	1	2	3	4			
A. PAVIMENTO	2	4	2	3	3	11	1000	1000	1000	1000			
1. Estradas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
1.1 Pavimento	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
1.2 Pavimento de base	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
1.3 Pavimento de argamassa	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
2. Coberturas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
2.1 Pavimento de pavimento	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
2.2 Pavimento de base	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
2.3 Pavimento de argamassa, betão e de betão armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
2.4 Pavimento de betão armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
3. Estruturas de aço	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
B. OUTRAS PARTES COMUNS													
4. Fachadas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
4.1 Fachada de alvenaria	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
4.2 Fachada	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
5. Portais	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
6. Colunas de concreto	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
6.1 Operação de concreto armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
6.2 Operação de concreto armado armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
6.3 Operação de concreto armado armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
6.4 Operação de concreto armado armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
7. Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
7.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
7.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
7.3 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
8. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
8.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
8.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
9. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
9.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
9.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
10. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
10.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
10.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
11. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
11.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
11.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
12. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
12.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
12.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
13. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
13.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
13.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
14. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
14.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
14.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
15. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
15.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
15.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
16. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
16.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
16.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
17. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
17.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
17.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
18. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
18.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
18.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
19. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
19.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
19.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
20. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
20.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
20.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
21. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
21.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
21.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
22. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
22.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
22.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
23. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
23.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
23.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
24. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
24.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
24.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
25. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
25.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
25.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
26. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
26.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
26.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
27. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
27.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
27.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
28. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
28.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
28.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
29. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
29.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
29.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
30. Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
30.1 Instalação de vidro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00
30.2 Instalação de vidro armado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1,00

DISTRIBUIÇÃO DAS ANOTAÇÕES PARA O ÍTEM GRAVES*

Nota	Descrição da Anotação	Saldo da Avaliação
[] [] 1	As condições de conservação são boas, apesar de não se enquadrarem em condições ideais de conservação por parte do Estado e da população. <u>.....</u> <u>.....</u> <u>.....</u>	1
[] [] 2	A situação de conservação apresenta uma situação de degradação dos bens patrimoniais e dos edifícios. <u>.....</u> <u>.....</u>	2
[] [] 3	As condições de conservação apresentam uma situação de degradação dos bens patrimoniais e dos edifícios. <u>.....</u> <u>.....</u>	3
[] [] 4	As condições de conservação apresentam uma situação de degradação dos bens patrimoniais e dos edifícios. <u>.....</u> <u>.....</u>	4
[] [] 5	As condições de conservação apresentam uma situação de degradação dos bens patrimoniais e dos edifícios. <u>.....</u> <u>.....</u>	5
[] [] 6	As condições de conservação apresentam uma situação de degradação dos bens patrimoniais e dos edifícios. <u>.....</u> <u>.....</u>	6
[] [] 7	As condições de conservação apresentam uma situação de degradação dos bens patrimoniais e dos edifícios. <u>.....</u> <u>.....</u>	7
[] [] 8	As condições de conservação apresentam uma situação de degradação dos bens patrimoniais e dos edifícios. <u>.....</u> <u>.....</u>	8

E. OBSERVAÇÕES

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

D. DESCRIÇÃO DAS ANOMALIAS "GRAVES" OU "MUITO GRAVES"

N.º do elemento funcional	Relato síntese da anomalia	Identificação das fotografias
3 0	Instalação de distribuição de águas operacional.	9
.....		
.....		
.....		
3 1	Instalação de drenagem de águas residuais sem ligação à rede pública.	10
.....		
.....		
.....		
3 3	Instalação elétrica e de iluminação sem ligação à terra.	11
.....		
.....		
.....		

.....		
.....		
.....		

.....		
.....		
.....		

.....		
.....		
.....		

.....		
.....		
.....		

E. OBSERVAÇÕES

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....



1



2



3



4



5



6



7



8



9




10




11

ANEXO C
LEVANTAMENTO DAS ANOMALIAS

PAREDES


 **Deterioração da pedra profunda**
a. Desagregação granular
b. Placas

 **Deterioração da pedra superficial**
c. Filme negro
d. Eflorescências

 **Desenvolvimento de vegetação**

 **Desagregação por abaulamento**


 **Fendilhação resultantes de problemas estruturais**

 **Manchas de humidade**

REVESTIMENTOS

 **Destacamento do reboco**

 **Destacamento da pintura**

 **Empolamento e fendilhação da pintura**

 **Fendilhação do reboco**

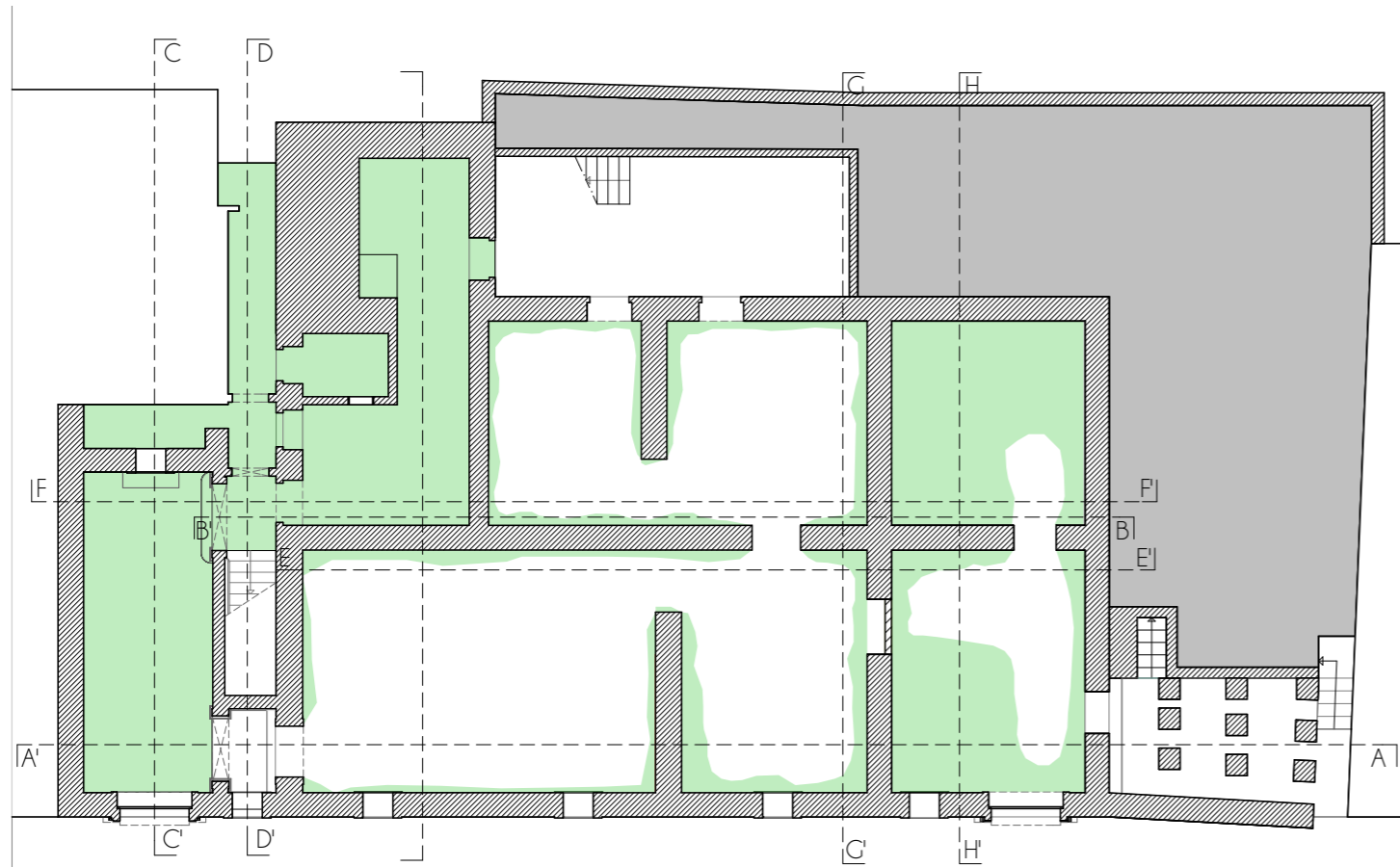
 **Descolamento e fissuração dos ladrilhos cerâmicos**

VÃOS

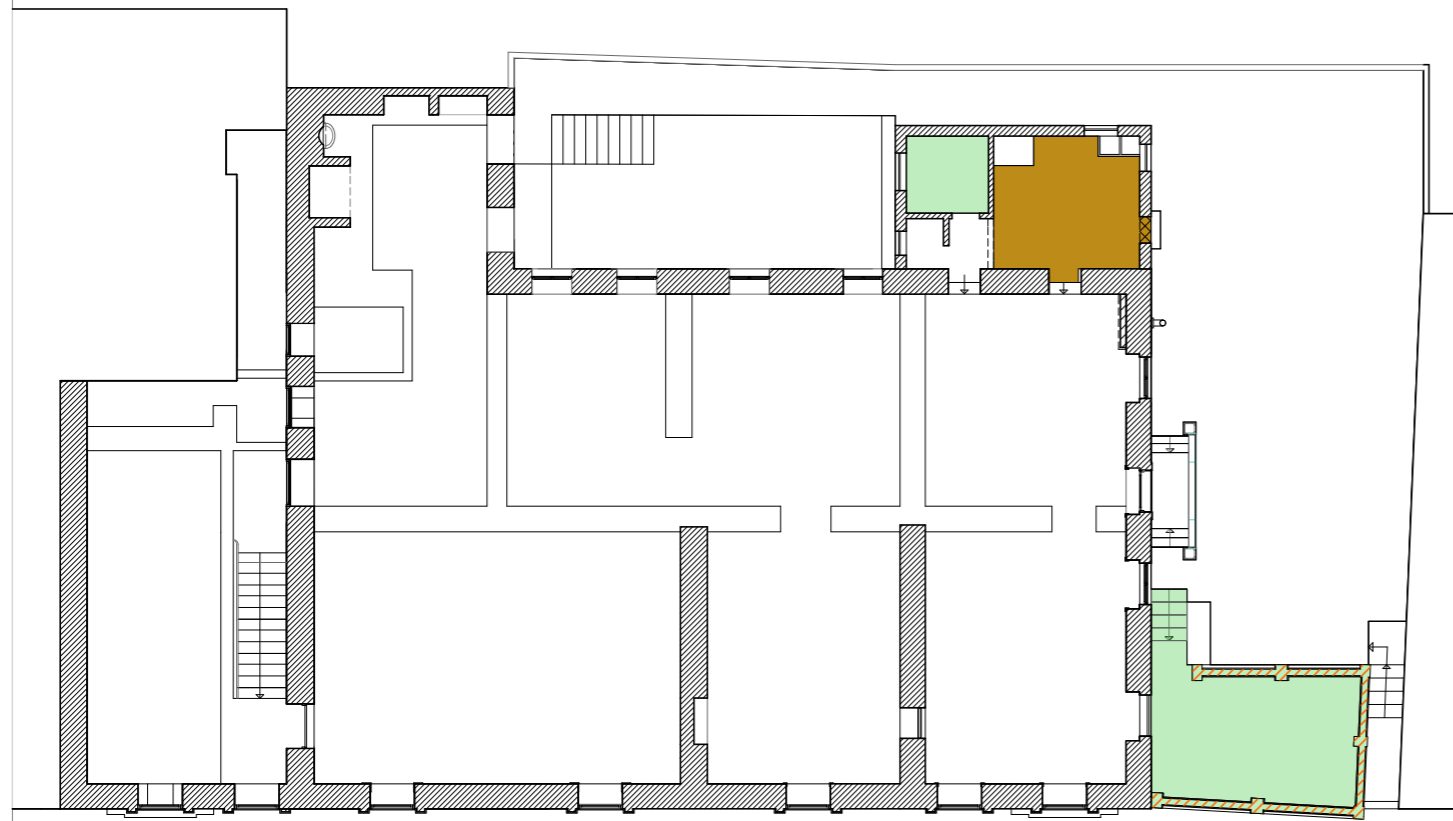
 **Fratura dos vidros**

 **Deterioração da madeira**

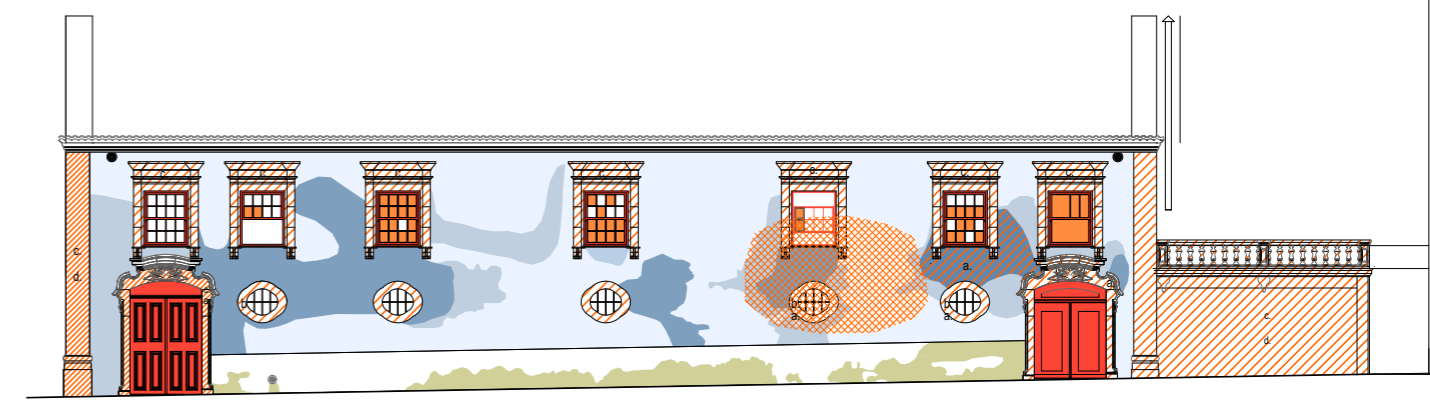
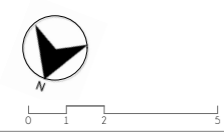
 **Corrosão do ferro**



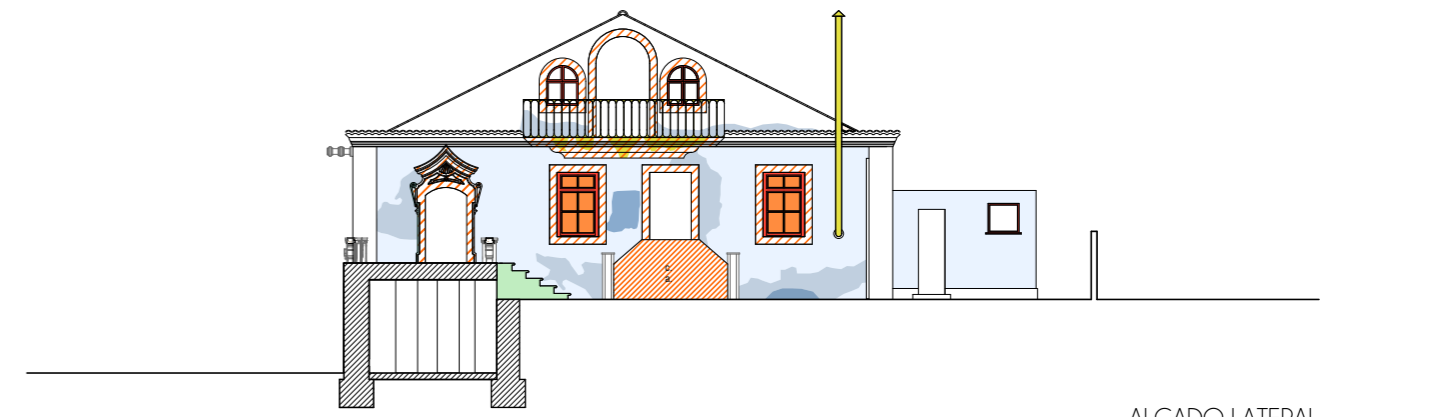
PLANTA PISO 0



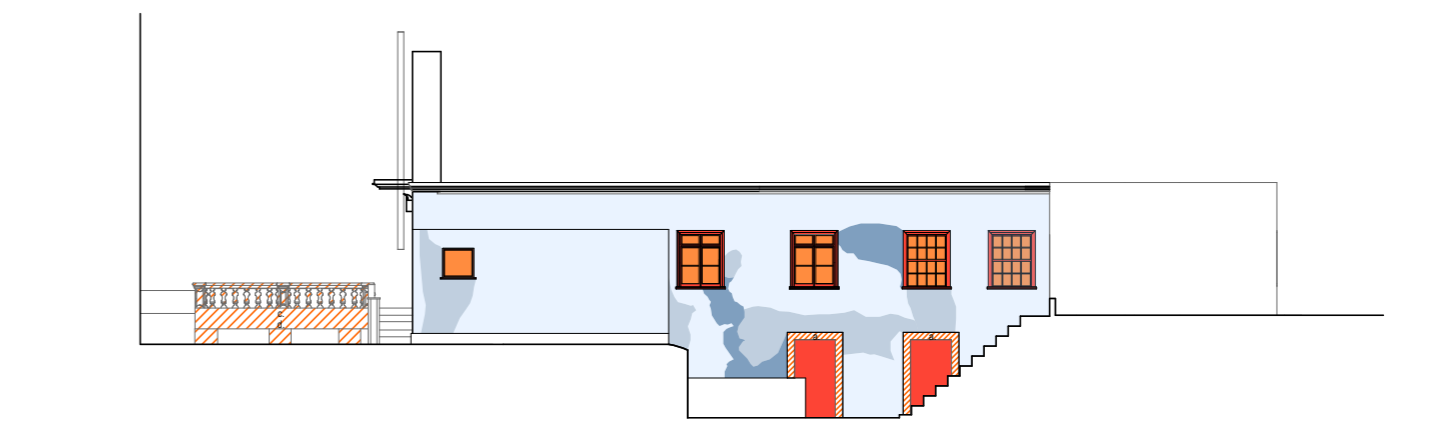
PLANTA PISO 1



ALÇADO PRINCIPAL



ALÇADO LATERAL



ALÇADO TARDOZ



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS | PÓLO DE VISEU
 Mestrado Integrado em Arquitetura | 5º Ano | Prova Final de Mestrado | 2015

Projeto de Reabilitação da Casa das Bocas para habitação intergeracional
 Tema: Novos Modos de Habitar
 Projeto Integrado de Reabilitação

ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Pinho
 COORIENTADOR: Professor Doutor Lobo de Carvalho
 DISCENTE: Ana Carolina Simões Monteiro

LEVANTAMENTO DAS ANOMALIAS
 Plantas e alçados

PAREDES



Deterioração da pedra profunda

- a. Desagregação granular
- b. Placas



Deterioração da pedra superficial

- c. Filme negro
- d. Eflorescências



Desenvolvimento de vegetação



Desagregação por abaulamento



Fendilhação resultantes de problemas estruturais



Manchas de humidade

REVESTIMENTOS



Destacamento do reboco



Destacamento da pintura



Empolamento e fendilhação da pintura



Fendilhação do reboco



Descolamento e fissuração dos ladrilhos cerâmicos

VÃOS



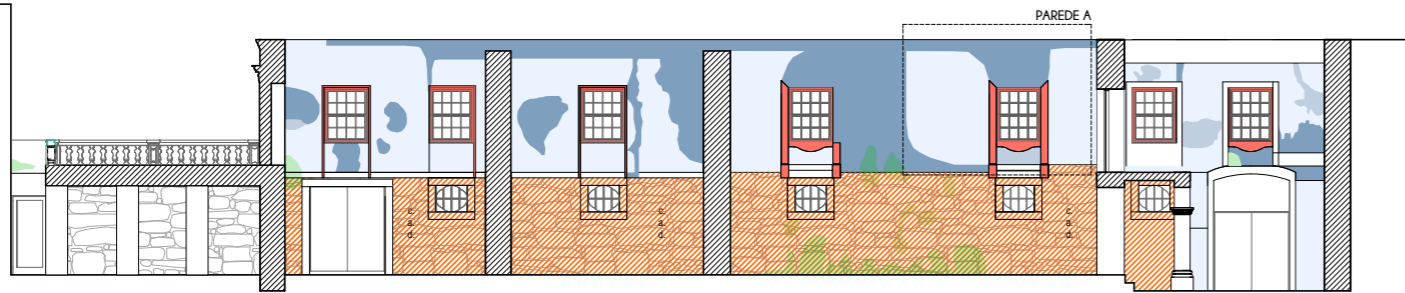
Fratura dos vidros



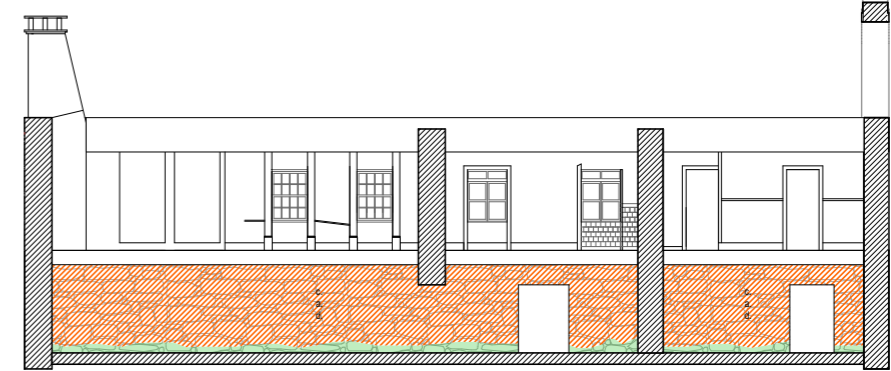
Deterioração da madeira



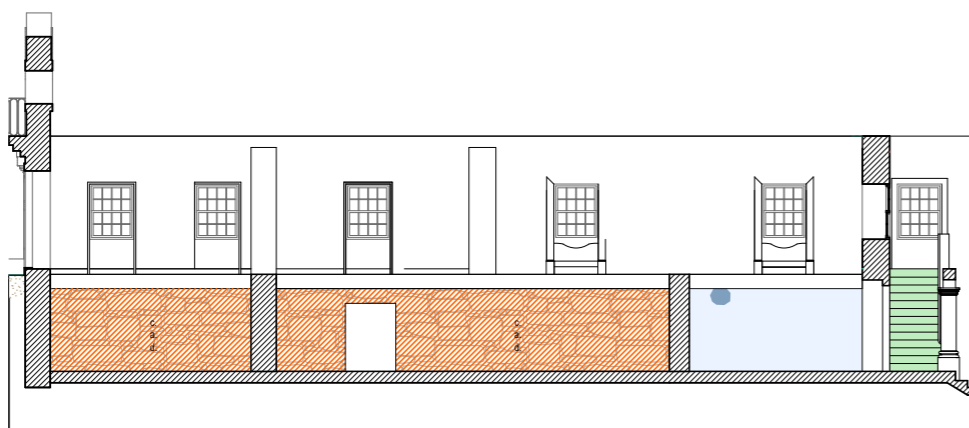
Corrosão do ferro



Corte A-A'



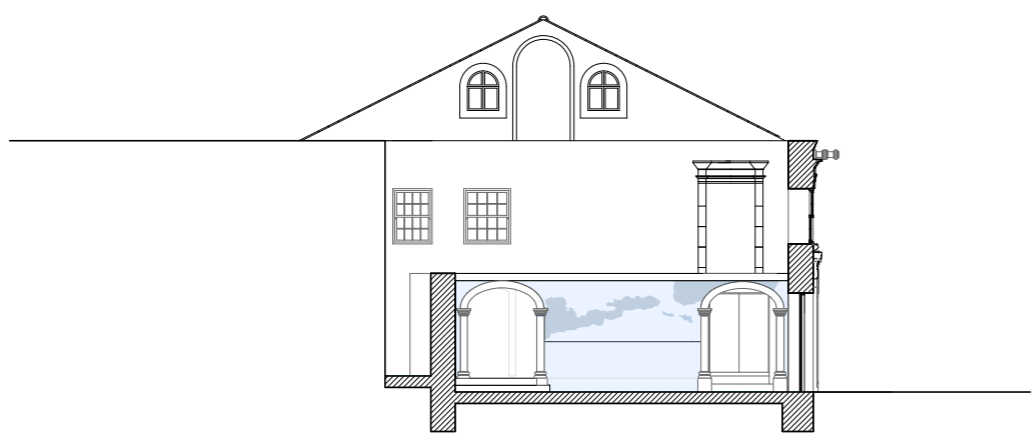
Corte E-E'



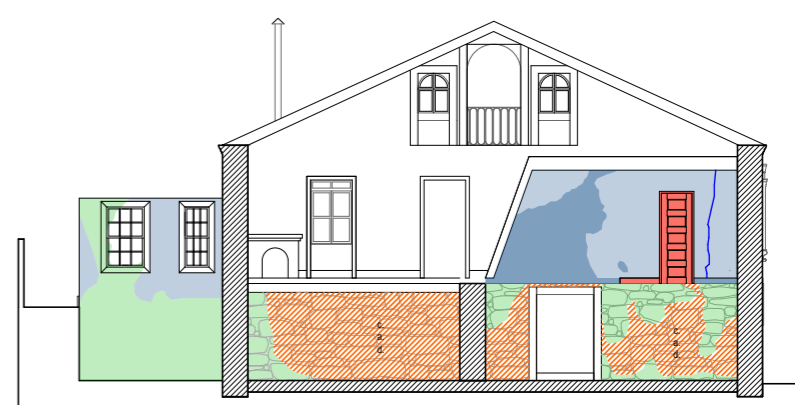
Corte B-B'



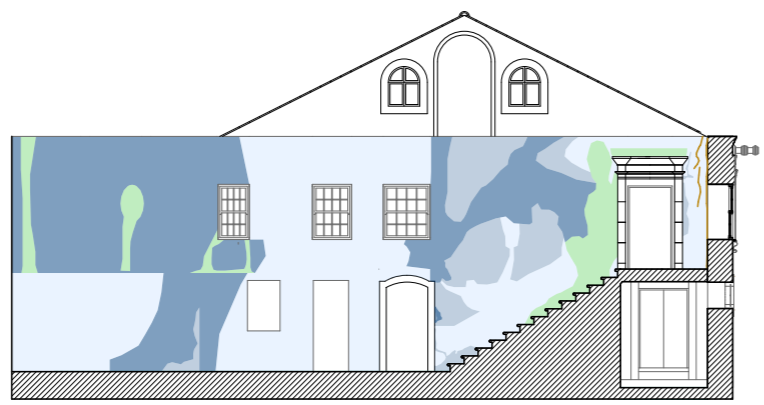
Corte F-F'



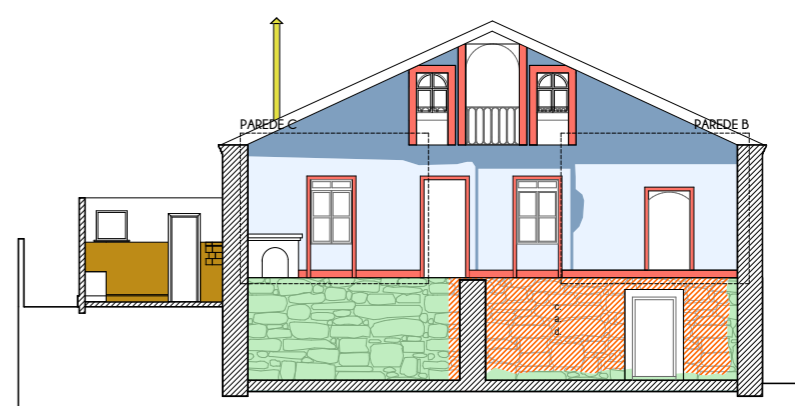
Corte C-C'



Corte G-G'



Corte D-D'



Corte H-H'



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS | PÓLO DE VISEU
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA | 5º ANO | PROVA FINAL DE MESTRADO | 2015

Projeto de Reabilitação da Casa das Bocas para habitação intergeracional
TEMA: Novos Modos de Habitar
Projeto Integrado de Reabilitação

ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Pinho
COORDENADOR: Professor Doutor Lobo de Carvalho
DISCENTE: Ana Carolina Simões Monteiro

LEVANTAMENTO DAS ANOMALIAS
Cortes

ANEXO D

**RELATÓRIO DE ANOMALIAS, CAUSAS PROVÁVEIS E
SOLUÇÕES DE INTERVENÇÃO**

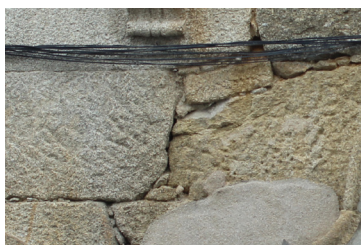
RELATÓRIO DE ANOMALIAS, CAUSAS PROVÁVEIS E SOLUÇÕES DE INTERVENÇÃO

As soluções de intervenção da pré-existência tiveram como premissa a preservação dos elementos existentes, respeitando a sua integridade e autenticidade. Desse modo, em algumas situações optou-se por soluções que garantissem a sua salvaguarda, que fossem menos intrusivas e compatíveis com os materiais existentes.

Só são apresentados os elementos construídos presentes no edifício, sendo que os elementos em falta (cobertura, pisos, entres outros), são em si próprios uma anomalia, pelo que se enunciam no final do relatório. Por consequência, a ausência desses elementos criou condições constantes de exposição às intempéries dos elementos sobranceiros o que, por si só, são responsáveis pela maior parte das anomalias que se encontram neles.

Nota: O seguinte relatório teve como referências bibliográficas o *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional* e o *Manual de Apoio ao Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos*. (ver bibliografia)

PAREDES



a.

Deterioração da pedra profunda

- a. **Desagregação granular**
- b. **Placas**

CAUSA

No geral, este tipo de deterioração, que afeta a integridade da pedra, deve-se ao envelhecimento dos materiais aliados à ação da humidade e falta de manutenção.

A desagregação granular que se traduz no aumento da rugosidade da superfície pétreia deve-se à presença de grãos minerais salientes por perda de material resultante do desgaste dos grãos.

As placas devem-se às condições ambientais de humidade relativa, temperatura e regime de ventos que, associadas às características porosas da pedra, proporcionam a cristalização de minerais no interior da rede porosa, originando um plano paralelo à superfície das pedras.

SOLUÇÃO

Este tipo de deterioração que afeta a integridade da pedra devem ser devidamente diagnosticados e resolvidos consoante o grau de deterioração. Dessa forma, deve-se proceder aos seguintes tratamentos para a pedra:

- Aplicação de um consolidante orgânico para colmatar as



b.

superfícies afetas com desagregação granular;

- Colagem de placas, através da aplicação de uma resina perto da superfície e injeção de uma argamassa de cal por detrás da mesma.

- Fechamento das juntas através do seu preenchimento com argamassas de cal e areia.

Deterioração da pedra superficial

- c. **Filme negro**
- d. **Eflorescências**

CAUSA

Este tipo de deterioração afeta a superfície da pedra e representam anomalias superficiais que afetam a estética do material e indicam a presença de outro tipo de anomalias mais graves e falta de manutenção.

Os filmes negros devem-se a depósitos superficiais que aderem à superfície da pedra.

As eflorescências devem-se ao desenvolvimento de cristalizações de sais solúveis sobre a superfície da pedra.

SOLUÇÃO

- Aplicação de sistema de projeção de água, seguida de aplicação de produtos químicos para limpeza, remoção de filmes negros e desincrustação de depósitos acumulados;

- Aplicação de um hidrófugo e acabamentos protetores que impeça a entrada da água mas que permita a transpiração da pedra, prevenindo a cristalização de minerais e o desenvolvimento de seres vivos.



c.



d.

Desenvolvimento de vegetação

CAUSA

Criação de condições de humidade permanentes favoráveis ao desenvolvimento de vegetação.

SOLUÇÃO

Remoção da vegetação com escovas macias de piaçaba e aplicação de herbicidas sistémicos para eliminação das espécies presentes, mesmos aquelas que se enraizaram nas juntas.



Desagregação por abaulamento

CAUSA

Expansão da parede por ação da humidade que leva à deterioração das argamassas e conseqüente separação de elementos superficiais.

SOLUÇÃO

Recolocação de forma mecânica da parede





Fendilhação resultante de problemas estruturais

CAUSAS

Assentamentos diferenciais de fundações.

Deformação dos elementos de apoio.

SOLUÇÃO

Na zona de fendilhação, situada na ligação entre paredes ortogonais, será introduzindo um elemento metálico para reforço dessa mesma ligação, protegido, posteriormente, contra a corrosão.



Manchas de humidade

CAUSA

Exposição permanente às intempéries.

Humidade ascendente.

SOLUÇÃO

Devem ser introduzidos produtos impermeabilizantes ao longo das paredes afetadas, criando uma camada horizontal contínua impermeável. Esta solução inclui a execução de um conjunto de furos na parede, onde serão introduzidos os produtos impermeabilizantes, por gravidade ou por injeção sob pressão.

REVESTIMENTOS



Destacamento do reboco

CAUSA

Humedecimento constante, levando à degradação e perda de coesão e de resistência superficial e mecânica.

SOLUÇÃO

Nos casos assinalados em corte das paredes A, B e C, que se justificam pelo valor e possibilidade de recuperação, deve-se proceder aos trabalhos de restauro, com rebocos e argamassas de cal idênticos aos existentes, assegurando a compatibilidade dos materiais e técnicas tradicionais.

Nos restantes casos, deve-se proceder à remoção do revestimento danificado dado as opções de projeto de aplicação de um forro interior em gesso cartonado, afastado da parede.



Destacamento da pintura

CAUSA

Perda de coesão e aderência associada à ação continuada e progressiva dos agentes atmosféricos e da falta de manutenção.

SOLUÇÃO

- Remoção da camada de pintura;
- Aplicação de camada de regularização e proteção;

- Aplicação de camada de acabamento, após endurecimento da anterior, através de revestimento por pintura, utilizando tintas de cal, compatíveis com as tradicionais, com o aditivo da cor pretendida.

Empolamento e fendilhação da pintura

CAUSA

Perda de coesão e aderência associada à ação continuada e progressiva dos agentes atmosféricos e da falta de manutenção.

SOLUÇÃO

Nos casos assinalados em corte das paredes A, B e C, deve-se proceder aos trabalhos de restauro, com utilização de tintas compatíveis.

Nos restantes casos, deve-se proceder à remoção da camada de pintura pois a extensão da anomalia torna inviável o tratamento caso a caso de todas as zonas empoladas e fendilhadas.



Fendilhação do reboco

CAUSA

Desgaste por erosão e falta de coesão associada à presença de humidade.

SOLUÇÃO

À excepção das paredes A, B e C, aplica-se a solução anterior, pois a extensão da anomalia torna inviável o tratamento caso a caso de todas as zonas empoladas e fendilhadas.



Descolamento e fissuração dos ladrilhos cerâmicos

CAUSAS

Rotura adesiva da interface cola/suporte devido às ações atmosféricas.

Fendilhação do suporte e ações de choque, tração e rotura por flexão nos ladrilhos.

SOLUÇÃO

Nos casos dos ladrilhos existentes, a solução passará pela remoção dos mesmos, resultado também das opções do projeto de reabilitação.



VÃOS

Fratura ou ausência dos vidros

CAUSA

Por flexão (originadas, por exemplo, pela ação do vento) ou efeitos de deformação das paredes de alvenaria onde a caixilharia está inserida.

SOLUÇÃO



O estado de degradação de alguns vãos envidraçados implica a sua remoção para substituição por novos. Nos restantes casos, deve proceder-se à substituição dos vidros partidos nos vãos envidraçados que se pretendam preservar e restaurar.



Deterioração da madeira

CAUSA

Ação conjunta de radiação solar e de processos de humedecimento e secagem associada à exposição permanente das intempéries e falta de manutenção.

SOLUÇÃO

Nos casos onde é possível a preservação da madeira, deve proceder-se ao seu restauro através dos seguintes trabalhos:

- Raspagem e decapagem da madeira, seguida de lixagem;
- Eliminação de gorduras e poeiras;
- Remendo com massa de madeira, nos casos de pequenas reparações;
- Utilização da mesma espécie de madeira para níveis de retração e inchamentos iguais, nos casos em que é necessária a substituição parcial dos elementos degradados ou a reconstrução de elementos;
- Aplicação de tratamentos preservadores;
- Repintura da madeira, através da reutilização da técnica tradicional, com aplicação de um primário oleoso e finalização com tinta de óleo.

Nos casos onde não é possível a preservação da madeira, deve proceder-se à reconstrução dos elementos de portas, portadas e caixilharias com uma madeira da mesma espécie e aplicação dos dois últimos trabalhos referidos anteriormente.



Corrosão do ferro

CAUSA

Ação da humidade associada à falta de manutenção e desadequada preparação do metal.

SOLUÇÃO

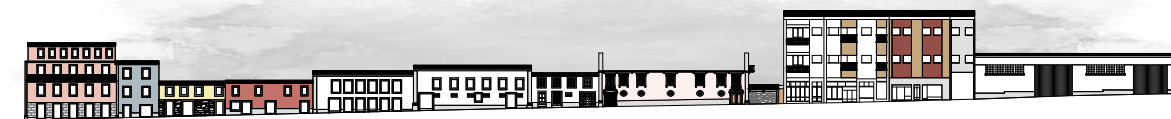
A reparação do ferro degradado inclui a seguinte ordem de operações:

- Limpeza prévia, de preferência com jato abrasivo;
- Desengorduramento;
- Proteção por aplicação de primário de zinco;
- Repintura

- 1 Av. Capitão Silva Pereira
- 2 Rua Direita
- 3 Rua do Gonçalves
- 4 Igreja de Nª Srª do Carmo
- 5 Cruzeiro da Santa Cristina
- 6 Jardim da Santa Cristina
- 7 Rua das Bocas
- 8 Sé de Viseu
- 9 Rossio



IMPLANTAÇÃO
Vista aérea de Viseu



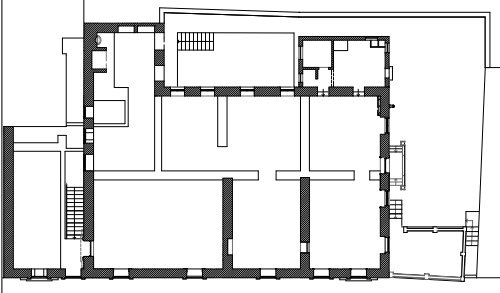
Alçado da Rua das Bocas | 1:500



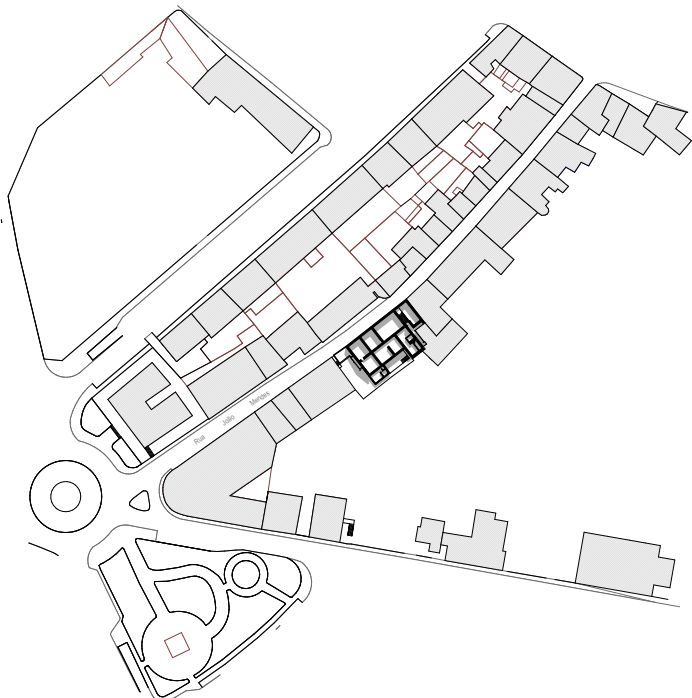
Levantamento fotográfico



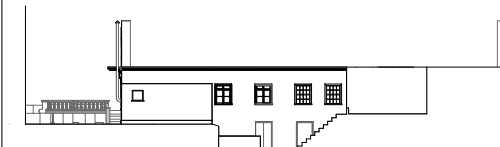
PLANTA PISO 0 | 1:200



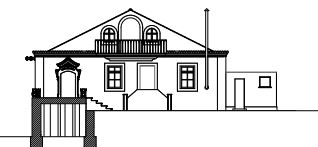
PLANTA PISO 1 | 1:200



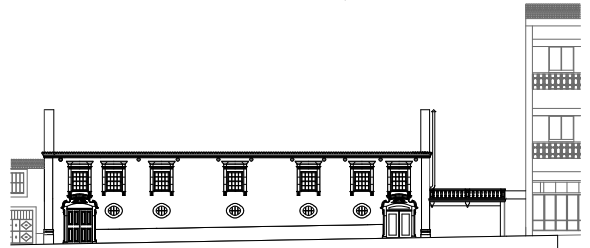
IMPLANTAÇÃO
Rua das Bocas | 1:1000



ALÇADO TARDÓZ | 1:200



ALÇADO LATERAL | 1:200



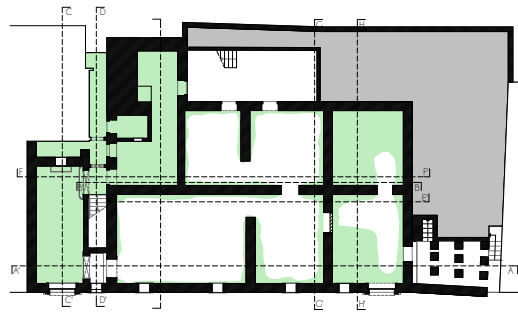
ALÇADO PRINCIPAL | 1:200

MAPEAMENTO DAS ANOMALIAS | 1:200

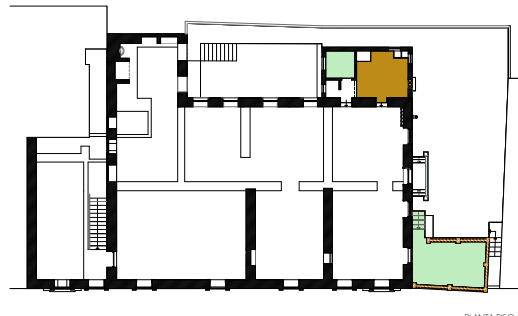


PAREDES

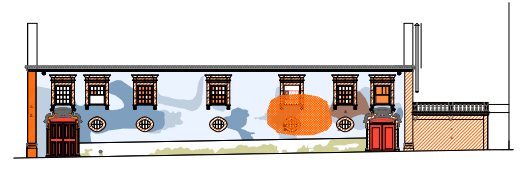
- Deterioração da pedra profunda
 - a. Desagregação granular
 - b. Placas
 - Deterioração da pedra superficial
 - c. Filtre negro
 - d. Eflorescências
 - Desenvolvimento de vegetação
 - Desagregação por abaulamento
 - Fendilhação resultante de problemas estruturais
 - Manchas de humidade
- REVESTIMENTOS
- Destacamento do reboco
 - Destacamento da pintura
 - Empolamento e fendilhação da pintura
 - Fendilhação do reboco
 - Descolamento e fissuração dos ladrilhos cerâmicos
- VAOS
- Fratura dos vidros
 - Deterioração da madeira
 - Corrosão do ferro



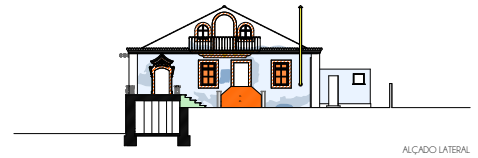
PLANTA PISO 0



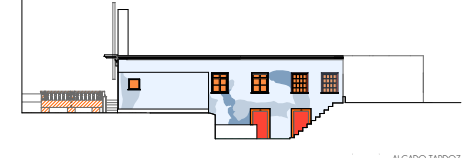
PLANTA PISO 1



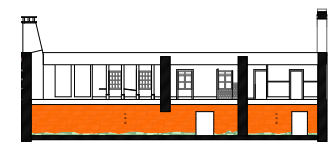
ALÇADO PRINCIPAL



ALÇADO LATERAL



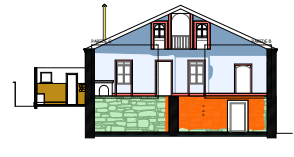
ALÇADO TARDOZ



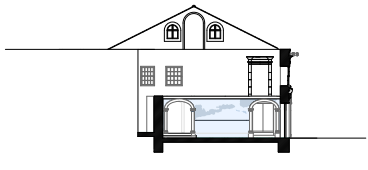
Alçado E-P



Alçado F-P



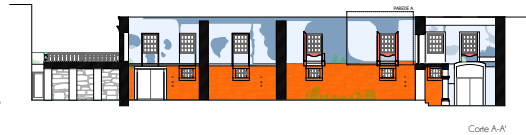
Alçado H-H



Corte C-C



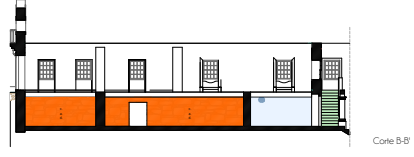
Corte D-D



Corte A-A



Corte C-C



Corte B-B

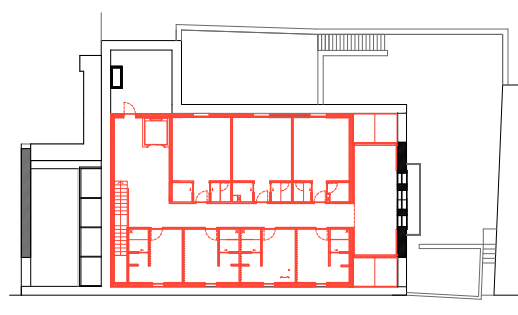
VERMELHOS E AMARELOS | 1:200



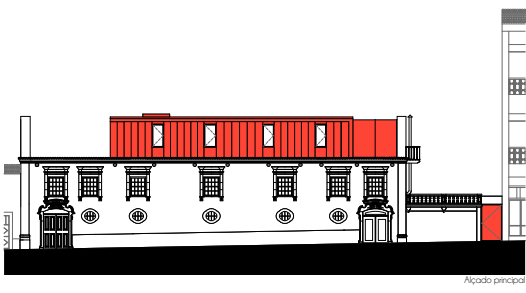
Planta do Piso 0



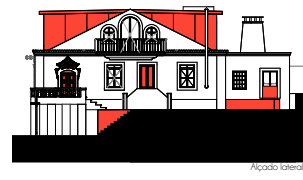
Planta do Piso 1



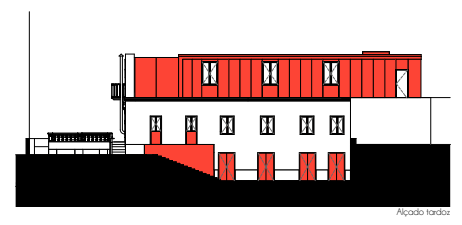
Planta do Piso 2



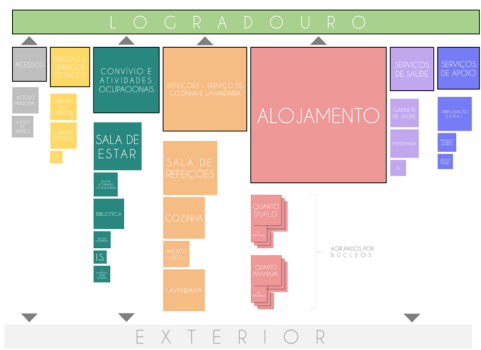
Alçado principal



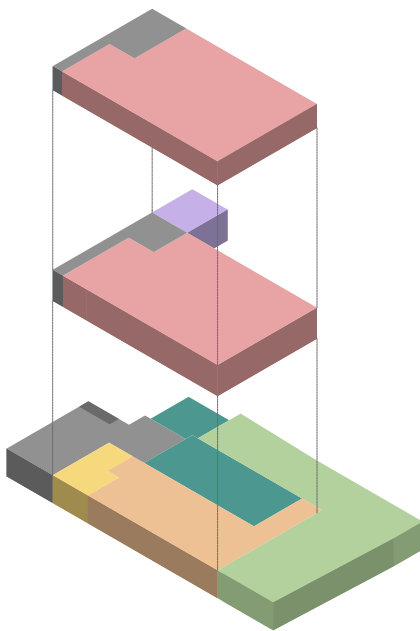
Alçado lateral



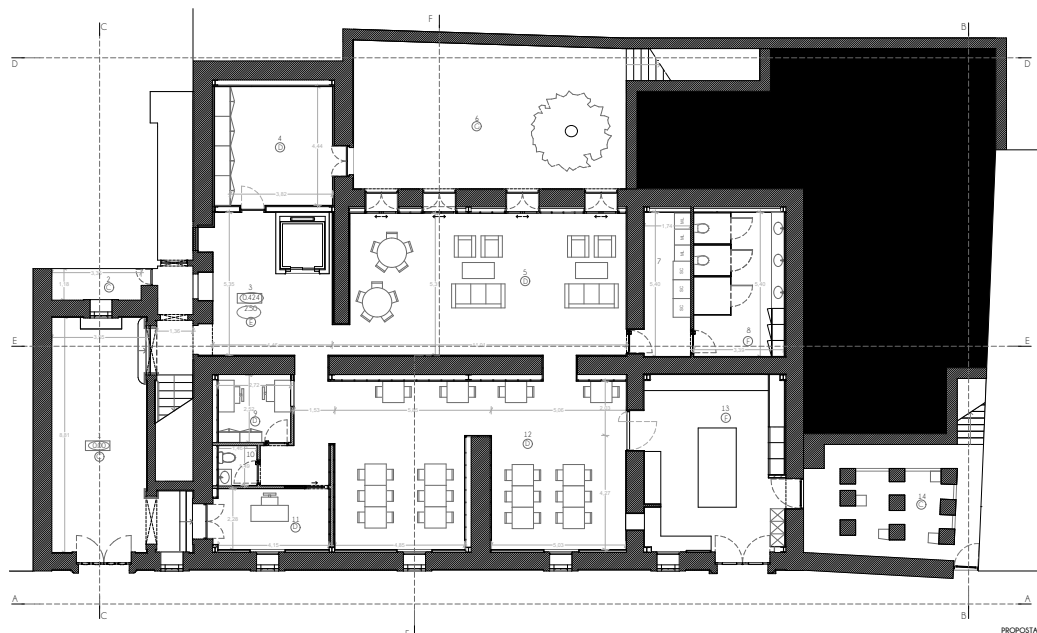
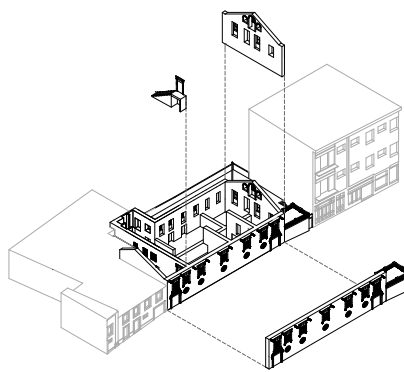
Alçado tardoz



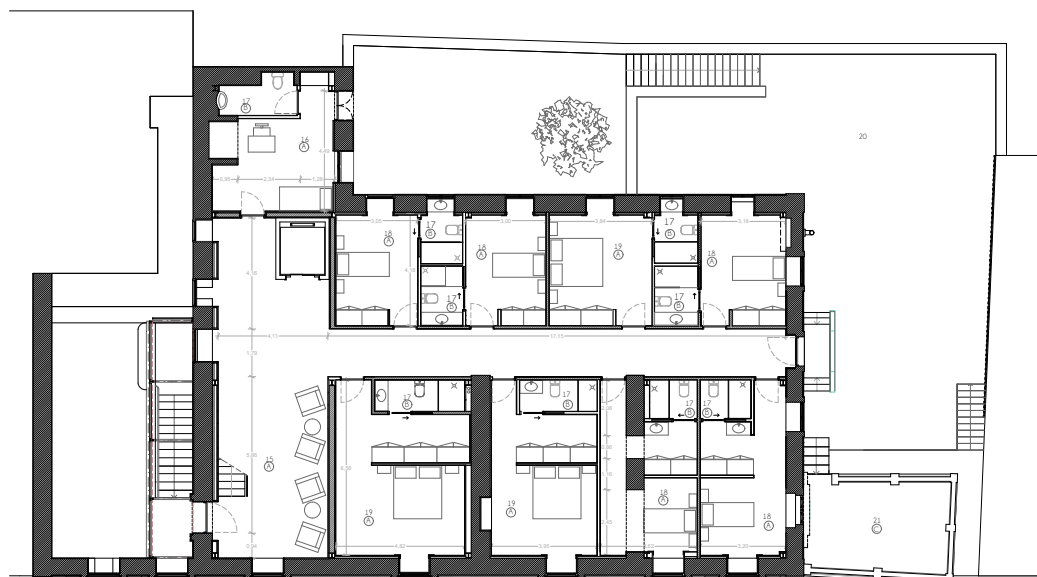
PROPOSTA DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL



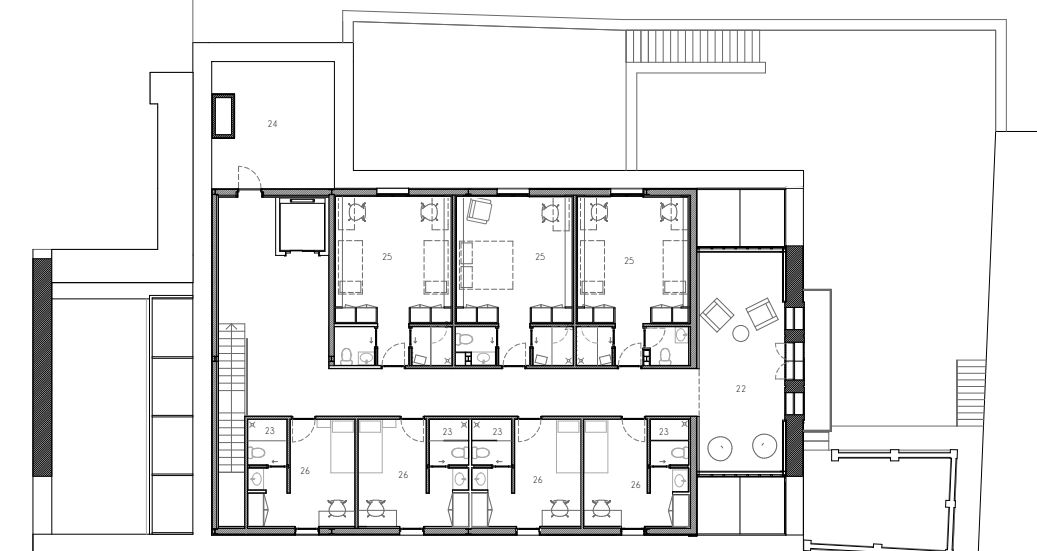
PROPOSTA PLANTA DE VALORES E ELEMENTOS A PRESERVAR



- LEGENDA
- 1 | Área de receção / chegada
 - 2 | Atrancos
 - 3 | Receção
 - 4 | Sala de Movimento
 - 5 | Sala de Estar
 - 6 | Pátio
 - 7 | Lavandaria
 - 8 | Vestiário
 - 9 | Gabinete Técnico
 - 10 | Instalação Sanitária
 - 11 | Gabinete do Director
 - 12 | Sala de Reseções
 - 13 | Cozinha
 - 14 | Espaço de meditação



- LEGENDA
- 15 | Zona de estar
 - 16 | Enfermaria
 - 17 | Instalação Sanitária
 - 18 | Quarto Simples
 - 19 | Quarto Duplo
 - 20 | Jardim
 - 21 | Terçoço



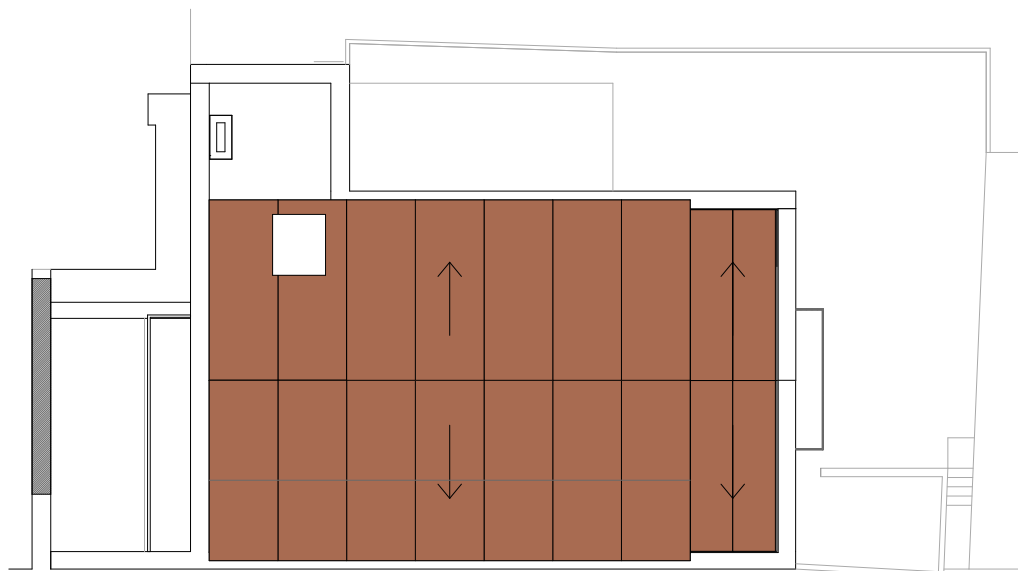
- LEGENDA
- 22 | Zona de Estar
 - 23 | Instalação Sanitária
 - 24 | Varanda
 - 25 | Quarto Duplo / Casal
 - 26 | Quarto Simples

Compartimento 1
Cota do pavimento (REFERÊNCIA TERRENO) 11,200
Cota do pé-direito 7,50

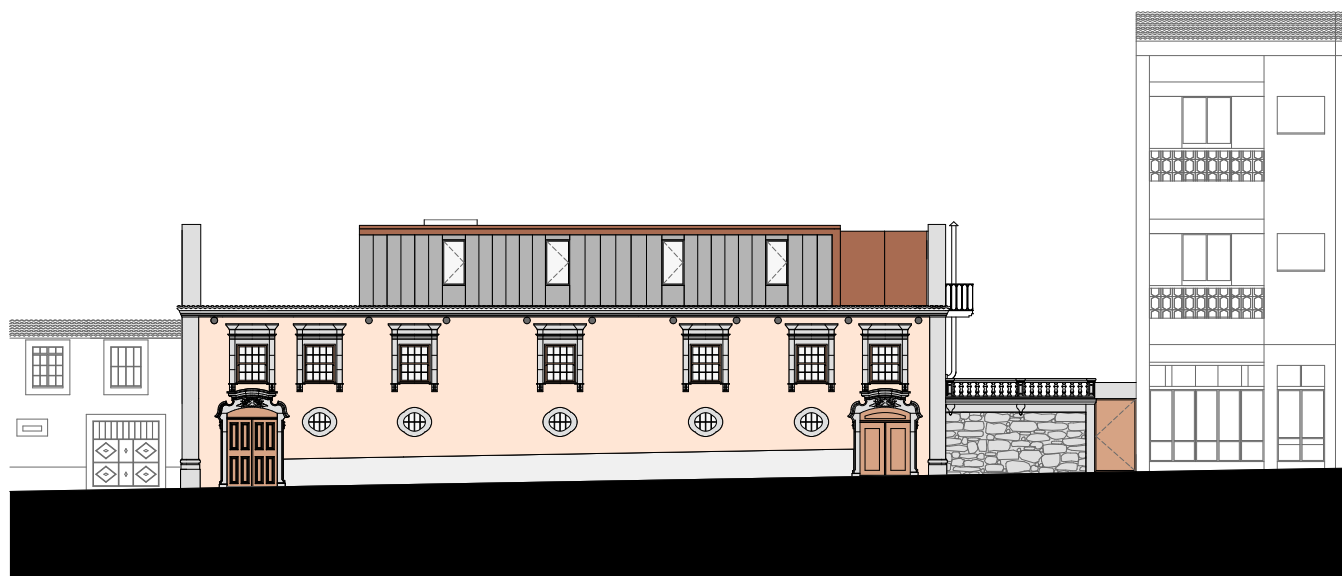


PROPOSTA
Planta da Cobertura | 1:100

- LEGENDA DE MATERIAS
- Reboco pintado com tinta de cor, cor rosa
 - Reboco arenado fino pintado, cor cinza galeto
 - Pedra
 - Painel de aço corten
 - Painel de zinco



- 9.34
- 6.65
- 3.14
- 0.00



PROPOSTA
Alçado principal | 1:100

- 9.34
- 6.65
- 3.14
- 0.00



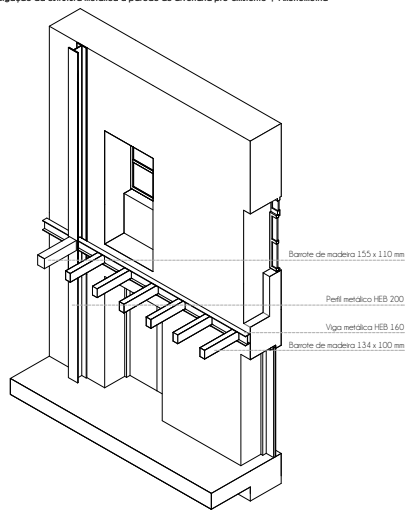
PROPOSTA
Alçado lateral | 1:100

- 9.34
- 6.65
- 3.14

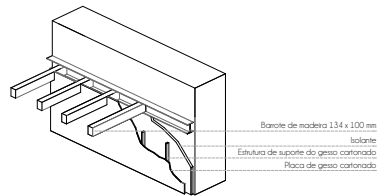


PROPOSTA
Alçado traseiro | 1:100

Ligação da estrutura metálica à parede de alvenaria pré-existente | Axonometria



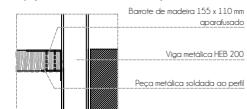
Composição da contra-fachada | Axonometria



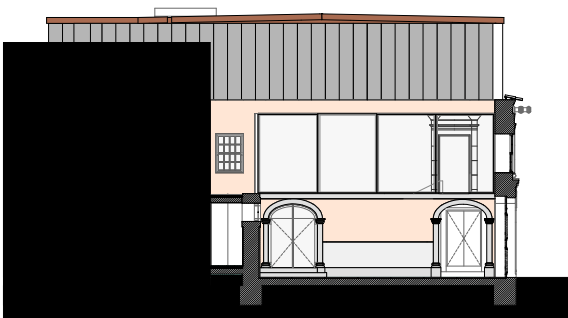
Ligação do barrote de madeira à viga metálica | 1:20



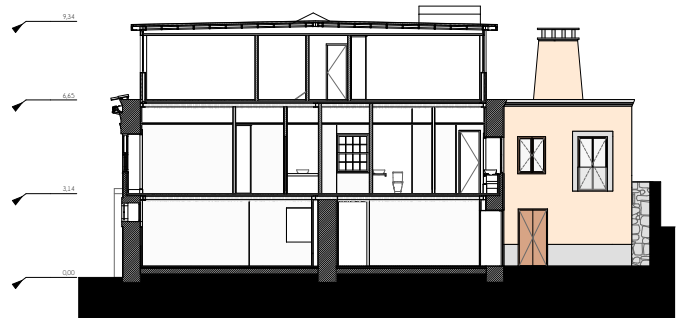
Ligação do barrote de madeira ao pilar metálico | 1:20



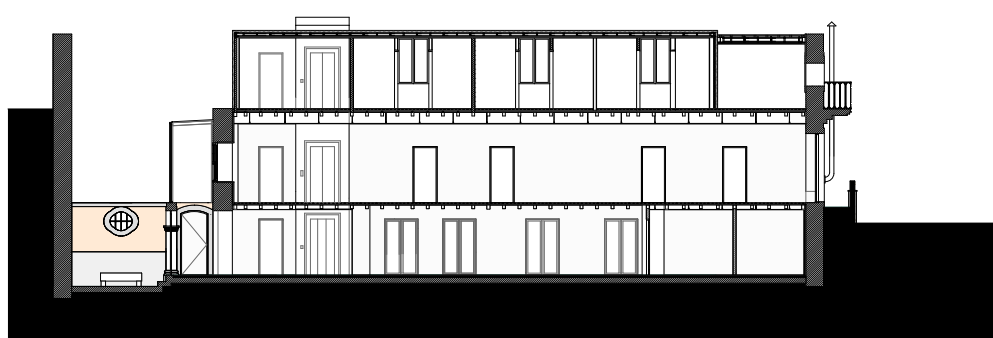
PROPOSTA
Pormenorização da estrutura | 1:20



PROPOSTA
Corte C-C | 1:100



PROPOSTA
Corte F-F | 1:100



- LEGENDA DE MATERIAIS
- Reboco pintado com tinta de cal, cor rosa
 - Reboco arenado fino pintado, cor cinza granito
 - Pedra
 - Panel de aço corten
 - Panel de zinco

PROPOSTA
Corte E-E | 1:100